

Ana Inés Arce

**"JÓIAS PARA OS MUSEUS DA HISTÓRIA":  
o acervo documental sobre a Revolução Farroupilha e o Arquivo  
Histórico do Rio Grande do Sul  
(1925-1940)**

Passo Fundo  
2015

Ana Inés Arce

**"JÓIAS PARA OS MUSEUS DA HISTÓRIA":  
o acervo documental sobre a Revolução Farroupilha e o  
Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul  
(1925-1940)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História, do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade de Passo Fundo como requisito parcial e final para obtenção do grau de mestre em História, sob a orientação da Prof<sup>a</sup> Dra. Gizele Zanotto.

Passo Fundo  
2015

A J. U. Arce Verdier (in memoriam)

## **AGRADECIMENTOS**

Gostaria de agradecer a minha orientadora, Gizele Zanotto, com quem pude compartilhar o fascínio pelos arquivos, pela compreensão e generosidade com que me ajudou a enfrentar essa jornada, pelo apoio e estímulo intelectual constantes.

Às professoras Ana Luiza Reckzigel e Letícia Nedel, pela leitura atenta ao texto e as importantes correções e revisões sugeridas.

Aos professores do Programa de Pós-graduação em História.

A Jênifer de Brum, pelo seu cuidado e competência, que facilitaram a minha trajetória no Programa de Pós-graduação em História.

Aos funcionários do Museu Júlio de Castilhos, especialmente à colega Vanessa Becker.

Ao Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, em especial à colega Vanessa Gomes de Campos.

Aos funcionários e estagiários do Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul. Aos colegas do Arquivo Histórico de Porto Alegre Moysés Vellinho.

A Sheila Nogueira pelo apoio e auxílio na pesquisa.

A Leandro, Celeste e Vitória, queridos irmão, mãe e sobrinha pelo incentivo e, especialmente, a minha irmã Laura, pelo apoio e estímulo em todos os momentos, especialmente na finalização do trabalho.

A Zanon, pela parceria e estímulos constantes.

Às amigas Divair, Rosane, Rosani, Vera, Graziela, Valéria, Malu, Liziane, pelo apoio, manifestado de várias maneiras.

## RESUMO

Este trabalho procura analisar a incorporação de acervos referentes à Revolução Farroupilha ao Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul (que entre 1925 e 1954 funcionou junto ao Museu Júlio de Castilhos) no período em torno das comemorações do Centenário Farroupilha (1935). Época essa marcada pela Revolução de 1930 e o governo de Getúlio Vargas, pelas disputas entre o governo federal e o estadual e a nova inserção do Rio Grande do Sul no contexto nacional. Período em que as questões políticas foram acompanhadas também por uma candente disputa travada no campo da historiografia. A Guerra Civil de 1835 era reatualizada sob a ótica do presente, e as visões historiográficas que tendiam a ver o movimento como mais autônomo perdiam espaço para as posições mais integradoras. Dessa forma o trabalho procura, primeiramente, situar a produção documental no Decênio Farroupilha e acompanha a história arquivística de acervos privados e públicos. Apresenta as principais instituições de memória do Estado do Rio Grande do Sul, o Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul, o Museu Júlio de Castilhos e o Instituto Histórico e Geográfico. Analisa os recolhimentos de acervo referente ao Período Farroupilha anteriores ao Centenário. Contextualiza o momento político das décadas de 1920 e 1930 e a inserção do Estado do Rio Grande do Sul no contexto nacional. Detém-se nas comemorações em torno do Centenário Farroupilha e as disputas suscitadas em torno do caráter da Revolução. Analisa a mobilização do Arquivo Histórico (MJC) em torno dessa efeméride, particularmente as estratégias utilizadas para aumentar seu acervo, destacando-se a incorporação da Coleção Varela. Procura esboçar um quadro dos estudos históricos e dos intelectuais rio-grandenses nas décadas de 1920 e 1930. Analisa o papel do Arquivo Histórico e seu arquivista, Eduardo Duarte, nesse contexto. E, por último, tece algumas considerações sobre as concepções teórico-metodológicas que poderiam ter influenciado as escolhas que acabaram por conformar o patrimônio documental desse incontornável episódio da nossa história.

**Palavras-chave:** Patrimônio Documental, Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, Revolução Farroupilha

## ABSTRACT

This work seeks to assess the incorporation of collections concerning the Farroupilha Revolution into the Historical Archive of Rio Grande do Sul (which operated beside the Júlio de Castilhos Museum between 1925 and 1954) in the period around the celebrations of the Farroupilha Centennial (1935). Such period was marked by the 1930 Revolution and Getúlio Vargas's government, by disputes between the federal and state governments, and the new place of Rio Grande do Sul in the national context. A period when political issues were accompanied as well by a glowing dispute raged in the historiographical field. The Civil War of 1835 was re-updated from the vantage point of the present, and the historiographical views that tended to see the movement as more autonomous gave way to more integrative positions. Thus, the work seeks, first, to situate the documental production of the Farroupilha Decade and follows the archival history of private and public collections. It introduces the main memory institutions of the State of Rio Grande do Sul, the Júlio de Castilhos Museum (MJC) and the Historical and Geographical Institute. It analyzes the gathering of collections concerning the Farroupilha Period prior to the Centennial. It contextualizes the political moment of the 1920s and 1930s and the insertion of the state of Rio Grande do Sul in the national context. It dwells on the celebrations around the Farroupilha Centennial and the disputes that ensued regarding the character of the Revolution. It analyzes the mobilization of the Historical Archive (MJC) around this event, particularly the strategies used to increase its collection, highlighting the incorporation of the Varela Collection. It seeks to outline a picture of the historical studies and intellectuals of Rio Grande do Sul in the 1920s and 1930s. It analyzes the role of the Historical Archive and its archivist Eduardo Duarte, in this context. And finally, it makes some considerations about the theoretical and methodological conceptions that could have influenced the choices that eventually shaped the documental patrimony of this inescapable episode of our history.

**Keywords:** Documentary Heritage. Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul. Revolução Farroupilha.

## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

AHPAMV – Arquivo Histórico de Porto Alegre Moysés Vellinho

AHRGS – Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul

APERS - Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul

IHGB - Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro

IHGSP - Instituto Histórico Geográfico da Província de São Pedro

IHGRGS – Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul

MJC – Museu Júlio de Castilhos

RAPRGS - Revista do Archivo Publico do Rio Grande do Sul

RIHGRGS - Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b>	09
<b>1 "OS VERENDOS RESTOS DA SUBLIME GERAÇÃO FARROUPILHA" : A CONSTITUIÇÃO DE ACERVOS PRIVADOS E PÚBLICOS DE 1845 À DÉCADA DE 1930</b>	13
<b>1.1 A produção documental e o ativismo de Domingos José de Almeida</b>	15
<b>1.2 Alfredo Varela: o herdeiro de Almeida</b>	23
<b>1.3 Outros guardiães do acervo farroupilha</b>	33
<b>1.4 As instituições da memória e história e os acervos farroupilhas</b>	36
<b>2 A "CAÇA AOS DOCUMENTOS": A INCORPORAÇÃO DE ACERVOS DO DECÊNIO FARROUPILHA AO ARQUIVO HISTÓRICO NAS COMEMORAÇÕES DE SEU CENTENÁRIO</b>	44
<b>2.1 O Rio Grande do Sul no contexto brasileiro nas décadas de 1920 e 1930</b>	45
<b>2.2 O Centenário Farroupilha</b>	46
<b>2.3 O caráter brasileiro da Revolução Farroupilha</b>	52
<b>2.4 A "caça aos documentos"</b>	56
2.4.1 As instituições públicas	56
2.4.2 Acervos privados	66
<b>2.5 A Coleção Varela</b>	76
<b>3 AS "JÓIAS" DOS MUSEUS DA HISTÓRIA: ARQUIVO, HISTÓRIA E DOCUMENTO</b>	83
<b>3.1 A "sciencia sagrada": a história e os intelectuais rio-grandenses nas     décadas de 1920 e 1930</b>	83
<b>3.2 O "Relicário de Glórias": o Arquivo Histórico e seu arquivista</b>	91
<b>3.3 As "jóias" dos Museus da História: documento, patrimônio documental     e a memória da Revolução Farroupilha</b>	105
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>	120
<b>REFERÊNCIAS</b>	123
<b>ANEXO A – CATÁLOGO DO ARQUIVO VARELLA</b>	131
<b>ANEXO B - ARCHIVO DO BARÃO DE JACUHY</b>	139



## INTRODUÇÃO

O patrimônio documental do Estado do Rio Grande do Sul encontra-se disseminado por instituições públicas, privadas, arquivos e coleções pessoais. Muitas vezes transitando de mãos privadas a públicas ou vice-versa. Nesses movimentos, os acervos perdem ou ganham documentos, alteram seus arranjos, são incorporados a outras coleções ou mesmo acabam se perdendo ou sendo eliminados. Parte deles passa a fazer parte dos arquivos históricos públicos.

No processo de constituição do acervo do Arquivo Histórico do Estado do Rio Grande do Sul, a Revolução Farroupilha, incontornável episódio da nossa história, mereceu uma atenção especial ao longo do tempo, especialmente no período em torno das comemorações do seu Centenário (1935). Época essa marcada pela Revolução de 1930 e o governo de Getúlio Vargas, pelas disputas entre o governo federal e o estadual e a nova inserção do Rio Grande do Sul no contexto nacional. As questões políticas foram acompanhadas também por uma candente disputa travada no campo da historiografia. A Guerra Civil de 1835 era reatualizada sob a ótica do presente, e as visões historiográficas que tendiam a ver o movimento como mais separatista perdiam espaço para as posições mais integradoras.

Nesse contexto, o Centenário impulsionou um incremento na busca de acervos sobre o decênio farroupilha, que se deu de várias formas, desde o apelo a doações, cópias de documentos custodiados por instituições federais, até a compra de coleções. Uma das mais importantes incorporações nesse período foi a Coleção Varela, um dos mais ricos acervos documentais existentes sobre a Revolução Farroupilha e que tem sido fonte para inúmeros trabalhos de pesquisa histórica.

Apesar de sua notável importância para a história e memória do Estado, pouco tinha se estudado a respeito de sua trajetória arquivística. Uma primeira aproximação com o tema foi desenvolvida em trabalho monográfico.<sup>1</sup> Percorrer a vida dessa coleção nos permitiu compreender um pouco melhor a formação dos Arquivos Históricos e os processos de preservação de determinados conjuntos documentais, sempre sujeitos a injunções de toda ordem. A abordagem interdisciplinar, que transitou, principalmente, entre a História e a

---

<sup>1</sup>ARCE, Ana Ines. **Os Verendos restos da sublime geração farroupilha, que andei a recolher de entre o pó das idades: uma história arquivística da coleção Varela.** 2011. 108 f. Monografia de Conclusão de Curso (Bacharelado em Arquivologia) – Departamento de Ciências da Comunicação. Faculdade de Comunicação e Biblioteconomia. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011. Disponível em: [www.lume.ufrgs.br](http://www.lume.ufrgs.br)

Arquivologia, sem deixar de lado outras áreas do conhecimento, ressaltou também a relação entre a formação dos acervos e determinadas concepções teórico-metodológicas e visões historiográficas, pois essas, neste caso, foram determinantes na seleção do material a ser preservado e/ou colecionado. Por outro lado, a existência de determinado conjunto documental, uma vez consolidado, também influenciaria as possibilidades de trabalho do historiador.

A partir desse estudo, constatou-se que seria relevante ampliar a investigação, tanto empírica quanto teoricamente. Nesse sentido, delineou-se um novo problema de pesquisa: refletir sobre as rotas de circulação dos documentos públicos e privados, e sua influência na formação dos acervos dos arquivos históricos, levando em consideração sua relação com a história, a historiografia, a constituição da memória e a formação da identidade regional. Essa reflexão deu-se a partir do estudo da formação do acervo sobre a Revolução Farroupilha e sua incorporação ao Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, entre os anos de 1925 e 1940, época em que esteve vinculado ao Museu Júlio de Castilhos (1925 a 1954).

O objetivo geral da pesquisa foi, a partir da constituição do acervo referente à Revolução Farroupilha do Museu Júlio de Castilhos (MJC) e Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul (AHRGS), entre os anos 1925 e 1940, analisar a relação entre arquivo, história e historiografia, considerando a incorporação de arquivos pessoais e públicos e coleções privadas que se deu nesse período.

Teve como objetivos específicos analisar a formação de alguns arquivos e coleções (principalmente a Coleção Varela) e os processos que resultaram na sua incorporação ao patrimônio documental do Estado; estudar a formação, estrutura e funcionamento do Museu Júlio de Castilhos e Arquivo Histórico do Estado do Rio Grande do Sul, até a década de 1940, bem como a legislação sobre patrimônio vigente na época; analisar o contexto histórico do período das comemorações do Centenário Farroupilha; contextualizar os estudos históricos no Rio Grande do Sul e analisar a atuação do AHRGS (MJC); analisar as concepções de documento histórico e trabalho arquivístico que norteavam os trabalhos do Arquivo Histórico; discutir a problemática dos acervos privados e de seu recolhimento para instituições públicas, bem como sua influência na historiografia, na preservação da memória e na constituição de identidades.

Consideramos que o estudo desses acervos privados e públicos, particularmente significativos dentro de uma perspectiva regional traria aportes para a ampliação da compreensão tanto da documentação que os constitui (seleção e constituição de uma memória), quanto do fazer historiográfico. Além disso, permitiria um entendimento mais

preciso da formação do patrimônio documental, tendo em vista o momento e os mecanismos de sua incorporação às instituições públicas.

Processo esse sempre resultante de uma série de injunções, ligadas a fatores de ordem diversa, que vão desde vicissitudes de ordem pessoal até disputas políticas mais amplas, em que a relação entre o nacional e o regional (e as questões identitárias daí decorrentes) é uma das pautas importantes.

No Rio Grande do Sul, a identidade regional é uma tema muito candente tanto nos debates históricos quanto na vida cotidiana, portanto uma reflexão sobre a formação dos acervos que, em certa medida, servem de base para essas disputas, torna-se necessária. Entretanto, a compreensão dessa problemática complexa ver-se-ia dificultada, sem uma abordagem que procurasse vincular diferentes campos do conhecimento, aspecto fundamental desta proposta de pesquisa.

O trabalho proposto consistiu em pesquisa bibliográfica e documental, fazendo uma abordagem qualitativa do tema. A investigação se baseou em dados documentais existentes no Museu Júlio de Castilhos, no Arquivo Histórico do Estado do Rio Grande do Sul, Arquivo Histórico de Porto Alegre Moysés Vellinho (AHPAMV) e Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul (IHGRGS). Além disso, foram utilizadas fontes periódicas como os jornais Correio do Povo e a Federação, a Revista do Museu e Arquivo Público e a Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul. Procurou-se integrar a análise dos dados com a reflexão teórica principalmente nos campos da História e da Arquivologia, salientando-se que a perspectiva interdisciplinar permitiria uma melhor compreensão do objeto de estudo.

Ao longo desta pesquisa, ocorreram algumas dificuldades e foram necessários ajustes em relação ao projeto original. Um exemplo disso foi a constatação que muitos processos se encontravam precariamente documentados, o que não permitia acompanhar o desenvolvimento das negociações ou das doações, e seu desfecho. Percebeu-se que alguns acordos eram verbais e vinculados às próprias relações dos dirigentes das instituições ou do governo. Como não havia uma legislação precisa para regulamentar esses recolhimentos, a documentação também se ressentia dessa falta de formalidade.

Percebemos que se destacava a figura de Eduardo Duarte, atuando diretamente na avaliação, seleção e organização dos acervos de instituições como o Arquivo Público (2ª sessão), Arquivo Histórico e o Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, por isso consideramos interessante nos determos também em sua trajetória profissional.

O tema é vasto e permitiria outras abordagens. O caráter exploratório deste estudo e sua própria dimensão, com limites específicos, fazem com que alguns aspectos, tanto teóricos quanto empíricos, não sejam aprofundados. Pretende-se, entretanto, que possa resultar na sugestão de reflexões e pesquisas futuras.

O texto apresentado a seguir se divide em três capítulos. O primeiro trata da trajetória da documentação produzida durante o decênio farroupilha, principalmente a gerada pela República Rio-grandense e que se encontrava em acervos privados, analisando a conservação privada desse patrimônio documental. Aborda também as instituições de memória que receberam esse acervo, notadamente o Arquivo Público, o Museu Júlio de Castilhos e Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul. E, ainda, analisa o estado do acervo referente à Guerra dos Farrapos no período anterior ao início dos preparativos para a Comemoração do Centenário.

O segundo aborda os preparativos e as comemorações do Centenário Farroupilha, da segunda metade da década de 1920 à primeira da década de 1930, contextualizando o cenário político sul rio-grandense e brasileiro e, em linhas gerais, as principais versões sobre a Guerra dos Farrapos na época. Com esse pano de fundo, analisamos a expansão do acervo farroupilha no Arquivo Histórico, levando em consideração as incorporações oriundas de arquivos públicos e privados, especialmente a Coleção pertencente a Alfredo Varela.

No último, procuram-se contextualizar os estudos históricos e sua influência na intelectualidade das primeiras décadas do século XX. Com isso, refletir sobre o arquivo histórico e o trabalho arquivístico, a partir da trajetória de Eduardo Duarte e, por último traçar algumas considerações sobre o documento e o patrimônio documental.

# 1 "OS VERENDOS RESTOS DA SUBLIME GERAÇÃO FARROUPILHA": A CONSTITUIÇÃO DE ACERVOS PRIVADOS E PÚBLICOS DE 1845 À DÉCADA DE 1930

O estudo da formação dos arquivos e seus acervos tem sido preocupação de historiadores e arquivistas há muito tempo, entretanto, nas últimas décadas, a análise dessas instituições tem se aprofundado, com objetivos que vão da busca de soluções concretas para apoiar a prática arquivística num mundo que produz cada vez mais informação e tende a democratizá-la (leis de arquivos, leis de acesso à informação) até complexos estudos teóricos sobre a natureza dos arquivos e seus documentos. Ainda assim, a visão, que se consolidou no século XIX<sup>2</sup>, dessas instituições como neutros repositórios da memória dos povos ainda permanece em algumas situações e a seus funcionários e pesquisadores escapa a complexidade da tarefa a que se dedicam. Como se pode observar nas palavras de Terry Cook:

(...) é um cego conduzindo o outro, em ambas as direções: estudiosos usando arquivos sem perceber as espessas camadas de intervenção e significado codificado nos registros por seus produtores e pelos arquivistas muito antes das pesquisas começarem; e arquivistas tratando seus arquivos sem sensibilidade para as marcas que estão deixando no registro arquivístico. Estudiosos e arquivistas percebem (e promovem) o arquivo como coleção documental e pesquisa histórica indiferente, em vez de um lugar para contestação do poder, memória e identidade. (SCHWARTZ; COOK, 2004, p. 18)

Indo um pouco além nessa reflexão, Broyhman lembra o papel dos arquivistas nessa significação do passado:

Eles são convidados a considerar não somente como os arquivos mantêm os registros do passado, mas também, em seu discurso e práticas, eles ajudam a preservar um certo conceito do que "o passado" significa. Arquivistas são chamados a estudar a possibilidade que múltiplas perspectivas são possíveis

---

<sup>2</sup>No século XIX, principalmente na segunda metade, com o desenvolvimento do estudo da História, acentua-se o papel dos arquivos e suas "ciências auxiliares": a paleografia, diplomática e arquivística. Esta última, fortemente influenciada pelo Positivismo, ainda que considerada de caráter subsidiário, "ensaia a sua afirmação em grande parte por força dos interesses historiográficos. É, pois, no campo da História e por causa da História que um saber eminentemente prático e milenar é valorizado e ganha "consciência" disciplinar, que os arquivos são reconhecidos como lugares de memória e apreciados como bens patrimoniais" (RIBEIRO, 2002, p. 20)

no "que o passado" poderia significar no contexto da prática arquivística.<sup>3</sup> (BROTHMAN, 2001, p. 50)

Portanto, tanto o fazer arquivístico, quanto à pesquisa histórica precisam se voltar com mais atenção para os acervos, pois a seleção, organização, divulgação de documentos e a utilização deles para a pesquisa se dão através de uma série de condicionantes e a reflexão sobre esses fatores redimensiona o resultado do trabalho de ambos profissionais, fato para o qual já nos alertava de Marc Bloch:

[...] os documentos não se encontram aqui ou ali, por intermédio de algum misterioso decreto dos deuses. Sua presença ou sua ausência, em tais fundos de arquivos, em tal biblioteca de manuscritos, em tal solo, salientam/reedificam/ substituem causas humanas que de forma alguma escapam à análise. Os problemas que impõem dessa maneira a transmissão das lembranças não interessam apenas à técnica dos nossos estudos. São eles mesmos problemas de história muito importantes, pois o que eles colocam em jogo não é nada menos do que a passagem da lembrança através das gerações. E se a "passagem" não acontece, é por a negligência, que extravia documentos; principalmente a paixão pelo segredo – segredo diplomático, segredo dos negócios, segredo das famílias – que os esconde ou os destrói. (BLOCH apud MASTROGREGORI, 2008, p. 82)<sup>4</sup>.

Esses e outros tantos fatores, circunstâncias, ações humanas e catástrofes de todos os tipos fizeram com que poucos conjuntos documentais chegassem até nós. Muitos pereceram deixando-nos apenas seu tênue rastro, menções de sua existência em papéis remanescentes ou na memória daqueles que a eles tiveram acesso. Entretanto, alguns acervos, aqueles que remetem a fatos ou eventos que são ou foram particularmente relevantes para determinadas comunidades (seja por razões políticas, identitárias, históricas, ou outras), são mais perenes. No Rio Grande do Sul, um exemplo disso é o acervo da Revolução Farroupilha (1835-1845), incontornável evento da história do Estado, que carrega uma marca identitária muito importante<sup>5</sup>.

Desde o fim do conflito, tem se produzido inúmeras obras, que foram acumulando sentidos a esse episódio, criando e contestando heróis e traidores, debatendo exaustivamente

<sup>3</sup>No original: "They are invited to ponder not only how archives keep records of the past but also how, in their discourse and practices, they help to preserve a certain concept of what "the past" means. Archivists are asked to entertain the possibility that multiple perspectives are permissible on "what the past" might mean in the context of archival practice".

<sup>4</sup>Essa citação é diferente da que se encontra na versão final de *Ofício de historiador*. Foi traduzido por Massimo Mastrogregori do texto datilografado do *Métier d'Historien*, conservado no Arquivo de E. Bloch.

<sup>5</sup>O objetivo deste trabalho não é discutir a natureza do conflito que dividiu o Estado nos anos de 1835 a 1845, mas acompanhar e refletir sobre a trajetória da documentação produzida e referir às diferentes concepções historiográficas que de alguma maneira influenciaram na conformação do acervo hoje existente no Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul.

fatos controversos, incorporando novos personagens ao cenário. Relatos de antigos combatentes, documentos que "comprovavam" fatos ou que elucidavam episódios polêmicos, passaram a ser muito valorizados, dando suporte a uma ou outra versão. O apreço pelos papéis do "decênio ilustre", que se consolida com a comemoração da efeméride, pode ser verificado desde o final da guerra, na preocupação de seus primeiros colecionadores em reuni-los e conservá-los. Entretanto, foi com a aproximação da comemoração do Centenário Farroupilha e de seus preparativos que a busca das instituições da memória por esses papéis tomou outra dimensão, angariando esforços de várias esferas governamentais e mobilizando muitos setores da população.

Neste capítulo, procuraremos compreender o contexto de produção da documentação farrapa, entender sua trajetória nas coleções privadas (principalmente as que pertenceram a Alfredo Varela e Alfredo Ferreira Rodrigues) e elucidar, ainda que parcialmente, os mecanismos individuais de conservação para esse conjunto documental, bem como descrever a formação e a atuação das instituições (Arquivo Público do Rio Grande do Sul, Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul - Museu Júlio de Castilho) que irão herdá-los. Para tanto, por ser o maior acervo privado referente ao período, incorporado ao Arquivo Histórico no contexto das comemorações do Centenário Farroupilha, procuraremos centrar nossa análise no conjunto que mais tarde passou a ser denominado de Coleção Varela.

### **1. 1 A produção documental e o ativismo de Domingos José de Almeida**

Em quase dez anos de existência, a documentação utilizada para gerir a República Rio-grandense (1835-1845) foi considerável. Aqui não nos deteremos a analisar em profundidade a sua produção, recebimento e tramitação nas diferentes instâncias da administração, pois demandaria outro tipo de investigação que foge ao escopo deste trabalho, entretanto faz-se necessário uma breve digressão sobre esse tema, apontando para a utilização e o valor atribuído com o passar do tempo a esses papéis.

O conflito durou dez anos e dividiu a Província entre os que permaneceriam fieis ao Império e os partidários do movimento farroupilha. Esse movimento teve como motivações econômicas a reivindicação por parte de criadores e charqueadores de proteção à produção de charque no Estado, pois o mesmo era importado do Uruguai a preços mais baixos, e políticas, em que se contestavam as políticas centralizadoras do Império.<sup>6</sup> Em 1836, foi proclamada a

---

<sup>6</sup>Existe extensa bibliografia sobre o assunto. Para uma visão mais geral ver FLORES, Moacyr. **Modelo Político dos Farrapos: as idéias políticas da Revolução Farroupilha**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1978. PICCOLO,

República, e as fronteiras dessa "pátria em movimento" variaram de acordo com as injunções da guerra, permanecendo os principais centros urbanos da época, Rio Grande, Pelotas e Porto Alegre, sob governo imperial. Os principais centros urbanos da época, Rio Grande, Pelotas e Porto Alegre permaneceriam sob governo imperial. Suas capitais foram Piratini (10.11.1836 a 14.02.1839), Caçapava (14.02.1839 a 22.03.1840) e Alegrete (22.03.1840 ao final da guerra).

Para administrar a República, adotou-se inicialmente a "Constituição e Leis do Império, desde que não colidissem com a forma republicana, até que sua Assembleia Constituinte fosse convocada e aprovasse a sua própria Carta Magna". (FLORES, 1978, p. 100). Foram criados os Ministérios e Secretarias do Interior, Fazenda, Justiça, Guerra, Marinha e Exterior e "as secretarias possuíam um Oficial Maior, dois Escriturários e um Porteiro que fazia as vezes de contínuo". (FLORES, 1978, p. 138-139).

"A existência de um poder político organizado é concomitante com a existência de arquivos organizados" (SUBTIL, 1996, p. 106). Esses arquivos estariam na fase corrente, já que abrigariam "documentos durante seu uso funcional, administrativo, jurídico; sua tramitação legal; sua utilização ligada às razões pelas quais foram criados" (BELLOTTO, 2004, p. 24-25) e, portanto, documentos de valor primário<sup>7</sup>, como as duas circulares de Domingos José de Almeida citadas na sequência:

Para conferir-se no Tesouro os documentos que nele se vêm legalizar, dos gados tirados para fornecimento do exército, polícia e famílias cujos chefes se acham nas fileiras; para arrecadarem-se os couros com exação e para prevenirem-se os abusos e desperdícios que escandalosamente se observa no consumo desse artigo, a despeito dos interesses da importante classe criadora e da prosperidade do Estado; manda o Governo que V. S<sup>a</sup> de ora em diante até 12 de cada mês envie a esta repartição um mapa circunstanciado de todo o gado para tal fim tirado no departamento de sua jurisdição no decurso do mês antecedente, em o qual minuciosamente declare o número e o sexo dele com o título de tal aplicação saído, aquele consumido com a polícia e famílias dos distritos, e aquele coma as forças que porventura neles transitem distribuído, como o nome de cada um dos proprietários que o forneceu e de quem o recebeu. No mesmo mapa, mas em separado, notará V. S<sup>a</sup> os gados pelo comércio exportados em tais meses, quem os vendedores e compradores. Para o devido cumprimento desta determinação V. S<sup>a</sup>, sob a mais severa responsabilidade, ordenará aos seus delegados que sem falência no último de cada mês lhe remetam os mapas parciais de seus distritos ou

---

Helga Iracema Landgraf; e PADOIN, Maria Medianeira (dir.). **História Geral do Rio Grande do Sul: Império (vol. 2)**. Passo Fundo: Méritos Editora, 2006.

<sup>7</sup>"O valor primário define-se como sendo a qualidade de um documento baseado nas utilizações imediatas e administrativas que lhes deram seus criadores, por outras palavras, nas razões para as quais o documento foi criado." (COUTURE e ROUSSEAU, 1998, p. 117).



quarteirões, para com eles formar o quadro geral de que trato<sup>8</sup>. (ANAIS, v.2, 1978, p. 249-250).

Para o governo poder com acerto lançar mão das medidas econômicas que convém estabelecer, manda que V. S<sup>a</sup> sem perda de tempo informe por esta repartição: 1º quantas famílias, número, idade e sexo das pessoas de que elas se compõe, são municadas de carne por conta do Estado no departamento de sua jurisdição policial, em virtude da circular de 2 de setembro de 1837 corroborada pelo Decreto de 14 de agosto de 1838; 2º qual o número das pessoas, que além daquelas famílias, são também municadas no referido departamento; 3º com quantas libras de carne são municadas cada uma das ditas pessoas; 4º com que títulos ou ordens se municiam tais pessoas, e desde quando; e 5º finalmente, qual o destino que se tem dado aos couros do gado para esse fornecimento comprado<sup>9</sup>. (ANAIS, v.2, 1978, p. 251).

Nessas circulares, temos um exemplo de como o governo da República controlava suas atividades e também recolhia informação para estabelecer medidas e políticas. Parte dessa documentação já se encontraria numa fase intermediária<sup>10</sup>, mas não se constatou a existência de algum arquivo centralizado, o mais provável é que todos os papéis de determinada repartição permanecessem reunidos. Podemos pensar, então, para esse momento, em partes de arquivos espalhadas por repartições, carretas, acampamentos militares, casas de particulares, escondidos, interceptados pelo inimigo, enfim, talvez em muitos outros lugares, que não pudemos detectar através da documentação, mas que poderiam ser o destino desses papéis nessa conjuntura de conflito.

Uma importante parcela desses documentos passava pelas mãos de Domingos José de Almeida, que, após o fim da Revolução, passou zelosamente a guardá-los. Para entendermos a formação desse conjunto que será o núcleo principal da Coleção Varela é necessário que entrelacemos alguns dados biográficos desse personagem com a conformação e uso desse acervo.

Almeida nasceu em Minas Gerais em 1797. Dedicou-se ao comércio, mas também era um estudioso de diversas áreas do conhecimento, possuindo uma das mais ricas e variadas bibliotecas na Província em sua época. (SPALDING, 1969, p. 180).

Vindo para o Rio Grande, em 1819, instalou-se em Pelotas, onde prosperou e casou-se com Bernardina Barcellos de Lima, filha de família destacada do sul da Província. Em 1835, foi deputado na Assembleia Provincial e participou do início da revolta. Proclamada a República, passou a ter relevante papel na sua organização,

<sup>8</sup>As circulares citadas, assinadas por Domingos José de Almeida, estavam endereçadas ao cidadão Inácio José de Oliveira Guimarães, Chefe de Polícia do departamento do Boqueirão. Caçapava, 31 de julho de 1839. (CV-321).

<sup>9</sup>Caçapava, 8 de agosto de 1839. (CV-323).

<sup>10</sup>Fase intermediária é o período em que os documentos "devem ser conservados por razões administrativas, legais ou financeiras, mas não têm de ser utilizados para assegurar as atividades quotidianas de sua administração." (COUTURE e ROSSEAU, 1998, p. 115).

Como Ministro e Secretário de Estado do Interior, traçou normas para a representação diplomática do novo Estado; regulamentou o comércio interno; estabeleceu a hierarquia nas forças armadas; estabeleceu o "curso", do qual resultou a vinda de José Garibaldi; criou as condições para a cidadania rio-grandense; concedeu indultos, transformando-se, em suma, como dizem seus biógrafos, "na consciência jurídica" da República Rio-grandense, depois de ter sido o organizador de suas finanças. (SPALDING, 1969, p. 180).

Terminada a guerra uma boa parcela da documentação produzida e recebida pela República Rio-grandense vai permanecer nas mãos de Almeida, outra parte se dispersara entre suas principais lideranças e também com particulares. Nos primeiros anos após o fim do conflito, ainda havia negócios pendentes a serem tratados, e é possível que esses papéis tenham sido mantidos, em parte, em função de seu valor secundário, ou seja, por poderem ser utilizados como prova de determinado fato ou pelo seu potencial informativo. (BELLOTTO, 2004, p. 26). Um exemplo disso são os documentos enviados pelo antigo ministro Almeida, exigindo o pagamento de dívidas pessoais que contraíra para financiar as tropas farroupilhas.

Não vendo além de V<sup>a</sup> S<sup>a</sup> pessoa alguma habilitada para reparar a clamorosa injustiça que sofri da comissão criada para liquidar as dívidas da extinta revolução, a V. S<sup>a</sup> recorro; e para obrar a respeito com a inteireza e circunspeção que lhe são próprias, relevará que me remonte a épocas anteriores, que invoque o testemunho de V. S<sup>a</sup> e que auxilie minha pretensão com documentos exarados quando nem por sonhos se vislumbrava o desfecho de nossa questão política, para serem preparados com dolo de antemão premeditado.

[...]

A conta referida foi arquivada, e se não existir, existem quase todas as pessoas empregadas na predita Tesouraria a cujo testemunho me remeto.

[...]

Os documentos em n.ºs. C,D, E, F mostrarão a V. S<sup>a</sup> qual o escrúpulo e circunspeção com que se procedeu a esse ajustamento, e o periódico n.º 9, qual a disposição legislativa que autorizou o empréstimo que fiz de 10:000\$000 em atenção a não corresponderem nossos meios a importância da empresa a que nos havíamos comprometido<sup>11</sup>.(ARQUIVO, v. 3, 1979, p. 112-116).

Com o fim da Revolução, Almeida voltou a Pelotas, e, com o passar dos anos, conseguiu reerguer seus negócios, mantendo também sua atuação pública e política nos assuntos rio-grandenses. Um dos veículos dessa militância era o jornal *O Brado do Sul*<sup>12</sup> que,

<sup>11</sup>Carta de Domingos José de Almeida a David Canabarro. Pelotas, 25 de outubro de 1845. (CV-652)

<sup>12</sup>*O Brado do Sul*. foi o primeiro jornal diário de Pelotas (RS). Circulou entre 1858 e 1861, de terças-feiras a domingos e era propriedade de Carl von Koseritz, Domingos José de Almeida e Nery Luiz Osório. (MIRANDA, 2008)

entre os anos 1858 e 1861, passou a publicar com a colaboração de Carl von Koseritz. Rival do conservador *O Noticiador*<sup>13</sup>, participava das disputas políticas locais, muitas das quais reavivavam conflitos que tinham origem no período da guerra. Em muitos casos, a honra dos combatentes era atacada<sup>14</sup>, em outros se tratava de cobranças de dívidas contraídas nesse período<sup>15</sup>. Em várias situações, como prova de suas posições, papéis em mãos do antigo ministro eram publicados no jornal.

As disputas políticas, que ecoavam em ambos jornais, foram se agravando quando foi anunciada a publicação, em seu jornal, de documentos da época da revolução e mencionado que o próprio Almeida iniciaria a escrita de uma história desse período. Ao mesmo tempo, o redator d'*O Brado do Sul* enviou várias cartas aos seus antigos camaradas, solicitando documentos, periódicos e esclarecimentos de alguns fatos. Pedia, ainda, a colaboração através de assinaturas de *O Brado do Sul*, como vemos na missiva abaixo:

Sempre na vanguarda de nossa heróica revolução, pareceu-me dever à posteridade a narração dela, recomendando-lhe assim os respeitos de que se tornaram credores seus antepassados por doar-lhes Pátria e liberdade. Para isso, apesar da falta de habilitações, e só confiando na memória e no poderoso auxílio de meus antigos companheiros de trabalhos, por Circular de 15 de março p.p. lhes pedi: **1º assinaturas para o periódico "Brado do Sul"** nesta cidade impresso, e no qual tinha de publicar o histórico da dita revolução ou de fragmentos fiéis para ele; sendo 20\$000 por ano, 10\$000 por 6 meses, 3\$000 por três, visto meu estado de finanças não poder comportar a despesa a fazer com aquisição de certidões de documentos oficiais a pedir das Secretarias da Presidência, da Comandância Militar e da Assembléa Provincial; **2º todos os documentos que possuísem, e informações do que notassem ou tivessem na lembrança do ocorrido nos fatos mais notáveis** sucedidos no transcurso dela, daqueles que os prepararam e daqueles que criaram e seguiram; e **3º finalmente, a pronta remessa de tais documentos e informações**, como do produto da assinatura do indicado periódico a Carlos de Koseritz, redator dele, prescrevendo a maneira de suas remessas, para com segurança irem às mãos dos subscritores.

<sup>13</sup> *O Noticiador (Jornal Polit., Litt. E Mercant.)*. Bissemanário criado em 1854 (circulou até 1868) por Luiz José de Campos, que atuava como principal editor junto a Isidoro Paulo de Oliveira. Circulava às quartas-feiras e aos sábados em Pelotas (RS). Foi nesse periódico que teve início a carreira jornalística de Carl von Koseritz, que junto a P.D. Telemaco, atuava como redator. (MIRANDA, 2008)

<sup>14</sup> Como, por exemplo, a muito controversa "Surpresa de Porongos", cujo personagem principal foi David Canabarro, a Paz de Ponche Verde, ou o episódio da Ilha do Fanfa. Fatos cuja elucidação era uma das questões que mais ocupava e preocupava Domingos José de Almeida.

<sup>15</sup> Como a longa contenda entre Joaquim Gomes de Melo e Faustino José de Lima, que perpassa vários números de *O Brado do Sul* e ocupa Domingos José de Almeida em várias representações junto ao governo, em cartas apelando à solidariedade dos velhos companheiros e a pedidos em vários jornais. Exemplo de correspondência enviada a *O Brado do Sul* e a *O Commercial* de Rio Grande: "[...] da actual sentença que condemnou o Sr. Faustino José de Lima a pagar ao Sr. Joaquim Gomes de Mello quantia de que este se figura credor por um acto, que aquelle, a seu beneficio praticara durante a revolução [...]" *O Brado do Sul*, Pelotas, 30 de março de 1860. Nº 14 ANNO III, p. 1, 2.

E como a falta de resposta de muitos a quem dirigi ditas circulares me convença de que elas foram de propósito transviadas em viagem pela oposição que se tem declarado contra tal publicação, pela presente reitero aquele pedido, a fim de poder coordenar e dar quanto antes princípio à inserção do referido histórico, visto **já ter com grande custo obtido volumosa cópia de documentos e preciosas informações**<sup>16</sup>. (grifo nosso) (ANAIIS, v. 3, 1979, p. 144,145).

Em correspondência posterior constatamos que alguns "antigos companheiros de trabalhos" enviaram o material solicitado, outros não responderam às reiteradas correspondências que Almeida enviava. A suspeita de interceptação da correspondência, referida na carta acima, não era uma possibilidade descabida dentro desse contexto de disputa política em que o que se passara na guerra ainda poderia causar incômodos a ex-combatentes de ambos os lados.

Apesar de algumas adesões, houve pouco encorajamento, pois além de uma forte oposição dos adversários, o antigo ministro farroupilha não encontrou apoio em muitos de seus antigos companheiros. Mesmo assim, cabe destacar aqui duas coisas em relação a esses documentos: primeiro, o aumento do acervo de Almeida com essas incorporações. Em sua correspondência mencionava caixas de documentos recebidas, periódicos, cartas com esclarecimentos de determinados fatos da guerra, certidões<sup>17</sup>.(ANAIIS, v. 3, 1979, p. 141-144).

Em segundo lugar, mas não menos importante para a conformação desse acervo, a evidência de que a guerra marcara profundamente a Província e que os conflitos políticos, cuja origem remontava muitas vezes aos anos anteriores ao movimento farrapo, se mantinham vivos. A memória desse evento, portanto, também estava sendo disputada tanto com os antigos inimigos como dentro das próprias fileiras da revolução, e não raro impunha conflitos morais ao próprio Almeida, principalmente quando se confrontava com documentos que podiam denegrir a imagem de seus líderes e que, como cita em sua correspondência, pensara até em eliminar<sup>18</sup>. Isso nos faz pensar novamente nas palavras de Marc Bloch e "nos perigos que corria a passagem da lembrança através das gerações".

---

<sup>16</sup>Carta (minuta) de Domingos José de Almeida a João Antônio da Silveira, ao Tenente-coronel José Alves Valença, a Joaquim dos Santos Prado Lima, ao Tenente-coronel José Narciso Antunes e ao Tenente-coronel Frutuoso Borges da Silva Fontoura. Pelotas, 6 de outubro de 1859. (CV-674)

<sup>17</sup>Carta (minuta) de Almeida ao Major Bernardo Pires. Pelotas, 17 de setembro de 1859. (CV-673).

"Ainda não me veio às mãos o caixão de papéis relacionados e a mim rotulado; mas já entendi-me com o amigo Comendador Manuel Soares de Paiva, e só serão entregues a mim, ou a pessoa por mim autorizada: porque tão importante tesouro não se deve confiar a qualquer [...] Estamos a 30. Hoje recebi o caixote de papéis que fica sob minha guarda".

<sup>18</sup> "Pois bem, um documento em sentido oposto que se tem ocultado e que foi guardado e reservado por Bento Gonçalves me veio à mão, e em mim apagou o conceito que dele fazia, dele que tinha de figurar em retrato no exórdio do meu projetado histórico". Carta (minuta) de Domingo José de Almeida ao Tenente-coronel Manuel Antunes da Porciúncula. Pelotas, 17 de outubro de 1859. Há uma interessante anotação que Varela faz nessa

Em janeiro de 1860, Domingos José de Almeida publicava em editorial que desistia publicamente de editar o histórico da revolução, entretanto prosseguia a tarefa de reunir elementos para sua obra: notas e cronologias<sup>19</sup>, solicitação de esclarecimentos sobre alguns fatos a seus correligionários e adversários<sup>20</sup>, preocupação com atualizar-se em relação à produção historiográfica da e sobre a província. Nesse tempo, seu acervo já causava cobiça por parte de outros pesquisadores<sup>21</sup>.

Apesar do empenho, do material recolhido, das leituras realizadas, dos esforços de memória, de julgar que com o que tinha seria "capaz de atravessar o labirinto de Creta"<sup>22</sup>, Almeida não deixou uma obra mais sistematizada. Sem conseguir cumprir com a missão de "doar à posteridade rio-grandense os portentosos feitos de seus antepassados nesse drama de

---

carta, para que não seja tomada isoladamente: "Vide outra a Antunes em que reforma este juízo sobre Bento Gonçalves" (CV-684) (ANAIS, v. 3, 1979, p. 151-152). O documento referido pelo historiador seria a Carta (minuta) de Domingo José de Almeida ao Tenente-coronel Manuel Antunes da Porciúncula. Pelotas, 3 de abril de 1860. (CV-714) (ANAIS, v. 3, 1979, p. 176-177).

<sup>19</sup>Exemplos: "Nota para a história da revolução do Rio Grande", que consiste em algumas notas (os nomes dos lanchões, do cirurgião-mor, o ataque em Santa Vitória, etc) que foram apontadas, supomos, com a intenção de desenvolver depois. (CV-2181) (ANAIS, v. 3, 1979, p. 652), E "Lembranças das épocas memoráveis dos mais assinalados triunfos obtidos por as armas da República Rio-grandense contra os realistas inimigos da liberdade" (relação com as datas das batalhas e locais, algumas com mais detalhes). (CV-775) (ANAIS, v. 3, 1979, p. 220-222). Ou ainda, as notas para a biografia e necrologia de Bento Gonçalves (CV-2183 e 84) (ANAIS, v. 3, 1979, p. 655-663).

<sup>20</sup>Como a correspondência trocada com Osório: "Meu Exmo. e honrado Comandante: Vai meu filho e criado de V. Ex<sup>a</sup> Epaminondas para receber o rascunho que V. Ex<sup>a</sup> se serviu prometer-me corrigir, eliminar, e adicionar francamente o preciso. Este tentame do passado chega a época da conclusão da paz reconhecendo a independência do Estado Oriental porque, de então em diante, tenho quase tudo em apontamentos. Pretendo partir amanhã, posto tenha ainda dificuldades a vencer na [ilegível] receberá suas ordens; o de V. Ex<sup>a</sup> velho camarada e dedicado amigo. Domingos José de Almeida, Sua olaria, 11 de agosto de 1861".

"Ilmo Sr: Entreguei a seu filho o papel que me confiou; nada tive que emendar mas não lembro se na prisão de Inácio Oribes teve parte Bento Gonçalves ou foi somente Calderon. Seu amigo obrigado, Manuel Luís Osório" (CV-771) (ANAIS, v. 3, 1979, p. 218).

<sup>21</sup>"Querido Antunes [...] **O Dr. Félix Xavier da Cunha e o Dr. Alexandre José de Melo Morais autor da melhor história pátria que conheço instam para que eu lhes ceda meus papéis a fim de coordenarem o histórico por mim tentado;** mas, como vedes, sendo minha extenuada memória o documento principal para ele, e não podendo eu transferi-lo, não lhes traspasso o empenho que ficará perdido se eu morrer antes de ultimá-la posto possuir com abundância documentos e notas importantes. Cansado aqui paro [...]. (grifo nosso). Meu antigo e muito estimado comandante [...] A narração do histórico de nossa revolução, que prometi publicar, tem sido tão desejada que **três capacidades do Império instantemente me hão pedido os documentos que possuo para redigi-lo;** ao que tenho respondido que sendo a minha cabeça o principal documento, e não podendo apartá-la de meu corpo, não podia aceitar tão valiosas ofertas, não enviando-lhes os documentos que possuo para com eles despertar lembranças confusas e passo a passo notar os fatos conhecidos, e após seus antecedentes e resultados; e é para isso que os papéis que meu amigo me prometeu instantemente reclamo. Nosso comportamento tem inspirado interesse veemente e puro pelo nosso passado; e a dívida que contraí, sem compulsar os meios para pagá-la, é exigida sem piedade e sem atenção aos resumidos meios de que disponho, à minha idade e à tenacidade de meus incômodos físicos etc., etc..." (grifo nosso) Ao Brigadeiro Portinho. Meu antigo e muito estimado Comandante. Pelotas, 22 de dezembro de 1859.

<sup>22</sup>"Querido Antunes [...] Acelera a recepção e remessa do arquivo do amigo General João Antônio e com ele os Anais da Província pelo caluniador Visconde de São Leopoldo, que muita falta me faz para confrontação e dilucidação de fatos que desfigura; e acreditem na história escrita por hipócritas malvados. Continuo a pedir e a sofrer denegações de informações sobre coisas da revolução; mas já me julgo, com o que tenho, capaz de atravessar o labirinto de Creta." Carta de Domingos José de Almeida (minuta) ao Tenente-coronel Manuel Antunes da Porciúncula. Pelotas, 10 de setembro de 1860. (CV-733) (ANAIS, v. 3, 1979, p. 189).

nossa Província"<sup>23</sup> (ANAIS, vol.3, 1979, p. 163-165), através de uma história da revolução, o fez através do vasto material que reuniu ao longo de sua vida. De certa forma é possível pensar que a seleção e recolha feitas por Domingos José de Almeida, já constituíam um enquadramento para uma história da Revolução Farroupilha<sup>24</sup>.

Ao preservar a memória dos "portentosos feitos" dos antepassados, parece que o antigo líder recorreu ao conhecido *topos* da "história magistrae vitae". A história poderia conduzir ao aperfeiçoamento "moral e intelectual de seus contemporâneos e de seus pósteros", pois haveria uma "constância da natureza humana, cujas histórias são instrumentos recorrentes apropriados para comprovar doutrinas morais, teológicas, jurídicas ou políticas". (KOSELLECK, 2006, p. 43). E, nesse sentido, a Revolução farroupilha teria sido modelar.

Passado modelo, Almeida, que teria em Almeida um de seus primeiros e mais zelosos guardiões. Papel esse que destaca Pomian, ainda que referindo-se a sociedades sem escrita:

Los individuos encargados de conservar los recuerdos del grupo deben no sólo trabajar para tenerlos presentes en sus memorias; también deben transmitir estos recuerdos de generación en generación, conservar los objetos materiales que se estiman procedentes del pasado y cuya apariencia supuestamente confirma los relatos que tratan de ellos, saber reconocer los lugares en los que supuestamente se han producido los acontecimientos importantes y hacer que periódicamente todos los miembros del grupo participen en ceremonias en el transcurso de las cuales se hacen, o vuelven a hacerse, ellos también portadores de la memoria de este. (POMIAN, 2007, p. 180).

Parecia haver para o antigo líder farrapo também a preocupação com a manutenção de uma identidade e um patrimônio moral familiar, pois, como reflete Pollak:

memória é um elemento constituinte do sentimento de identidade, tanto individual como coletiva, na medida em que ela é também um fator extremamente importante do sentimento de continuidade e de coerência de uma pessoa ou de um grupo em sua reconstrução de si. (...) A construção da identidade é um fenômeno que se produz em referência aos outros, em referência aos critérios de aceitabilidade, de admissibilidade, de credibilidade, e que se faz por meio da negociação direta com outros. Vale dizer que memória e identidade podem perfeitamente ser negociadas, e não são fenômenos que devam ser compreendidos como essências de uma pessoa ou de um grupo. (POLLAK, 1992, p. 204).

---

<sup>23</sup>Carta de Domingos José de Almeida ao Coronel Manuel Lucas de Oliveira. Pelotas, 20 de fevereiro de 1860. (CV-699)

<sup>24</sup>A atitude de Almeida parece lembrar o que afirma Certeau a respeito da operação historiográfica: "em história, tudo começa com o gesto de separar, de reunir, de transformar em "documentos" certos objetos distribuídos de outra maneira. Essa nova distribuição cultural é o primeiro trabalho." (CERTEAU, 2011, p. 69).

Ao morrer em 1871, Domingos José de Almeida não conseguira realizar a tão sonhada obra de história. Uma década depois, num período de avanço do movimento republicano, surgem duas importantes versões dos fatos, de Tristão de Alencar Araripe em seu livro "Guerra civil no Rio Grande do Sul" e de Joaquim Francisco de Assis Brasil em "História da República Rio-Grandense":

Embora estivessem se reportando à Revolução Farroupilha, através da construção de memórias divergentes, tanto Araripe quanto Assis Brasil escreviam em meio às lutas políticas de seu tempo. Mais do que a memória da Revolução, o que estava em jogo era o movimento republicano, que crescia em todo o Brasil nos princípios da década de 1880. Neste sentido, enquanto Araripe, monarquista convicto, procurava, por meio de uma análise desfavorável à República Rio-Grandense, apontar as mazelas do regime republicano, Assis Brasil, ligado ao clube dos republicanos rio-grandenses "20 de Setembro", fazia exatamente o contrário, justificando e defendendo o republicanismo dos farroupilhas. (SCHEIDT, 2002, p. 195).

Nesse novo contexto, o filho de Almeida, Epaminondas Piratinino, deu certa continuidade ao trabalho do pai, empreendendo pesquisas para concluir a história do período farroupilha. Seus esforços se deram também no sentido de ir em busca da memória dos velhos combatentes farroupilhas<sup>25</sup>, que ainda sobreviviam em fins do século XIX, "transformando o que para a geração anterior era um recurso menor, apesar de não desprezível, em patrimônio político a ser cultivado e ampliado". (MENEGAT, 2009, p. 176).

Patrimônio político que parte da nova geração, nascida nos anos 1860 - 1870, acabou por cultivar e ampliar. Mas poucos tiveram a dedicação e paixão que Alfredo Varela devotou a tudo o que se referia à "Epopéia de 1835". Seria a esse republicano de primeira hora que a família Almeida legaria o acervo e a inacabada tarefa de historiar o "decênio ilustre".

## 1.2 Alfredo Varela: o herdeiro de Almeida

Alfredo Varela, desde muito jovem, como referiu em vários trechos de sua obra, interessou-se pelo estudo da história, principalmente pelos relatos referentes à Revolução Farroupilha. Mas em nenhum de seus livros mencionou claramente como recebeu o acervo de Almeida, fato importante se quisermos compreender como um legado familiar tão cuidadosamente guardado abandonou a linhagem Almeida e foi repassado para alguém que não tinha um vínculo direto de sangue.

<sup>25</sup>Um exemplo disso é o depoimento dado a Manuel Alves da Silva Caldeira - "Fatos que se deram na Revolução de 1835. Oferecidos ao muito digno Dr. E. Pratino (sic) de Almeida [...] Pelotas, 20 de agosto de 1896. Vosso amigo muito admirador." (CV-3101) (ARQUIVO, v. 5, 1981, p. 339).

Varela nasceu em Jaguarão em 16 de setembro de 1864. Mudou-se para Porto Alegre para completar seus estudos preparatórios na Escola Militar e, com 17 anos, participou da Convenção de Fevereiro de 1882 do Partido Republicano, ingressando na vida política do Estado e mais tarde na do país. A atividade política, apesar de algumas significativas mudanças de posição ideológico-partidária ao longo da sua trajetória, sempre teve um importante papel em sua vida.

Seguindo os estudos, matriculou-se na Escola de Direito em São Paulo, curso que abandonou, retomando aos estudos em Recife, formando-se em 1889. Em 1890 retornou a Porto Alegre onde foi nomeado Procurador Geral da República no Rio Grande do Sul. Assumiu também a direção do jornal *A Federação*, iniciando uma carreira paralela de homem de imprensa.<sup>26</sup> Foi deputado federal pelo Partido Republicano Rio-grandense por duas legislaturas, a partir de 1899. Em 1908, ingressou na carreira diplomática e então passou a se dedicar mais intensamente à atividade de historiador. Assumiu cargos na Espanha, no Japão, na Itália e em Portugal. Foi aposentado pelo governo provisório da segunda república e acabou residindo em várias cidades do Brasil: Juiz de Fora, Belo Horizonte, São Paulo, Campinas, Rio de Janeiro, Porto Alegre e Petrópolis. Finalmente, com a saúde muito abalada, fixou-se no Rio de Janeiro, onde faleceu em 1943.

Depois de avaliarmos e abandonarmos várias hipóteses chegamos a uma resposta parcial, quando finalmente encontramos alguma documentação referente à doação, no Museu Júlio de Castilhos. Em correspondência de Varela havia menção ao nome Abrilina. Tratava-se de uma lista de uma série de doações entre as quais se destacava um prato de porcelana "da baixela de Bento Gonçalves". Tinha sido oferecido pelo "grande patriota, a sua afilhada Abrilina e desta passou a minhas mãos, por dádiva da veneranda filha de Almeida".<sup>27</sup> (OFÍCIOS RECEBIDOS, 1933-1936). Abrilina Decimanona Caçapavana foi uma das filhas mais longevas, nasceu durante a revolução, em 1839, e morreu em 1914.

No Catálogo de sua doação percebemos que Varela denominava a parte principal de seu acervo de Coleção Abrilina, referência também existente no livro *Solar Brasília*, publicado após a doação. (VARELA, s.d., p. 69). Contudo, é no prefácio de "Visconde de Mauá. Autobiografia", que Cláudio Ganns nos elucida a questão:

<sup>26</sup>Sua atuação como jornalista teve também destaque: "dirigiu a Federação de 1890 a 1891; fundou e dirigiu a Fôlha Nova em Pôrto Alegre; em 1903 dirigiu em Curitiba o Diário da Tarde e, no Rio de Janeiro, de 1904 a 1905, o Correio do Brasil." (REICHARDT, 1964, p. 160).

<sup>27</sup>Carta de Alfredo Varela ao Diretor do MJC. 7 de maio de 1933. (AP. 2.009, MJC)



Feliz encontro, ocorrido recentemente no Instituto Histórico, na presença dos Srs. Max Fleiuss e Wanderley Pinho, (em 18-10-1939) com o eminente historiador sul-rio-grandense [Alfredo Varela], arguido sobre aqueles fatos, fizeram-no esclarecê-los, a meu pedido, melhor ainda.

A correspondência a que se refere, está na coleção Abrilina (recentemente doada por ele ao Estado do Rio Grande do Sul), que pertenceu a uma filha de Domingos de Almeida, ao mesmo tempo afilhada de Bento Gonçalves. (GANNS, 1942, p. 32).

Elucidado esse aspecto da questão, outros ainda ficaram sem esclarecimento. Um deles seria se teria a coleção passado pelas mãos do irmão de Abrilina, Epaminondas Piratinino, já que como o pai também tivera a intenção de escrever a história da Revolução. Outro diria respeito à relação entre Abrilina e Varela e, por último, quando teria se dado a entrega do acervo.

Quanto à última questão, podemos ter uma resposta aproximada. Sua obra *Riogrande do Sul. Descrição physica, historica e economica*, publicado em 1897) não apresenta quase referências bibliográficas e não cita fontes documentais. Entretanto, em nota, referia a estar se dedicando o autor a "uma historia completa, que em tempo apparecerá" (VARELA, 1897, p. 114). Podemos deduzir que talvez já estivesse tendo acesso a essa documentação. Já em 1911, no prefácio das *Revoluções Cisplatinas*, mencionava ter escrito livro com base na documentação de seu arquivo, no qual é possível perceber que incorporara o acervo de Almeida.

A escolha de Varela como herdeiro desse acervo permite-nos inferir tratava-se de alguém de muita confiança da família Almeida e que também permanecia o desejo, por parte dos descendentes do antigo líder, de que se realizasse o seu projeto inconcluso de escrita de uma história farroupilha.

A pessoa escolhida também tinha de compartilhar das concepções políticas da família Almeida e ser fiel a um determinado passado. No caso, passado que Varela recebera como herança:<sup>28</sup>.

Ao meu Riogrande

Há mais de três décadas, um rapazito de 14 annos, inflammado no culto das tradições patrias, jurou a si mesmo dedicar-se á comprovação do que negava a chronica interesseira, para a qual eram homens destituídos em absoluto de

<sup>28</sup>Para Pollak, a memória individual ou coletiva, para além dos acontecimentos vividos pessoalmente estaria constituída por [...] os acontecimentos vividos pelo grupo ou pela coletividade à qual a pessoa se sente pertencer. [...] a esses acontecimentos vividos por tabela vêm se juntar todos os eventos que não se situam dentro do espaço-tempo de uma pessoa ou de um grupo. É perfeitamente possível que, por meio da socialização política, ou da socialização histórica, ocorra um fenômeno de projeção ou de identificação com determinado passado, tão forte que podemos falar numa quase que herdada." (POLLAK, 1992, p. 201).

toda e qualquer fé política, os rebeldes de 1835. O adolescente creara-se no âmbito da primitiva conspiração, presumia ter apanhado o que nella se tramava, grata confiança lhe segredando que era o verdadeiro ideal dos combinados, o que se propunha fixar. (VARELA, 1915, p. VII).

Se os princípios republicanos e possíveis ligações pessoais puderam tê-lo aproximado da documentação originária do ex-ministro da República Rio-grandense, a cercania de Varela com o poder e com personagens da história do período lhe permitiu acesso a outras fontes e documentos privilegiados. Privilégio que também lhe dava sua carreira diplomática permitindo-lhe pesquisar em muitos arquivos, museus e bibliotecas, no país e exterior, e no quase inacessível arquivo do Itamaraty.

Além disso, era sócio do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, frequentador do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e era membro de honra do Instituto Histórico-Geográfico do Uruguai. Participações essas que teriam também teriam lhe facilitado acesso a documentos e contatos importantes.

Com isso a coleção herdada acabou por ampliar-se, de acordo com as oportunidades de pesquisa e os interesses pessoais que nortearam as investigações históricas nas diferentes etapas da vida de Alfredo Varela<sup>29</sup>:

Não somei os documentos lidos ou aproveitados, nas colleções do Brasil, Prata, Europa. Neste momento, porém, faço proceder á addição dos que me pertencem. Como foram sendo consignados em um registro especial, as peças que já haviam sido objecto de consulta, facil me é dizer algo bastante illustrativo, sobre o complexo dellas. Montam a nada menos que a 6.533 originaes os que foram apontados. Sobem a mais, os que tenho aliaz. [...] Se passardes os olhos pelas minhas contínuas citas, abaixo de pagina, vereis, num relance, que se bem notabilimo, o que é da propriedade do autor, deixa-lhe a perder de vista o mealheiro, tão somente o thesouro que retirou das arcas nacionaes. (VARELA, 1935, p. 191).

A história do Rio Grande do Sul, e mais especificamente, a história da Revolução Farroupilha, foi o interesse central de suas investigações e o mais importante foco na busca das peças de sua coleção<sup>30</sup>. Entretanto, essa procura deveria ser seletiva, pois dentro de um arquivo nem todos tinham o mesmo valor ou poderiam ser considerados confiáveis, já que,

<sup>29</sup> Não se realizou um levantamento da origem de cada conjunto que compõe a coleção, mas constatamos que, além do que já foi comentado, há doações de outras pessoas. Como, por exemplo, a correspondência de Antonio de Melo e Albuquerque ("Doador pelo saudoso Martim Francisco Filho"). (CV-102 a 111) (ARQUIVO, v. 2, 1978, p. 100). Além disso, o historiador também pesquisou em arquivos pessoais como os de Florisbelo Freire, Nestor Ascoli e Raul Nielsen.

<sup>30</sup> Sobre as posições de Varela a respeito desse episódio comentaremos no capítulo 2, quando essas entram em choque com a corrente historiográfica predominante no período de preparação e realização dos festejos do Centenário Farroupilha.

como refletia Varela, a história não "se póde fazer tão sómente com a letra dos documentos colligidos [...] Nada por vezes de tanto valor. Nada por vezes mais traidor". (VARELA, s.d., p. 71).

O historiador destacava com orgulho a vastidão de seu acervo, que contava com numerosas e importantes fontes primárias, em detrimento dos poucos documentos de que outros pesquisadores dispunham:

Consola-me a idéa, Rocha Pombo, do assombro em que deixarei os nossos orgulhosos chronistas, ao contemplarem o magestoso arcabouço do setembrismo, que ousaram figurar com a ajuda insufficientissima de alguns magros documentos e esses mesmos aproveitados *à la diable* ou com o indescortino do sobredito naturalista.

O que tem valor hoje, o que sempre o terá, sempre, é o que fica em realce com o bronze immortal de monumentos inderruiveis, constantes de minha collecção particular ou das pertencentes a outrem, intra e extramuros. (VARELA, 1933, p. 559).

O ineditismo de seu conjunto documental também era salientado, já que vangloriava-se de que sua obra estava baseada "por inteiro em documentos inéditos, na maioria, quase totalidade, como em memórias olvidadas ou desconhecidas". (VARELA, s.d., p. 175). Como lembra Brefe, "a busca incessante de documentos inéditos" era prioritária, pois acreditava-se "estar especialmente na descoberta de novas fontes a possibilidade de fazer avançar as pesquisas históricas". (BREFE, 2005, p. 77).

Como pesquisador, além de sua capacidade de descobrir novas fontes: "[...] a título de hors-d'oeuvre juntarei aqui um novo achado, que reforça ainda mais, se é possível, a minha opulenta documentação" (VARELA, s.d., p. 194), orgulhava-se de sua perícia. Comparando essa atividade à do garimpeiro, dizia que era necessário estar atento:

[...] contra o perigo das miragens que tanto nos deslumbram e transviam, no deserto espiritual a envolver de ordinário os pesquisadores. O que imaginei conhecer de Barreto, de Bento Gonçalves, [...] Rivera, Rosas, Pedro II: o que vim a saber depois de 30, 40, 50 anos de "garimpa" e meditação!!! Por isso reflexiona ainda [...] [Humboldt]: "Il faut distinguer entre les dispositions de l'âme chez l'observateur, pendant qu'il observe, et l'agrandissement ultérieur des vues qui est le fruit de l'investigation et du travail de la pensée". (VARELA, s.d., p. 223-224).

O acervo herdado de Almeida, e ampliado nos anos seguintes, lhe rendeu muitas obras<sup>31</sup>, sendo a *História da Grande Revolução*, publicada em 1933, seu livro mais importante e sua "versão definitiva" da Revolução Farroupilha<sup>32</sup>. Nesse texto, e suas inúmeras citações, a documentação está presente. Contrapondo-se às críticas do historiador Souza Docca<sup>33</sup>, Varela afirma:

Intenta enfraquecer o mérito probatório dos monumentos numerosos que exibo; [...] – Não reproduzo os documentos e sim extratos.  
Rebatendo, deixo transparente que não caberiam nos 6 tomos da História da Grande Revolução, as fontes citadas, a promover-se-lhes o traslado completo.  
Nem quiza em volumes iguais no tamanho, eu lograra operar a enfadonha cópia! (VARELA, s.d., p. 163-164).

Esses documentos em posse de Alfredo Varela passaram a agregar um outro valor, além dos acima apontados. Valor que não notamos de forma tão evidentes ser atribuído por Almeida, ainda que não possamos afirmar que não o fizesse. Encontramos, na correspondência do líder farrapo, referências que esses papéis, tão cuidadosamente recolhidos e guardados, tinham para ele um valor probatório e informativo. Mas ainda que em algum momento os tratasse como tesouros, parecia que eles assim se apresentavam porque lhe permitiriam escrever a "verdadeira história" do que se passara no decênio farroupilha.

Para Varela, a valorização das "tais preciosidades", de "tamanhas relíquias", de "tão precioso espólio" se dava ao mesmo tempo de outra forma. Podemos percebê-lo nessa busca aos documentos também como colecionador:

A prática individual de coleção não está necessariamente ligada a um desejo de recontar a história de uma cidade, uma raça ou uma nação, ela é a manifestação de um desejo de reter o máximo de tempo e significados em

<sup>31</sup>A sua produção é extensa e abrange principalmente o direito, a política e a história. Foram: Homenagem ao Clube Republicano do Recife Rio Grande do Sul, descrição física, histórica e econômica (1897); A Constituição Rio Grandense (1898); A Lógica das Revoluções (1899); Direito Constitucional Brasileiro (1899); Pátria (1900); Projeto de Código Financeiro da República (1902); Contra as Oligarquias – discursos parlamentares (1903); Última encarnação de Rocambole (1908); Revoluções Cisplatinas. A República Rio-Grandense (1915); Duas Grandes Intrigas (1919); Rememranças – tempos idos e vividos (1920) Política Brasileira. Interna e Externa (Documentos Inéditos) (1929); História da Grande Revolução (1933); Res Avita (1935); Solar Brasílico (s.d); Ensaio e Críticas (póstumo). (REICHARDT, 1964, p. 160)

<sup>32</sup>Voltaremos a essa obra no capítulo 2, quando analisaremos o contexto de seu lançamento, nas comemorações do Centenário Farroupilha, e as repercussões que causou.

<sup>33</sup>Emílio Fernandes de Souza Docca (São Borja, 1884 - Rio de Janeiro, 1945). Fez carreira militar, chegando a general em 1941. Fez o curso de Administração Militar de 1917 a 1921 e a Escola Superior de Intendência no Rio de Janeiro, em 1921. Foi sócio fundador do IHGRGS. Pertenceu também ao IHGB e à Academia Rio-grandense de Letras. Como historiador, publicou muitos artigos principalmente sobre a história do Rio Grande do Sul. (CAMPOS, 2013, p. 47) (VILLAS-BÔAS, 1974, p. 166-168)  
A disputa entre Docca e Varela será retomada no capítulo 2.

objetos e sinais, que são ordenados e classificados segundo a perspectiva e a vontade de seu proprietário. (GIOVANAZ, 1999, p. 166).

Ideia que se viu reforçada pela constatação, na documentação do MJC, de sua doação de uma série de objetos referentes ao período farroupilha em 1933<sup>34</sup>. Esse fato tornou ainda mais evidente o fascínio que esse período, que era seu tema preferencial de estudo, exercia sobre o colecionador, levando-o a aproximar-se de tudo o que a ele se referisse. Ou seja, além do conhecimento que papéis e objetos pudessem fornecer, a busca e a guarda dessas peças tinham outros significados. Nesse sentido, o comentário de Benjamin resume bem o espírito que animaria a formação da coleção:

O maior fascínio do colecionador é encerrar cada peça num círculo mágico onde ela se fixa quando passa por ela a última excitação – a excitação da compra. Tudo que é lembrado, pensado, conscientizado, torna-se alicerce, moldura, pedestal, fecho de seus pertences. A época, a região, a arte, o dono anterior – para o verdadeiro colecionador todos estes detalhes se somam para formar uma enciclopédia mágica, cuja quintessência é o destino de seu objeto. (BENJAMIN, 1993, p.228)

Não se trata de quaisquer objetos e encontrá-los requer habilidade, pois nem todos são capazes de aquilatar seu "verdadeiro valor". Um exemplo disso são as críticas endereçadas a Aurélio Porto em que afirmava que a esse último faltava-lhe "[...] jeito ou estilo para o bom aproveitamento do que recolhe [...]. Enche o bernal de riquezas incalculáveis, o catador exímio, a errar sempre desgraçadamente, no destino que lhes reserva". E ainda

Sim, intenta êle próprio mudar em jóias para os museus da história, o que o escavador magnífico a pouco e pouco vai armazenando; sem perceber que

---

<sup>34</sup>A lista aponta: 1 prato de porcelana, em moldura, da baixela de Bento Gonçalves. Offereceu-o o grande patriota, a sua afillhada Abrilina e desta passou as minhas mãos, por dadia da veneranda filha de Almeida. 5 medalhas (a conferida ao pai de Zambecari, a commemorativa de Hoche, duas mais do tempo da ida de Campos Salles ao Prata, a ultima de Verdun). 1 effigie em metal de Sarmiento. 1 daguerreótypo de Felix Vieira. 33 fotografias de personagens historicos, farrapos na quase totalidade. 1 dita do palacio Zambecari em Bolonha. 1 dita de um conhecimento do Thesouro da República. 1 dita da estatua de Riobranco, do grande Charpentier, dadia com seu nome. 1 vista panoramica de Portoalegre no tempo do Imperio. 1 plano em côres do entrincheiramento de S. Gabriel (1843). 1 mappa da ilha do Fanfa, da autoria de Alcides Cruz.

1 photographia do lenço republicano. 4 da estatua de Garibaldi em San-Remo, estupenda obra de Bistolfi. 2 ditas, cópias do tamanho exacto, de plantas do presidio do Riopardo e fortificação de Sant'Anna, no Riogrande. 2 ditas, com ampliações de retratos de João Antonio e João Manuel.

1 dita, retocada a crayon, de Netto. 4 aquarellas (Lucas, Ulhoa Cintra, Domingos Moreira, Antonio Ribeiro). 1 lithographia hoje rara, o combate da Laguna, dadia de um superstite, o barão de Ivinheima. 1 curiosa peça japoneza, exequator consular, com a firma de [Nutsuhito ?] e primorosa traducção. 1 painel commemorativo, obra do padre Hyldebrando. Copia exactissima, de grande merito, feita em Montevidéu, onde se acha o original, qual consta por traz da dita cópia, devidamente authenticada. Este painel, e respectiva moldura, se acha na livraria "Globo", a quem se deu instruccões para entrega ao Museu. Carta ao diretor Museu Júlio de Castilhos, de 7de maio de 1933. (OFÍCIOS RECEBIDOS, 1933-1936) (AP. 2.009, MJC)

não dispõe de manejo, tino, para o desgaste, polimento, de material assim valioso. Mormente, para aquilatar-lhe, com rigor o pêso.

De par com as esmeraldas sedutoras, as atraentes safiras, os rubis da mais viva refulgência, lucilam os diamantes de tamanho fenomenal, de limpíssima água multicolor! Em face de tesouros equivalentes, perdeu a cabeça [...] o famoso genealogista patricio.

A dura, mas, pura verdade é esta: o artífice criador de tantos primores, em diversa oficina, perde o sizo, dentro na que nos ocupa: nem sabe o que faça de suas inúmeras gemas preciosas!... (VARELA, s.d., p. 99-100).

As metáforas utilizadas por Varela ao referir-se aos documentos leva-nos a pensar numa valoração que vai além do conteúdo informacional que possam conter. Clifford aponta que os os objetos antigos "são dotados de um senso de 'profundidade' por parte de seus colecionadores de mentalidade histórica". E que com isso a "temporalidade é reificada e resgatada enquanto origem, beleza e conhecimento. (CLIFFORD, 1994, p. 74)

Também nesse sentido, parece pertinente a reflexão de Giovanaz a respeito do conceito benjaminiano de aura:

A aura de um objeto está associada à sua originalidade, ao seu caráter único e a uma relação genuína com o passado. As obras de arte e de história classificadas como autênticas assumem então um valor ímpar no mercado de coleções por seu aspecto singular e permanente, em contraste com as reproduções feitas a partir desses objetos que são classificadas como cópias, como objetos transitórios, comercializados no mercado a preços acessíveis para boa parte da população. A reprodução é "desaturizada", apagando a possibilidade de criar nesta uma relação orgânica e real com o passado pessoal ou coletivo. (GIOVANAZ, 1999, p. 167).

A originalidade e autenticidade de seus documentos e objetos são uma referência constante em Varela, e isso os tornava a seus olhos muito mais preciosos e também conferia a seu dono um lugar de prestígio social. Colecionava "tesouros" absolutamente especiais. Não podendo ter tudo, como lembra Clifford, era importante saber "selecionar, ordenar, classificar em hierarquias para fazer 'boas' coleções. (1994, p. 71)

Pomian também aponta algumas perspectivas importantes para a compreensão desse fenômeno. Em primeiro lugar, sua definição de coleção como:

conjuntos de objetos naturais ou artificiais, mantidos temporária ou definitivamente fora do circuito das actividades económicas, submetidos a uma proteção especial e expostos ao olhar, acumulam-se nas tumbas e nos templos, nos palácios dos reis e nas residências de particulares". (POMIAN, 1984, p. 55).

Em seguida passa a traçar uma espécie de trajetória histórica dessa prática e definir uma série de conceitos. Um dos mais interessantes para o caso estudado é o de semióforos, "objectos que não têm utilidade, [...] mas que representam o invisível, são dotados de um significado; não sendo manipulados, mas expostos ao olhar, não sofrem usura". (POMIAN, 1984, p. 71). A relação entre utilidade e significado é que torna o objeto um semióforo ou não. Nesse caso existiriam "pelo menos três situações possíveis: uma coisa tem apenas utilidade sem ter significado algum; um semióforo tem apenas o significado de que é o vector sem ter a mínima utilidade; mas existem também objectos que parecem ser ao mesmo tempo coisas e semióforos".( POMIAN, 1984, p. 72).

Rodear-se de objetos "que não são coisas mas semióforos" e fazer "alarde" destes confere um carácter de distinção, pois , "em geral, quanto mais alto se está situado na hierarquia dos representantes do invisível, maior é o número de semióforos de que se está rodeado e maior também é o seu valor". Seria então a "hierarquia social que [conduziria] necessariamente ao aparecimento das coleções", conjuntos de objetos "submetidos a uma proteção especial, em locais fechados preparados para esse efeito, e expostos ao olhar". (POMIAN, 1984, p. 74).

Entretanto, o autor alerta também que

[...] um estudo das coleções e dos colecionadores não pode fechar-se no quadro conceptual de uma psicologia individual que explica tudo utilizando como referências noções como o "gosto", o "interesse" ou ainda o "prazer estético". É exatamente o facto de o gosto se dirigir para certos objectos e não para outros, de se interessar por isto e não por aquilo, de determinadas obras serem fonte de prazer, que deve ser explicado. Os caracteres dos indivíduos, a sua maior ou menor sensibilidade, são importantes apenas na medida em que a organização da sociedade deixa um espaço livre ao jogo das diferenças individuais. (POMIAN, 1984, p. 75).

Indo ao encontro dessa reflexão, temos que Clifford, baseando-se em Baudrillard afirma que "todas as categorias de objetos significativos - incluindo aqueles demarcados como provas científicas e como arte - funcionam dentro de um sistema ramificado de símbolos e valores. (CLIFFORD, 1994, p. 73,74)

No caso de Varela, podemos pensar na sua origem e no contexto em que desenvolveu sua coleção, favorável a que seu interesse surgisse e se desenvolvesse, mas também não podemos deixar de pensar no aspecto individual.

Criticando os limites da abordagem de Pomian, principalmente quanto ao aspecto da diminuição do protagonismo do indivíduo na constituição das coleções, Marc Guillaume

considera que "a quase totalidade das análises do fenómeno social da colecção [...] não propõem uma teoria geral da colecção, mas antes uma teoria dos conjuntos (por oposição às séries, que são conjuntos ordenados temporalmente) de objectos heterogéneos relativamente à ordem social". (GUILLAUME, 2003, p. 60-61).

Acrescenta ainda que, para Pomian, a unidade destes conjuntos não seria resultado de sua elaboração ao longo do tempo, mas "reflexo directo das representações sociais que impõem certas categorias de objectos, e não o de uma estrutura psicológica individual e largamente independente da natureza das coisas colecionadas". (GUILLAUME, 2003, p. 60-61). Com isso propõe um alargamento das fronteiras da colecção, que contribuiria "para uma crescente legitimação da prática individual da colecção pela colecção, de tal maneira que entre esta prática e o museu tradicional se vai desvanecendo uma franca ruptura de continuidade". (GUILLAUME, 2003, p. 62).

Tece também algumas considerações de cunho mais psicológico, interessantes para se compreender a figura do colecionador. Em primeiro lugar, compara o desejo de colecionar com o de consumir e aproxima essa mania à melancolia. Em ambas situações, o desejo nunca é satisfeito pois "o melancólico não sabe aquilo que perdeu, o colecionador não sabe aquilo que ganhou. O primeiro estabelece uma identificação narcísica do seu eu com o objecto abandonado; a colecção é o equivalente narcísico do eu do colecionador". (GUILLAUME, 2003, p. 58).

Em outra perspectiva, Guillaume também reflete sobre a relação entre a colecção e o tempo:

[...] a colecção joga também, a um outro nível, com o tempo: ela abole imaginariamente a sua irreversibilidade [...]. No agrupamento espacial dos objectos realiza-se até um duplo apagamento da irreversibilidade: a da cronologia de introdução dos objectos na colecção (portanto a do tempo vivido pelo colecionador); e a dos períodos históricos distintos a que os objectos pertencem. [...] O jogo da colecção permite assim ultrapassar simbolicamente a existência real e o seu deslize irreversível para a morte. Nesta perspectiva, a colecção pode ser comparada à viagem, pois também esta permite uma deslocação reversível e simula um regresso, bem sucedido no espaço e falhado no tempo. (GUILLAUME, 2003, p. 59).

Alfredo Varela colecionou, guardou e preservou aquilo que parece ter estado a seu alcance referente à Guerra dos Farrapos, vinculando-se assim a esse tempo que considerava heroico, quase mítico<sup>35</sup>. Ao aproximar-se o Centenário Farroupilha, tendo cumprido a tarefa

---

<sup>35</sup>Sobre a mitificação da Guerra dos Farrapos em Alfredo Varela ver SILVA, Jaisson Oliveira da. **A epopéia dos titãs do pampa: historiografia e narrativa épica na *História da Grande Revolução, de Alfredo Varela***. Porto Alegre: UFRGS, 2010. Dissertação de Mestrado.



de narrar essa saga, já avançado em idade, apresentou-se-lhe o problema de decidir o que faria com esse legado que recebera e ampliara ao longo do tempo. Esse dilema não foi fácil de resolver como se verá no próximo capítulo, quando abordaremos a passagem dessa coleção privada a patrimônio documental do Estado.

### **1.3 Outros guardiães da memória farrapa**

Outra importante coleção de documentos do decênio farrapo foi a de Alfredo Ferreira Rodrigues. Sua paixão por esse episódio também o levou a seguir os rastros deixados nos documentos e objetos, procurando cunhar uma versão desse passado glorioso em que se destacavam os grandes personagens.

Ferreira Rodrigues nasceu a 12 de setembro de 1865, em Povo Novo, Rio Grande. Por problemas financeiros, após a perda do pai, não pode cursar Humanidades como era seu desejo e teve que trabalhar para sustentar-se e a sua família. Dedicou-se ao magistério, lecionando várias disciplinas em estabelecimentos de ensino em Pelotas. Depois abandonou a cátedra e se empregou como revisor na Livraria Americana, onde foi promovido e transferido para Rio Grande. Em 1889 começou a publicar o Almanaque Literário e Estatístico do Rio Grande do Sul

editado anualmente até 1917, trazendo, além de matérias de variada natureza e de entretenimento, textos culturais de alguns dos expoentes da intelectualidade gaúcha, (...) No Almanaque, o escritor conseguiria o espaço necessário para a divulgação de sua já profícua e copiosa produção. (ALVES, 2011, p. 10)

Também como seu contemporâneo Varela pertenceu aos quadros de várias instituições culturais como o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, o Instituto Arqueológico e Geográfico de Pernambuco, o Instituto Geográfico e Histórico da Bahia, o Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, o Instituto Histórico e Geográfico do Ceará, o Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, a Sociedade de Geografia de Lisboa e a Academia Rio-Grandense de Letras. Isso certamente lhe propiciou contatos com pessoas e documentos importantes para sua labor historiográfica. (ALVES, 2011, p. 13)

Compartilhando também da ideia contemporânea de que era necessário reunir o maior número de documentos possível para poder realizar a pesquisa histórica,

---

(...) nesse afã [Alfredo Rodrigues] bateu às portas de todas as estâncias de nossa terra, na caça aos documentos e aos depoimentos, num peregrinar edificante pelas canhadas e coxilhas, pelas serras e pelas matas. Onde soubesse que havia qualquer pessoa ou coisa que pudesse esclarecer o passado gaúcho, lá comparecia para ouvir aquela e adquirir ou copiar o que houvesse. E tudo, testemunhos e provas, ia publicando no seu famoso *Almanaque do Rio Grande do Sul*. De modo que, muito do que hoje se lê, ou se leu ultimamente, a respeito da Guerra dos Farrapos e da Guerra do Paraguai, pode ser que traga assinatura diversa da de Alfredo Ferreira Rodrigues; o autor espiritual, porém, foi ele". (GOYCOCHEA, apud: ALVES, 2011, p. 12)

Considerando que deveriam existir muitos documentos espalhados pelo Estado, Rodrigues temia que viessem a desaparecer, pois muitos de seus possuidores não saberiam o valor que tinham. Visando evitar esta perda, chegou a publicar uma série de "apedidos" junto à imprensa, anunciando sua busca por documentos. De acordo com Alves:

Segundo ele, cartas, proclamações, ordens do dia, jornais, apontamentos, tudo servia, já que às vezes uma carta, uma notícia à primeira vista insignificante teria grande importância, pois poderia fixar uma data, assinalar um nome, descobrir a pista de um fato desconhecido. De acordo com essa idéia, concluía o historiador destacando que esses documentos, uma vez espalhados, de pouco serviriam; porém, reunidos, aumentariam de valor, tornando-se um guia seguro para quem tentasse fazer reviver o passado rio-grandense. (ALVES, 2011, p. 15)

Escrever a história do Rio Grande, a partir dos documentos reunidos permitiria que o historiador se aproximasse da "verdade histórica" que deles emanava, "através de um exame metucioso e honesto" (ALVES, 2008, p. 46) e, que, se necessário viesse a mudar sua visão diante das evidências documentadas:

quando o estudo dos fatos e dos documentos, não o estudo superficial dos fazedores de frases, mas o estudo meditado à luz da crítica histórica – esclarecia –, o conduzisse a conclusões diametralmente opostas, ele tinha o direito, e mesmo o dever, de declarar que errou e que a verdade seria outra. (ALVES, 2011, p. 16)

Nesse sentido, Rodrigues foi mudando algumas de suas perspectivas com o avanço de suas pesquisas. Deixando de lado a tese do republicanismo como "verdade inquestionável do conjunto do movimento rebelde", foi se convencendo de que a república e a ruptura institucional resultaram das circunstâncias. O pensamento político de muitos dos líderes farroupilhas, entre eles Bento Gonçalves, não seria republicano. Por outro lado, buscou também "enaltecer a suposta heroicidade desta liderança farrapa". Essas ideias, de "não-

separatismo e do caráter heróico da revolta" foram precursoras de uma tendência que prevaleceria "a partir dos anos trinta, sustentado a tese da "brasilidade" da Revolução Farroupilha". (ALVES, 2008, p. 53, 54)

Outro arquivo privado que parece ter sido interessante foi o de Apolinário Porto Alegre<sup>36</sup>. Também estudioso dos temas riograndenses, juntara um interessante acervo sobre a farroupilha. Nas palavras de Alfredo Varela:

Entre os estudantes, principalmente, foi extraordinária a ascendência de Appolinário, homem de poucas mas de impressionadoras palavras, na vida ordinária; impressionadoras, com especialidade, quando ele se encontrava no seu recanto favorito, no gabinete de trabalho. Cheias as casas e repartições de armário, com os arquivos da Revolução Farroupilha, por cima das mesas se estendiam os documentos que estavam em exame, nos constantes estudos históricos do benemérito professor. Várias, pelas paredes, atraíam os olhares, as tocantes relíquias do decênio imortal: retratos dos heróis, planos de combates, roteiros de marcha, cimélios múltiplos, que desgraçadamente se dispersaram, com as adversidades de Appolinário (quem o diria?) sob a República anômala, que subsiste entre nós. (VARELA, 1959, p. 188).

Em determinado momento de suas vidas, esses e outros colecionadores doaram ou venderam suas coleções para instituições públicas, e, com isso, enriqueceram-lhes seus acervos sobre a Revolução Farroupilha. Porém, nem todos os papéis oferecidos seriam considerados suficientemente importantes para fazer parte dos seus acervos ou, em certas situações, os valores solicitados pelos ofertantes seria considerado demasiado alto. Nesse sentido, a atuação dos homens que estavam à frente desses arquivos foi fundamental para a seleção dos conjuntos documentais e seu ingresso nos repositórios da memória do Estado. Porém, antes de nos voltarmos para essas figuras, de que trataremos no próximo capítulo, é importante compreender as instituições em que trabalhavam: o Arquivo Histórico do Estado

---

<sup>36</sup> Apolinário Porto Alegre nasceu em Rio Grande em 1844 e faleceu em Porto Alegre em 1904. Iniciou os estudos de direito em São Paulo, mas não concluiu, retornando a Porto Alegre onde começa a trabalhar como professor. Fundou alguns colégios como o Porto Alegre, o Rio-grandense e o Instituto Brasileiro. Esse último, que funcionou de 1876 a 1891, com uma proposta de contrapor-se à educação tradicional. Também atuou como jornalista colaborando com jornais como a Gazeta de Porto Alegre, Rio-grandense, Imprensa, A Federação, Jornal do Comércio, Democracia, A Reforma. Participou da fundação da Sociedade Partenon Literário, a qual também presidiu. Teve intensa atuação política, republicano, fundou o clube 20 de Setembro em 1868 e, em 1878, o Clube Republicano. Contrário ao positivismo castilhistas, junto a outros republicanos dissidentes, fundou o Clube Bento Gonçalves em 1885. Nos conturbados primeiros anos da República, em oposição constante a Júlio de Castilhos, e membro Partido Libertador acabou exilando-se no Uruguai de onde retornou em 1896. Sua obra literária, contos, poesia e romances caracteriza-se pelo regionalismo e romantismo. Algumas de suas obras são Paisagens (conto), Poesias bromélias, Cabilia, Os Palmares, O vaqueano, Feitiço de uns beijos, Crioulo do Pastoreio, Populário Sul-rio-grandense, Morfologia ário-guaraníca Dados biográficos compilados da página da Academia Rio-grandense de Letras. Disponível em: <http://arl.org.br/index.php/patronos/57-apolin%C3%A1rio-porto-alegre> Acesso em: 15/01/2015.

do Rio Grande do Sul que funcionava junto ao Museu Júlio de Castilhos e o Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul.

#### **1.4 As instituições da memória e história e os acervos farroupilhas**

A necessidade da criação de um arquivo público no Estado remonta ao século XIX, quando a Assembléia Legislativa Rio-grandense inseriu, na Lei do Orçamento (1848-1849), um artigo que autorizava a "organização de um archivo publico provincial, sob a inspecção e direcção do Secretario de Governo (Lei nº 150 de 5 de agosto de 1848)". Essa repartição deveria "reunir, conservar e catalogar os archivos legislativos e administrativos da Província e os documentos de origem oficial que interessassem particularmente à história e á geographia do Rio Grande do Sul" (RAPRGS, 1921 p. 5). Um ano depois, entretanto, o presidente da Província José Antônio Pimenta Bueno decretava sua extinção alegando:

O Arquivo Público provincial deve ter outro destino e fins. Deve ser o Arquivo dos Engenheiros Provinciaes, onde se levantem e copiem as plantas dos trabalhos, os mapas topográficos, a carta da Província, onde se depositem os instrumentos e se guardem metodicamente desenhos, orçamentos e descrições das obras públicas. A coleção e guarda dos documentos legislativos, administrativos e históricos pode ser feito na Secretaria do Governo, em lugar especial de seu arquivo, pelos chefes de seção, debaixo da inspecção do secretário da presidência e sem despesa alguma<sup>37</sup>.

Nesse sentido, invocava o "Regulamento Imperial de 1838", em que se estabelecia um "Archivo Publico", vinculado à secretaria de Estado dos Negócios do Império, encarregado da guarda de documentos entre os quais "cópias authenticas dos actos legislativos das Assembléas Provinciaes, os Regulamentos e Actos dos Presidentes de Provincias e as correpondencia destes com relação ao estado e circumstancias das mesmas Provincias". (RAPRGS, 1921, p. 6).

A política centralizadora do governo imperial, não permitiu criar na Província uma repartição destinada aos "archivos legislativos e administrativos provinciaes" e documentos que poderiam constituir "autorizadas fontes de investigação e conhecimento da geographia e historia do Rio Grande do Sul". (RAPRGS, 1921, p. 6). Parece claro que não seria

---

<sup>37</sup>Relatório do Presidente da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul, [...]1850. Porto Alegre, Tipografia de F. Pomatelli, p. 8. (SPINELLI, 2005, p. 48).

interessante dar autonomia alguma para gerir e custodiar a documentação produzida na Província, principalmente pela história do conflito recente.

A partir dessas e outras ações tendentes à centralização temos que, no início do século XX, uma boa parte da documentação referente à Farroupilha se encontraria recolhida principalmente no Arquivo Nacional, Biblioteca Nacional e no Arquivo do Itamaraty. Do outro lado, os papéis da República Rio-grandense permaneceriam, em grande parte, nas mãos de seus líderes e seguidores.

Recolher os documentos era importante, mas também o era escrever a história deste Estado. Com esse objetivo, houve, no século XIX, a tentativa de criação do Instituto Histórico e Geográfico da Província de São Pedro (IHGPSP), que se encarregasse desse papel e que fosse "o palladio de todos os Rio-grandenses sem distincção de credo politico"<sup>38</sup>. Conforme Boeira,

Havia opiniões as mais divergentes em questões como, por exemplo, o apoio a um governo monárquico ou republicano. Enquanto os militares do IHGPSP apoiavam a idéia de uma nação a partir do governo monárquico, os jornalistas ligados à casa, no entanto, apresentavam posicionamentos contraditórios em relação à política governamental de D. Pedro II. Uma coisa, no entanto, era unânime: o projeto mais amplo de tornar o Brasil uma "pátria grande": (BOEIRA, 2008, p. 93)

Entretanto, apesar da orientação geral centralizadora da nova instituição, sua tentativa de "salvar do esquecimento" o bravo passado rio-grandense, tornando-o conhecido ao restante do país não foi muito bem recebida pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Num momento em que o Império tentava manter e integrar suas províncias era importante controlar o que se escrevia e publicava a respeito da história do país. (BOEIRA, 2010, p. 5). Muitos dos discursos proferidos, apesar do patriotismo professado, não deixavam de reafirmar a identidade sulina,

pois era sempre o homem do Rio Grande que queria ver seus atos destacados e sua história preservada na narrativa geral que se pretendia construir no país. E mais importante: esses letrados aspiravam terem reconhecidos os atos heróicos que obtiveram nas guerras em que se envolveram em nome dessa nação brasileira, de quem decidiram se aproximar. (BOEIRA, 2010, p. 6)

---

<sup>38</sup>*O Brado do Sul*, Pelotas, 5 de abril de 1860 N° 17 Anno III p. 1,2

Ainda segundo essa autora, com a criação do IHGPSP, o tratamento dado à região pelo próprio IHGB "foi questionada, já que a instituição sulina acreditava que a primazia sobre a história da região deveria ser dos rio-grandenses". (BOEIRA, 2010, p. 9)

Em 1863, após revisar suas bases estatutárias, o Instituto regional foi finalmente aprovado pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e autorizado pelo Império Brasileiro. Nesse momento, o IHGPSP deixaria de ter uma atuação permanente:

Em 1863, com o fim da publicação da Revista do IHGPSP e o ocaso da instituição, o IHGB voltaria a monopolizar a escrita da história da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul. Durante todo o século XIX, a supremacia do Instituto nacional enquanto local por excelência da escrita da história da Província não mais sofreria concorrência. Nem mesmo a criação, em 1868, de outra associação de destaque no cenário provincial rio-grandense, o Partenon Literário, poderia competir com a hegemonia e autoridade capitaneadas pelo IHGB. (BOEIRA, 2010, p. 9)

Até o final do Império a situação permaneceria inalterada, apesar dessas iniciativas e das tentativas de escrita de uma versão regional para a história do Estado, principalmente a já citada obra de Assis Brasil, fato que mudaria com o advento da República e, mais precisamente, com a instalação de modelo positivista no Estado:

Foi, de fato, somente com o advento da República que o problema da ausência de órgãos destinados à guarda dos vestígios materiais da *província* pôde ser superado, com a instalação de museus, arquivos e de um Instituto Histórico patrocinados pelo executivo estadual. A instalação do Museu do Estado, em 1903, seguida pelo surgimento da Repartição do Arquivo Público, Estatística e Biblioteca, em 1906, representam o primeiro passo nesse sentido. (NEDEL, 2005, p. 96).

Importantes para o controle, administração do Estado e o desenvolvimento cultural, esses órgãos, eram também ferramentas fundamentais no controle da memória e sua utilização no embate político no interior do Estado e na sua relação com a nação. Letícia Nedel comenta esse aspecto ao lembrar que "baseada na autoridade e no rigor exclusivista do cientificismo, a erudição documentária praticada pelos letrados e correligionários perrepistas" de Borges de Medeiros manipulava personagens e eventos que "[...] constituem a tradição enquanto arma político-partidária". Ainda segundo a autora a memória teria sido "[...] um instrumento permanentemente acionado nos embates que cercaram os rumos da ditadura positivista do estado, e que a criação de um aparato governamental de gestão da cultura coincide com esse processo". (NEDEL, 2005, p.88).

O Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul (APERS) seria criado em 08 de março de 1906, pelo Decreto 876 do então presidente do Estado, Antônio Augusto Borges de Medeiros, e tinha como "atribuição de colligir, conservar e classificar systematicamente" além dos documentos relativos à legislação e à administração "do Estado, da União e dos Municípios", também os referentes "á historia, á geographia, ás artes e industrias do Rio Grande do Sul", e, ainda "os documentos de venda e cessão de terras, os autos findos de jurisdição contenciosa, inventários, medições, livros de notas, registos de testamentos, nascimentos, casamentos e óbitos"<sup>39</sup> (RAPRGS, 1921, p. 7). Acervos que não só tornariam possível um controle maior e uma administração mais eficiente dos assuntos do estado, como também possibilitariam , já que se tratava de documentos oficiais, a escrita da "verdadeira" história do Rio Grande.

Administrativamente, a Instituição subordinava-se à Secretaria do Interior e Exterior e constituía uma das seções da Repartição do Arquivo Público, Estatística e Biblioteca do Estado. Funcionou inicialmente no edifício da Escola Complementar (atualmente Colégio Sévigné), transferindo-se, devido à falta de espaço, para o prédio da "Bailante" (local onde encontra-se atualmente a Assembleia Legislativa). Entretanto o rápido crescimento da massa documental e a importância que o Estado dava a essa documentação levaram à construção de um prédio próprio "especialmente construído de modo a acautelar os documentos contra incêndio e deterioração" (RAPRGS, 1921, p. 14). Também ocorreu a separação da seção do Arquivo das seções de Estatística e Biblioteca.

O regulamento de 1913 distribuía o funcionamento dos serviços do APERS em três seções: "à primeira incumbiu a custódia dos arquivos administrativos do Estado, da União e dos municípios; à 2ª, a custódia dos arquivos histórico e geográfico; e à 3ª, a custódia dos arquivos forenses". (SPINELLI, 2005, p. 50). A segunda seção, em que se iniciou a separação do acervo histórico, daria origem, mais tarde, ao próprio Arquivo Histórico.

O Museu do Estado do Rio Grande do Sul (depois denominado Museu Júlio de Castilhos - MJC) foi criado em 1903 pelo decreto 589 da Presidência do Estado e estava sediado em uma sala ao lado da Escola de Engenharia. Em pouco tempo foi transferido para galpões da Redenção e, alguns anos mais tarde, para sua sede atual.

Seu primeiro regulamento determinava que seu acervo se dividiria em quatro seções: a primeira, zoologia e botânica; a segunda, mineralogia, geologia e paleontologia; a terceira,

---

<sup>39</sup>Artigo introdutório intitulado *Do Archivo Publico: seu historico; sua organização; seus fins; suas vantagens; sua sede e seu pessoal*, publicado na *Revista do Archivo Público do Rio Grande do Sul*.(RAPRGS, 1921, p. 5-17)

antropologia e etnologia; e, a quarta, ciências, artes e documentos históricos. (PERETTI; GIOVANAZ, 2003, p. 163). Essa última tinha como tarefa "receber e dispor metodicamente todos os produtos [...] da ciências, das indústrias e das artes que lhes forem confiados [...]; catalogar manuscritos e mais documentos que lhe forem distribuídos" e, ainda "ordenar sistematicamente selos, estampilhas, sinetes, emblemas, moedas, etc, que o Museu adquirir".<sup>40</sup>.

Com um acervo de "máscaras mortuárias, sinetes, homenagens, coroas de flores em bronze, panfletos, bustos e retratos de republicanos, a quarta seção também se ocupava do "armazenamento de presentes celebrativos recebidos ou produzidos pelo executivo estadual, sem que houvesse qualquer tratamento cronológico ou temático desses objetos em exposições." (NEDEL, 2005, p. 98).

Nos primeiros 20 anos de funcionamento do Museu, a História, embora nunca deixasse de ser contemplada, tinha um papel de menor importância, pois dela encarregava-se, prioritariamente, no âmbito governamental, a segunda seção do Arquivo Público. Como aponta o regulamento de 1909 desta última Instituição em que previa-se a "edição uma revista própria, dedicada à transcrição de documentos." (NEDEL, 2005, p. 98).

Na década de 1920, essas duas instituições passaram por significativas transformações, voltando-se para o desenvolvimento dos estudos históricos. Nesse sentido, a criação do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul (IHGRGS) em 1920 teria também um importante papel nessas transformações:

Criado em 1920 em sessão inaugural solene no salão nobre da Intendência Municipal, instalou-se provisoriamente na sede própria do arquivo, compartilhando com ele seus mentores. Com isso, o arquivo passou também a sistematizar a informação das documentações que guardava, e depois da transferência da Seção Histórica do Arquivo Público para o MJC, em 1925, a parceria se estendeu às três instituições. (NEDEL, 2005, p. 100).

A vinculação da seção histórica do Arquivo Público ao Museu Júlio de Castilhos ocorreu a partir de algumas mudanças no quadro administrativo do Estado. O MJC deixaria de estar subordinado à Secretaria de Obras Públicas e passava à Secretaria do Interior e Exterior, incumbindo-se também da 2ª seção da Repartição do Arquivo Público. Em mensagem à Assembleia Legislativa, Borges de Medeiros referia por primeira vez ao Arquivo Histórico,

---

<sup>40</sup>Regulamento do Museu do Estado do RS, 1903. (PERETTI; GIOVANAZ, 2003, p. 164).



"vinculado ao nome da instituição que o sediava: Museu Júlio de Castilhos e Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul". (SPINELLI, 2005, p. 52).

Anexou-se ao Museu Júlio de Castilhos a 2ª seção do Arquivo Público que passou a constituir naquele estabelecimento o Arquivo Histórico... Dividir-se-á o Museu e Arquivo Histórico em 3 departamentos, a saber: I – administração; II – História Natural; III – História Nacional. (...) O departamento de história nacional destina-se a colecionar, classificar, catalogar, guardar e expor todos os subsídios históricos, geográficos, artísticos, literários e outros. (SPINELLI, 2005, p. 52,53).

Em 1935, outras mudanças administrativas subordinaram a nova Instituição provisoriamente à Secretaria de Educação e Saúde Pública. Pelo regimento interno, aprovado em 1943, a divisão do Museu em dois departamentos, o de História Natural e o de História Nacional se manteria. Nesse último setor reuniam-se "acervos diferenciados: o de arquivo e o de museu, situação que perdurou até 1954". (SPINELLI, 2005, p. 53).

Como lembra Letícia Nedel

[...] os profissionais incumbidos de sistematizar as informações documentais passaram a circular pelos cargos de diretoria dos três órgãos, diversificando as linhas de atuação do museu, enquanto o compartilhamento do espaço físico, dos funcionários, da biblioteca e dos arquivos criava uma situação de extrema funcionalidade para o exercício historiográfico. (NEDEL, 2005, p. 100).

Francisco Rodolfo Simch, que dirigia o Museu desde a sua fundação passou ao Arquivo Público; Alcides Maya fez o caminho inverso e se tornou diretor do Museu. Já o departamento de História Nacional passou às mãos de Eduardo Duarte, que antes chefiava a segunda seção do Arquivo Público.

Membros também do IHGRGS, promoviam a parceria das duas instituições, que resultava "em 'pareceres históricos' sob encomenda do executivo estadual e das municipalidades para a fixação de 'efemérides', além da publicação de revistas e realização de congressos". A principal realização conjunta nesse período foi a organização das festividades do Centenário Farroupilha, em 1935. (NEDEL, 2005, p. 101).

Antes de avançarmos para a Comemoração do Centenário é necessário verificarmos como se encontrava o acervo referente à Guerra dos Farrapos e as principais aquisições nesse período anterior, mais especificamente, a compra da coleção de Alfredo Ferreira Rodrigues e da tentativa de compra do acervo de Apolinário Porto Alegre.

Em relatório apresentado em 1923, pelo Secretário de Estado dos Negócios do Interior e Exterior Protásio Alves ao presidente do Estado Borges de Medeiros, o diretor do Arquivo, Florencio C. de Abreu e Silva, referia:

PAPEIS REFERENTES Á REVOLUÇÃO FARROUPILHA – Afim de serem opportunamente catalogados, constituindo uma pasta especial na fôrma do Regulamento, a secção vai seleccionando, á proporção que se desenvolvem os respectivos trabalhos, todos os documentos que dizem respeito áquelle memorável movimento. Os papeis, assim seleccionados, já alcançam á cifra de 3.400, constituindo um opulento subsidio para o cabal conhecimento daquella brilhante phase da historia do Rio Grande do Sul. Para bem avaliar-se a importância desses documentos, seja-me permitido chamar a atenção para a succinta resenha que delles faz o sr. Chefe da secção, no seu Relatório parcial.<sup>41</sup>

O documento também anunciava que foram avaliados os arquivos de Alfredo Ferreira Rodrigues e Apollinario Porto Alegre<sup>42</sup>, considerando-se a favor de sua aquisição pelo valor de vinte e cinco contos de reis cada um. Apenas o de Ferreira Rodrigues foi adquirido

Alguns anos depois, em 1926, a conferência proferida por Eduardo Duarte, nas dependências do "Museu e Archivo Historico" intitulada "Da opulência do Archivo Histórico Rio-Grandense", nos fornece um panorama bastante detalhado do acervo da instituição referente ao decênio farroupilha. Destaca que, sobre o período, o que se encontra no Arquivo é "altamente valioso e de grande decisão para o estudo dessa campanha, pois nada menos de tres mil e quinhentos papeis avulsos já seleccionados e podem ser consultados a qualquer momento". Comenta que "vem sendo publicados alguns documentos pela Revista do IHGRGS, [...] desse modo habilitando os estudiosos que desde já pensam na commemoração da Republica de Piratiny por ocasião das festas centenarias, que não estão longe, pois nove annos se escôam com velocidade".(DUARTE, 1926, p. 16).

Menciona que entre a documentação farroupilha encontram-se "correspondencia com o governo, officios, [...], de todos os chefes militares e officiaes legalistas até mesmo de modesto destaque, correspondencia de chefes rebeldes, ordens do dia, jornaes." Chama a atenção para um item especial [...] um balancete de todas as despesas feitas pelos rebeldes

<sup>41</sup>Relatório apresentado ao Exmo. Sr. Dr. A. A. Borges de Medeiros, presidente do estado do Rio Grande do Sul pelo Dr. Protásio Alves, secretário de estado dos negócios do interior e exterior em 31 de agosto de 1923. II volume. Porto Alegre: Oficinas graphics d'A Federação, 1923.

Florencio Carlos de Abreu e Silva (Rio de Janeiro, 1883-1969). Magistrado, ensaísta e historiador. Foi diretor do APERS e sócio-fundador e presidente do IHGRGS. (VILLAS-BÔAS, 1974, p. 15, 16)

<sup>42</sup>Esse acervo teria sido adquirido por particulares. Uma parte dele encontra-se atualmente no Instituto Histórico Geográfico do Rio Grande do Sul., tendo sido doado, na década de 1970, pelo Monsenhor José Maria Balém, que o comprara da viúva de Álvaro Porto Alegre. (CAMPOS, 2013, p. 28).

durante a ocupação de Porto Alegre, isto é, de 20 de setembro de 1835 a 15 de junho de 1836. [...] como foram dispendidos os dinheiros publicos naquelles nove mezes".(DUARTE, 1926, p. 16,17).

Lembra da aquisição do arquivo de Alfredo Rodrigues e da contribuição deste acervo para a "bibliotheca historico-geographica" e da coleção de "*O Povo*, jornal official da revolução, cuja colleção á a mais completa possível, pois lhe faltam apenas alguns numeros, que diligenciamos obter". E conclui dizendo que aquele que desejar escrever sobre a revolução farroupilha encontrará no acervo da Instituição "os elementos necessarios ao seu trabalho, calcando-o na verdade dos factos, apanhada através de documentos que não admittem duvidas nem sophismas"<sup>43</sup>. (DUARTE, 1926, p. 17).

"A verdade dos factos", entretanto, não estava apoiada num acervo assim tão opulento. Fazia-se necessário ampliá-lo e a compra e recebimento de doações de documentos e peças mobilizou o Museu nesse período. A correspondência oficial nos permitiu acompanhar o andamento de algumas avaliações e negociações, bem como o recebimento de muitas doações, oriundas de todo o Estado. Mas trataremos disso, com mais atenção no capítulo seguinte, quando analisarmos os festejos do Centenário Farroupilha.

---

<sup>43</sup>Uma maior aproximação da temática do documento histórico e do valor documental será realizada no capítulo 3.

## **2 A "CAÇA AOS DOCUMENTOS": A INCORPORAÇÃO DE ACERVOS DO DECÊNIO FARROUPILHA AO ARQUIVO HISTÓRICO NAS COMEMORAÇÕES DE SEU CENTENÁRIO**

O final da década de 1920 e, principalmente, a década de 1930 trouxeram mudanças expressivas no cenário político nacional e estadual. Foi um período conturbado em que ocorreram importantes movimentos políticos e mobilizações sociais, que acabaram por provocar sensíveis mudanças no País. Processo que acabou desembocando no Golpe de 1937 e a instauração do Estado Novo.

Tendo como pano de fundo esse quadro, aproximava-se a celebração do Centenário Farroupilha, que mobilizaria amplos setores da sociedade e do governo estadual (contando também com apoio do governo nacional) para que as comemorações dessa efeméride estivessem à altura dos heróis celebrados e mostrassem ao país e ao mundo o progresso alcançado pelo Estado.

Valendo-se do momento favorável e do interesse despertado pelos festejos por parte do governo e da sociedade, o Museu Júlio de Castilhos e Arquivo Histórico foi à busca de documentos em instituições públicas e coleções privadas para aumentar o seu acervo referente ao notável episódio da história do Estado. As estratégias variaram de acordo com o momento, os recursos e a natureza dos acervos (públicos ou privados). Através da documentação administrativa dessa Instituição, foi possível perceber alguns dos critérios que nortearam essa busca e seleção de conjuntos documentais.

Esse processo culminou com a incorporação do arquivo de Alfredo Varela, a mais importante coleção privada sobre o período farroupilha, cujas negociações para doação permitiram também perceber alguns dos fatores (políticos, historiográficos, sociais, entre outros) que subjazeram à passagem da conservação privada para a pública no período em questão.

A seguir procuraremos abordar a situação do Estado do Rio Grande do Sul e sua inserção na política nacional nas décadas de 1920 e 1930 e, com isso, aproximar-nos do cenário em que se desenvolveram as comemorações do Centenário da Revolução Farroupilha e as disputas em torno do caráter da mesma. A partir disso, trataremos da verdadeira "caça aos documentos"<sup>44</sup> que se procedeu nesse período, tanto em arquivos públicos como privados e,

---

<sup>44</sup> A expressão "Caça aos documentos" é citada por alguns autores do período, correspondendo à etapa de busca de fontes na pesquisa histórica. Nas palavras de Souza Docca: "*á heurística*, isto é: o conhecimento das fontes históricas ou *la chasse aux documents*, como diria Halphen (DOCCA, 1928, p. 129). Entretanto, Halphen utiliza essa expressão para referir-se a uma etapa do desenvolvimento dos estudos históricos na França, em que houve

por último, analisaremos a incorporação da maior coleção privada sobre o decênio farroupilha, a Coleção Varela.

## 2.1 O Rio Grande do Sul no contexto brasileiro nas décadas de 1920 e 1930

Nos anos que antecederam a comemoração do Centenário Farroupilha, ocorreram importantes mudanças políticas no cenário nacional e estadual, que acabaram repercutindo no caráter dos festejos e, de certa forma, nas novas "versões" sobre a Revolução.

Durante os primeiros anos da República, o Rio Grande do Sul havia experimentado grande autonomia em relação ao governo central. Influenciado pela doutrina positivista, o governo estadual adotou "uma forma de governo autoritária, fortemente centralizada na figura do chefe político". A Constituição Estadual de 1891, que balizava essa política, limitava o Poder Legislativo estadual, permitia ao executivo a "utilização de decretos que tinham força de lei" e possibilitava a reeleição do presidente estadual. Isso permitiu que os republicanos se eternizassem no poder, mas também provocou intensos movimentos de oposição que resultaram em dois conflitos armados no período: a Revolução Federalista (1893-1895) e a Revolução de 1923. (KÜHN, 2002, p. 111, 112).

No cenário político nacional, principalmente a partir dos anos 1910, o Estado passou a ter certa evidência, despontado com força junto a São Paulo e Minas Gerais. Isso se deveu, principalmente à atuação do senador Pinheiro Machado, que, segundo Lowe

[...] fizera do Rio Grande um Estado Grande por volta de 1910. O apoio sistemático de um governo *permanente* no Rio Grande do Sul; o controle das comissões apuradoras no Congresso, assim como o controle de dois postos cruciais do mesmo Congresso, o de vice-presidente do Senado e o de líder da maioria na Câmara; o instrumento da disciplina partidária, exercido através do seu Partido Republicano Conservador; o uso livre de subvenções a jornais influentes; e a ascendência pessoal sobre o Presidente Hermes da Fonseca: tais foram os recursos de Pinheiro Machado para chegar ao poder. (LOVE, 1983, p. 62)

---

uma ampla mobilização para encontrar e reunir a documentação histórica no país: "A caça aos documentos, tal foi, efetivamente a ocupação favorita, talvez a única ocupação dos historiadores de 1830. Pois ao assombro das primeiras descobertas sucedeu-se o insaciável desejo de tudo ver, de tudo publicar, e a crença de que, com um pouco de boa vontade e dinheiro, chegar-se-ia rapidamente ao final. Os mais ponderados se figuravam, mesmo ingenuamente, que mais da metade dos documentos dignos de interesse já eram conhecidos e que para encontrar o resto o essencial era saber se organizar". No original: "La chasse aux documents, telle fut, en effet, l'occupation favorite, presque l'unique occupation des historiens de 1830. Car à l'émerveillement des premières découvertes avait succédé l'insatiable désir de tout voir, de tout publier, et cette croyance qu'avec un peu de bonne volonté et d'argent on en viendrait vite à bout. Les mieux pondérés se figuraient même naïvement que plus de la moitié des documents dignes d'intérêt était déjà connue et que, pour retrouver le reste, l'essentiel était de savoir s'organiser". (HALPHEN, 1914, p. 57,58).

A influência estadual no cenário nacional permaneceria, depois da morte de Pinheiro Machado, nos anos 1920, através do envolvimento de Borges de Medeiros na luta, nem sempre bem sucedida, pelo controle da presidência do país.

Também no Estado a influência de Borges de Medeiros decaía. O pacto de Pedras Altas, que deu fim à Revolução de 1923, forçou o líder republicano a fazer algumas concessões, entre as quais a impossibilidade de sua reeleição. Processo que culmina com a eleição de Getúlio Vargas à presidência do Estado.

A legislatura que se inicia que 1928 determina assim uma luta política mais equilibrada. A situação ainda domina, mas agora a oposição já se sente mais forte e o pacto de Pedras Altas contribuiu para isso. As possibilidades mais efetivas de participação da oposição na política do Estado, dar-se-á com a eleição de Getúlio Vargas, em 1927, para a presidência do estado. A partir de então o estilo político evoluiria para um entendimento entre republicanos e liberais, com a formação da Frente Única, na perspectiva da revolução de 30. (CAMPOS, 2001, p. 18.)

Essa conciliação, concretizada com a formação da Frente Única Gaúcha (FUG), cujo propósito era dar ao Rio Grande uma maior participação na política nacional, baseava-se na crença "de que a solução dos maiores problemas estaduais viria de cima, da elite esclarecida, mediante conquista de postos junto ao governo federal" (RANGEL, 2007, p. 20). Nesse sentido, ter um presidente oriundo do Rio Grande garantiria ao Estado um tratamento privilegiado por parte do governo central, elevando sua influência, nivelando- à de São Paulo e Minas Gerais.

Mas, algumas aspirações iam um pouco além, visavam transformar o Estado em regenerador da República:

Creio que do Rio Grande do Sul (...) deve partir a campanha decisiva do saneamento político e moral da Nação. (...) Creio, que dentre todos os povos da brasilidade, nenhum foi forjado com mais força que o rio-grandense para as altas e nobres empresas, os postos de perigo e de comando, a hegemonia, a expansão e a construção. (BERNARDI, Mansueto. "Creio no Rio Grande". Revista do Globo, Porto Alegre, nº 10, 25 de maio de 1929, s.p. apud MACHADO, 1990 p. 29)

A chegada de Vargas ao poder, entretanto, não correspondeu às expectativas da elite estadual, "mal os cavalos foram encilhados para a marcha de conquista da capital federal, estouraram os conflitos entre aqueles que pretendiam lutar juntos com o Rio Grande, de pé, pelo Brasil". (RANGEL, 2007, p. 21)

[...] as diretrizes de governo implementadas por Vargas não satisfizeram nem aos defensores de maior autonomia regional como os republicanos ortodoxos, nem aos do campo liberal, que, [...], embora concordassem com uma maior centralização à nível federal, propugnavam que esta ocorresse concomitantemente à ampliação do espaço político e econômico do estado riograndense no cenário nacional (MACHADO, 1990, p.30)

As dissidências aumentaram com a escolha de José Antonio Flores da Cunha, como interventor federal e o alijamento da minoria libertadora. "No interior do estado, a maioria dos intendentes municipais foi licenciada, com exceção dos republicanos ligados a Flores da Cunha e a Getúlio Vargas" (RANGEL, 2007, p. 22)

Além das divergências dentro do Rio Grande, a nova política implantada em 1930, também deixou insatisfeitas outras elites estaduais:

As medidas de centralização adotadas pelo governo provisório deixavam clara a intenção de governar o país sem a tradicional negociação com os estados federados autônomos. O poder legislativo foi desfeito em todas as instâncias; os governadores dos estados foram afastados – com exceção do de Minas Gerais – e no lugar deles vieram os interventores; a estrutura burocrática herdada desde os governos da Primeira República foi combatida – exceção feita ao Banco do Brasil e à Polícia do Distrito Federal – e o Código dos Interventores foi instituído, cerceando a autonomia dos estados, sob o pretexto da racionalização administrativa e da diminuição da dívida pública. (RANGEL, 2007, p. 24)

As tensões foram se agravando e, em 1932, deflagrou-se a Revolta Constitucionalista em São Paulo, cujas principais consequências em nível nacional foram "a depuração dos tenentes do cenário político, a retomada por parte do governo da condição de árbitro do rearranjo político, além da pressão definitiva para que se instalasse a Constituinte de 1933" (CAMPOS, 2001, p. 24). No Estado, tornou mais evidente a bipolarização de interesses que vinha se delineando com "a formação das alas 'regional', composta pela FUG e contrária a política varguista e a tolerância com os tenentes e a 'ala nacional' de apoio ao governo federal e que desembocará na formação do Partido Republicano Liberal em novembro de 1932, sob a direção de Flores da Cunha." (CAMPOS, 2001, p. 24)

Entretanto, o processo de centralização continuou em marcha e foi ganhando maior consistência institucional com a Constituição de 1934, que apesar de assegurar a federação, instituiu medidas que ampliavam o poder da união no que diz respeito à ordem econômica e social.

## 2.2 O Centenário Farroupilha

Nesse clima de divergências, em que o velho modo de defender os interesses regionais ainda disputava espaço e o modelo centralizador ainda não estava totalmente consolidado, se gestavam os preparativos do centenário farroupilha. Pois, "o grau de subordinação que a integração nacional exigia, (...) não favorecia a ampliação do espaço rio-grandense no cenário nacional e - talvez este elemento fosse o mais importante –restringia seu poder de mando local". (MACHADO 1990, p. 55, 56)

Conflito, que em maior ou menor grau foi se estabelecendo, principalmente, entre Flores da Cunha e Getúlio Vargas. "Por ocasião dos festejos comemorativos do centenário da Revolução Farroupilha, se Vargas e Flores da Cunha mostravam-se inicialmente como cordiais amigos, no final 'eram inimigos declarados'" (MACHADO, 1990, p. 33). Conforme Abreu,

[...] o poder de Flores da Cunha tinha um caráter ambíguo, o maior exemplo desta ambiguidade pode ser identificado em sua tentativa de, ao mesmo tempo, manter a autonomia política do Rio Grande do Sul e influir nos rumos traçados por Vargas em nível nacional; ou, (...), apoiar a centralização sem perder a autonomia regional. Diante da crescente impossibilidade de conciliar o projeto federativo de Flores, baseado na supremacia política gaúcha, e o projeto nacionalista e centralizador de Vargas, o rompimento entre ambos seria inevitável. (ABREU, 2007, p. 93)

Nesse contexto político, começaram os preparativos das comemorações do centenário, principalmente a organização da Exposição<sup>45</sup>. Em janeiro de 1934, teria ocorrido uma reunião no Palácio de Governo com a formação de uma pequena comissão executiva para iniciar as articulações para o evento. O Comissariado Geral da Exposição foi instalado em junho de 1934 e contava com "a participação direta tanto de figuras de proa governamentais como de representantes da burguesia rural e da emergente burguesia industrial" (MACHADO, 1990, p. 105). Dele participavam "o governador Flores da Cunha, um consultor técnico, um representante da FARSUL e um representante do Centro da Indústria Fabril além de

---

<sup>45</sup>As Exposições Universais "apresentaram-se como armas e argumentos da modernidade e do sistema capitalista ao demonstrar, como vitrinas, as benfeitorias que o capitalismo ofereceria em um futuro bem próximo" tendo também "um caráter didático/pedagógico, ao transmitirem os valores da sociedade capitalista burguesa". São momentos "produtores de representação e de imaginário, reinterpretando e apresentando novas versões para as narrativas sobre o passado, o presente e o futuro". (GIOVANAZ, 2013, p. 322, 323) Esse caráter pedagógico também está presente na Exposição do Centenário. O passado modelar, representado pelos heróicos farrapos, teria moldado o caráter do povo do sul do país e resultado no progresso em todas as áreas, o que poderia ser comprovado ao se visitar o evento.



funcionários técnicos e burocráticos. Alberto Bins, prefeito de Porto Alegre, foi nomeado "Comissário Geral" do certame." (MACHADO, 1990, p. 105, 106).

A exposição, ao rememorar o passado heroico e, principalmente, "expressar os avanços e progressos alcançados pelo estado para todo o país", poderia "estabelecer uma ponte entre este e o presente, veiculando o heroico Rio Grande de outrora com a grandeza e a dinamicidade que se queria afirmar, a nível nacional, cem anos após". (MACHADO, 1990, p. 100).

No regulamento do evento, isso ficou bastante evidente:

A exposição do Centenário Farroupilha deverá ser a síntese completa do progresso rio-grandense; o índice seguro revelando ao Brasil inteiro que o Rio Grande do Sul de hoje, na esfera fecunda de seu trabalho construtivo, é bem digno do Rio Grande de ontem, na ação épica dos seus lances heroicos.

Este grande certamen visa demonstrar ao povo do Rio Grande e ao país inteiro, o elevado gráo de progresso que atingiram as suas forças vivas, a sua arte, a sua cultura.<sup>46</sup> (s.d., p. 3,4)

O certame era realmente grande. Contava, entre outras edificações, com: "o Pavilhão das Indústrias do Rio Grande, de 14.000 m<sup>2</sup>, com 905 expositores: o Pavilhão da Agricultura, de 1.000 m<sup>2</sup>, com 778; e o Pavilhão das Indústrias Estrangeiras, de 2.000 m<sup>2</sup>, com 177". Além desses, os pavilhões da pecuária (11) contavam com 287 mostruários eqüinos, bovinos, ovinos, suínos e aves. Também foi construído "um cassino, restaurantes, galpões para festas e jogos, com infra-estrutura de sanitários, serviços de telefone, telégrafo e correio", um auditório para espetáculos musicais, "um lago artificial de 21.000 metros cúbicos para passeios" e uma fonte luminosa. Os estados brasileiros estavam representados nos pavilhões de Santa Catarina, Paraná, São Paulo, Distrito Federal, Minas Gerais, Pernambuco e Pará (também Amazonas). (BAKOS, 1996, p. 28,29).

As artes e a cultura tiveram destaque no Pavilhão Cultural, que esteve sob a direção de Walter Spalding, e foi "installado no magestoso edificio da Escola Normal (Instituto de Educação Gal. Flores da Cunha), [...] construído no proprio recinto da Exposição"<sup>47</sup>. Nele, procurou-se mostrar ao país a também ao mundo a pujança cultural do Estado. E para que tal objetivo fosse cumprido era "de absoluta necessidade a cooperação de todos os bons Rio-

<sup>46</sup>REGULAMENTO DA EXPOSIÇÃO DO CENTENÁRIO FARROUPILHA. Porto Alegre: Typographia do Centro, s.d., p. 3,4 (AHPAMV)

<sup>47</sup>Panfleto de divulgação do Pavilhão Cultural - Exposição do Centenário farroupilha - Comissariado Geral. (AHPAMV)

grandenses no sentido de mostrar o que é o nosso Rio Grande, hoje, no terreno intelectual".<sup>48</sup> Os interessados em expor deveriam procurar o Encarregado do Pavilhão e increver-se dentro dos moldes do programa.

Esse estava composto de 13 seções: História, Geografia e Correlatos (História, Geografia e paleo-etnografia); História Natural (Zoologia, Botânica e Mineralogia); Instrução Pública e Particular; Ciências, Letras e Artes (Literatura, Pintura, Escultura, Música e Ciências); Livro Rio-grandense; Imprensa; estatística; Correios e Telegrafos; Arquivos Particulares (arquivos históricos de famílias rio-grandenses, religião); filatelia e numismática; desportos; vias de comunicação; militarismo. Vale destacar que para a organização da seção de História, Geografia e Correlatos foi convidado o IHGRGS (que já estava representado nas reuniões de organização do evento), prestigiando-se assim essa instituição como a autoridade estadual nessas disciplinas.<sup>49</sup>

O Arquivo Histórico do Estado, em "sala especial do Pavilhão Cultural", exibiu "algumas peças, de inextinguível valor histórico, que foram apreciadíssimas por quantos assistiram àquela demonstração de trabalho intelectual riograndense." A exibição dessas peças, "quadros históricos, mapas, documentos avulsos, exemplares das edições dos jornais 'O Povo', 'O Mensageiro', 'O Americano' e a 'Estrela do Sul' " teria servido "para elevar bem alto o nome do Arquivo Histórico do Estado, tão injustamente desconhecido de nossos homens de letras."<sup>50</sup> (OFÍCIOS EXPEDIDOS, 1933-1936). Foi um dos Pavilhões mais visitados e parte dos objetos expostos integrou as coleções do Museu Júlio de Castilhos e Museu de Artes do Rio Grande do Sul<sup>51</sup>. (OFÍCIOS EXPEDIDOS 1933-1936).

Estes são alguns dos exemplos que mostram o esforço do grupo organizador da Exposição do Centenário Farroupilha na elaboração de representações sobre o passado e o presente dos riograndenses, o que demonstra que aquele momento foi produtor e mesmo, inventor, de representações sobre a história do Rio Grande do Sul. (GIOVANAZ, 2013, 328)

Sem dúvida o Centenário mobilizou a sociedade rio-grandense. Pedidos de que as formaturas ocorressem durante os festejos, antecipação das férias forenses (15 a 30 de setembro), férias escolares (20 a 30 de setembro) nos estabelecimentos estaduais são alguns

<sup>48</sup>Panfleto de divulgação do Pavilhão Cultural - Exposição do Centenário farroupilha - Comissariado Geral. (AHPAMV)

<sup>49</sup>Ofícios de Alberto Bins, comissário geral da exposição a Francisco Rodolpho Simch, presidente do IHGRGS 30 de julho 1934 e 3 de novembro de 1934. (AHPAMV)

<sup>50</sup>Relatório do Museu Júlio de Castilhos correspondente aos anos de 1935 e 1936 até 16 de junho. 19 de junho de 1936 (AP. 1.012, MJC)

<sup>51</sup>Um exemplo disso foi a incorporação dos quadros de Leopoldo Gotuzzo ao Museu Júlio de Castilhos. Ofício do Diretor do MJC ao Diretor do Pavilhão Cultural. 9 de setembro de 1935. (AP. 1.012, MJC).

exemplos desse desejo de participação do evento. Dispensaram-se as multas a todos os devedores de impostos e taxas, desde que pagassem até 31 de agosto. As colônias de imigrantes doaram monumentos como o "Gaúcho Oriental, colônia uruguaia e a "Fonte Talavera", colônia espanhola. (MACHADO, 1990, p, 111, 112)

O prefeito de Porto Alegre, Alberto Bins, preocupado com a imagem da cidade, apelou aos seus concidadãos que melhorassem as fachadas das casas e hasteassem as bandeiras nacional e do Rio Grande. Os dias 20, 21 e 22 de setembro foram decretados feriados. (MACHADO, 1990, p. 114)

Além de mostrar a pujança econômica, artística e cultural do Estado, as comemorações também atuaram para "afirmar" a brasilidade do Rio Grande. Difícil tarefa, considerando que se comemorava um evento que remetia a ideias de autonomia e para muitos de separação em relação ao resto do país. Em discurso proferido em banquete oferecido por Flores da Cunha, durante as comemorações oficiais, Vargas destacou que os riograndenses "apesar de isolados nunca perderam o sentido de nacionalidade". Neste sentido, ressaltou que tinha "bem vivo o espetáculo memorável do Rio Grande, ao declarar-se de pé pelo Brasil, em 1930", comparando este período, em muitos aspectos a 1835, quando estava "em crise a economia da Nação, em crise a estrutura do regime" (MACHADO, 1990 p. 126, 127)

Não era tarefa fácil afirmar a brasilidade do movimento de 1835, ao mesmo tempo que se salientava a especificidade regional gaúcha. Para Nara Machado, esse projeto de "brasilidade" correspondia à visão de um Rio Grande exemplar, regenerador da nacionalidade.

a festa era projetada no cenário brasileiro como "uma edificante auréola de patriotismo e de abnegação" uma vez que ninguém ainda havia excedido seus protagonistas – os farroupilhas – que "pareciam homens feitos de bronze". Este projeto significava, outrossim, a exigência de um maior espaço para o estado a nível nacional tanto no plano econômico como no plano político. (MACHADO, 1990, p. 128).

Entretanto, apesar das tentativas de conciliação política no Estado, no derradeiro esforço que se denominou "modus vivendi"<sup>52</sup>, e que também se refletia na tentativa simbólica durante os festejos de aproximação de farrapos e imperiais, como veremos a seguir, não se

---

<sup>52</sup>O "modus vivendi" foi um pacto firmado em janeiro de 1936, entre a Frente Única Gaúcha (FUG) e o Partido Republicano Libertador (PRL), e "garantia a autonomia e a liberdade partidárias, e as partes concordavam com um projeto de lei que dispunha sobre as atribuições dos secretários de estado, que se reuniriam semanalmente em conselho (art. 2º)". (RANGEL, 2007, p. 32). Apesar disso, "os dez meses de vigência do "modus vivendi" no Rio Grande do Sul foram marcados por dificuldades ou resistências internas [...] e pelo crescente enfrentamento entre Flores da Cunha e Getúlio Vargas, que procurou conquistar o apoio da FUG para desestabilizar o poder do governador gaúcho". (ABREU, 2007, p. 112)

conseguiu evitar "a completa fragmentação política do Rio Grande do Sul e o acirramento das antigas disputas pelo poder de intervenção federal sobre a política estadual e o papel de Vargas como mediador desses conflitos". (ABREU, 2007, p. 129)

### 2.3 O caráter brasileiro da Revolução Farroupilha

Nesse cenário nacional e estadual, vinham-se gestando outras versões da Revolução Farroupilha, que disputando espaço na historiografia regional, pareciam mais acordes com o nacionalismo que a Revolução de 30 antecedeu e culminou no período do Estado Novo.

Na produção historiográfica do período, destaca Scheidt que "[...], a memória da Revolução Farroupilha como separatista e influenciada pelo Prata, que estivera em perfeita sintonia com a época da República Velha, passou a ser destoante na nova conjuntura". Constituiu-se então uma espécie de "círculo historiográfico", composto por autores como Souza Docca, Aurélio Porto, Othelo Rosa, Walter Spalding, entre outros, cuja maioria se identificava com o IHGRGS. Severos críticos da posição de Alfredo Varela, defensor dos princípios autonomistas sul-riograndenses<sup>53</sup>, propalavam "o não separatismo e a 'brasilidade' da Revolução Farroupilha". (SCHEIDT, 2002, p.197).<sup>54</sup>

Essas disputas levariam a um longo e acalorado debate entre Varela e Docca que, ao defender "o sentido brasileiro da Revolução Farroupilha", tentava:

[...] provar o não separatismo e a brasilidade dos farrapos por meio do federalismo. Segundo o autor, os farroupilhas não queriam a separação, mas sim implementar a federação no Brasil, que seria uma tendência orgânica do povo brasileiro, devido ao tamanho territorial e às diferenças climáticas e raciais das distintas regiões. (SCHEIDT, 2002, p. 198).

<sup>53</sup>Em primeiro lugar, Varela busca dar à Revolução Farroupilha um caráter de epopéia, exemplo máximo do "heroísmo" do povo rio-grandense, que se levantou em armas pela República e contra a opressão de um Império.[...] Além disso, "o autor ressalta os laços dos rio-grandenses com os vizinhos platinos. Para Varela, a eclosão da Revolução Farroupilha foi fortemente influenciada pelas Repúblicas do Prata." Também reconhece e defende a Revolução Farroupilha como separatista, tendência, aliás, sempre presente na província sulina, pois seria inerente à sua formação histórica. O discurso federalista dos farrapos referiria-se a "uma tênue união entre estados soberanos e independentes". (SCHEIDT, 2002, p. 196).

<sup>54</sup>Ainda que essa relação entre historiografia regional e política deva ser relativizada como aponta Mara Rodrigues em seu artigo "A releitura do passado farroupilha no IHGB (1921-1935): memória republicana e legitimidades regionais": "pelo menos uma parte dos intelectuais, tal como faziam os políticos, tinha sua atenção voltada para o contexto nacional da disputa pelo poder e da concorrência simbólica. A outra tendência foi a de limitar esse vínculo entre historiografia regional — especialmente aquela produzida sob o abrigo do IHGRS — e nacional no período estudado quase exclusivamente à legitimação das ambições políticas de Getúlio Vargas e seus apoiadores." A autora reconhece que a "*condição histórica* da historiografia nesse período impôs aos seus artífices, de forma particularmente constrangedora, o atendimento a determinadas demandas sociais e políticas". (RODRIGUES, 2013, p. 40). No capítulo seguinte, retomaremos essa discussão, apenas apontada neste com a finalidade de se compreender a incorporação de determinados acervos, especialmente o de Alfredo Varela.

Na construção dessa nova memória da Revolução Farroupilha, procurava-se "[...] mostrar que os rio-grandenses sempre foram 'bons brasileiros', ressaltando as similaridades entre o estado sulino e os demais do Brasil". Da mesma forma, buscavam-se a antecedência do lema "o Rio Grande de pé, pelo Brasil", de Getúlio Vargas, nos ideais farroupilhas: modificava-se "a memória de um episódio do passado em função de lutas políticas do presente". (SCHEIDT, 2002, p. 198-199).

Por outro lado, em 1933, "estampada sob os auspícios do Instituto Histórico Geográfico do Rio Grande do Sul e a expensas do governo do Estado" em "Edição Comemorativa do Centenário", era lançada a obra máxima de Varela, a *História da Grande Revolução*, em seis volumes de mais de 500 páginas cada.

Caindo "como uma bomba" no círculo historiográfico acima mencionado, a obra ocasionou "profunda comoção nos meios intelectuais". A polêmica resultou em acusações de ambos os lados: Varela foi acusado de "traidor da Pátria", enquanto acusava "seus críticos de 'falsificar' a História ao tentar impor um discurso contemporâneo a um período do passado". Evidencia-se a importância do fato Revolução Farroupilha na conjuntura política de então, pois através da construção de "uma nova memória para o movimento", buscava-se fundamentar "a intervenção rio-grandense na política nacional, tentando provar que os rio-grandenses sempre foram bons brasileiros e partidários da unidade nacional". (SCHEIDT, 2002, p. 199).

Essa disputa é percebida também nas iniciativas do governo estadual e das instituições atuantes na preparação do Centenário. Scheidt evidencia essas contradições quando aponta que:

Esta política, entretanto, sofreu resistência entre os defensores da manutenção do isolacionismo do Rio Grande do Sul. Enquanto Vargas financiou a pesquisa de Aurélio Porto nos arquivos nacionais, Flores da Cunha, que seria destituído por Vargas em 1937 ao opor-se à ditadura do Estado Novo, deu recursos do estado para publicação da obra máxima de Alfredo Varela. Neste sentido, mais do que o resgate da verdade histórica, as diferentes versões da Revolução Farroupilha estavam relacionadas com as lutas políticas do momento histórico em que eram produzidas. (SCHEIDT, 2002, p. 199).

Nesse contexto, a obra de Varela se viu obscurecida durante as Comemorações. No catálogo "A Imprensa e o livro do Pavilhão Cultural – 1835-1935" da Exposição do

Centenário Farroupilha, o único livro mencionado do autor foi a *História da Grande Revolução*<sup>55</sup>. Nas palavras do próprio historiador:

Na casa editora, Exmo., regorgitam, em escaparates, as "novelas" memoradas e não há quem descubra um tomo sequer da POLÍTICA BRASILEIRA ou DUAS GRANDES INTRIGAS, REVOLUÇÕES CISPLATINAS, REMEMBRANÇAS e muito menos um volume de que adiante se vos fala!! À vista ÚNICAMENTE, porque fôra impossível banir a obra de tiragem recente e sob os auspícios do Instituto Guahybano!! (VARELA, s.d., p. 54).

Outra figura ausente dos festejos foi Alfredo Ferreira Rodrigues. Alves, comentando as palavras de Mozart Victor Russomano, diz:

dedicou todas as suas forças intelectuais à salvação dos símbolos do Rio Grande, tendo sido esta a mola que o impulsionara, vigorosamente, para as pesquisas históricas em geral e, em particular, para o estudo da história da Guerra dos Farrapos. Apesar desse esforço, o analista do levante farroupilha teria sofrido, quando ainda vivo, por ocasião dos festejos comemorativos do primeiro centenário da Revolução Farroupilha, enorme injustiça, uma vez que, em todo o Rio Grande do Sul, durante vários dias, incessantemente repetiram-se coisas que Rodrigues descobrira e contaram-se fatos que ele conhecera em primeira mão. Nesse quadro, segundo Mozart Russomano, ninguém se lembrou de prestar-lhe a merecida homenagem, de modo que o historiador da Revolução foi de todos esquecido, exatamente no momento em que se festejava aquele evento histórico, através das "verdades" que, em grande parte, ele próprio oferecera à crítica dos doutos e ao conhecimento do povo. (ALVES, 2008, p. 45).

Muitas das quais serviram de base para os estudos que foram apresentados no Congresso de História e Geografia Sul-rio-grandense<sup>56</sup>, que fazia parte do calendário festivo do Centenário Farroupilha.

---

<sup>55</sup>A obra aparece na seção de livros, e o expositor era a Livraria do Globo (A Imprensa e o livro do Pavilhão Cultural, p. 137, AHPAMV). É o último item citado de uma lista de 70 obras. Nenhum título seu aparece em outros expositores. Em pesquisa realizada no Museu Histórico de Porto Alegre Moyses Vellinho sobre o Centenário Farroupilha, mais particularmente a respeito do pavilhão cultural, constatamos que Varela não foi citado. Além disso, também chama a atenção a ausência de seu nome nos artigos de jornal, diante da abundância de textos sobre o decênio farroupilha. O jornal analisado foi o Correio do Povo dos meses de agosto de 1935 a janeiro de 1936. Anúncios do "Res Avita", como publicidade paga, só apareceriam no mesmo jornal em janeiro de 1936. Em carta do gerente do Correio do Povo a Eduardo Duarte, de 19 de agosto de 1935, em que menciona a intenção do jornal de fazer uma edição comemorativa ao 20 de setembro e solicita a colaboração do IHGRGS diante da fraca resposta que esse teve aos convites realizados, vemos que Varela foi lembrado: "já havíamos pedido colaboração aos srs. Dr. Alfredo Varela, Mansueto Bernardi, desembargador Florencio de Abreu, dr. Herbert Canabarro Reichardt, cel. Aurélio Porto, cel. Souza Docca, Alfredo Ferreira Rodrigues, Barão de ramiz Galvão, dr. F. de Leonardo Truda, Fernando Callage, Fernando Osório Filho, Walter Spalding. [...] atenderam [...] Barão de Ramiz galvão e Fernando Callage. Seria conveniente que V.S. se dirigisse, com urgência, aos demais escriptores, reforçando a nossa solicitação. (CORRESPONDÊNCIA PASSIVA, 1935) (IHGRGS)

<sup>56</sup> Alfredo Ferreira Rodrigues, apesar do esquecimento da "merecida homenagem" mencionado por Russomano, fora convidado a participar do Congresso. Em carta a Eduardo Duarte, de 16 de junho de 1935, menciona: "sinto

Os assuntos abordados nas "teses e memórias" apresentadas no congresso tinham como fios condutores básicos dois assuntos: primeiro, a "formação do Rio Grande do Sul" e, dentro disso, o legado e causas da Revolução Farroupilha. No primeiro caso tratava-se de provar a incompatibilidade entre o caudilho platino e o gaúcho brasileiro, herdeiro dos costumes republicanos "da ordem e do trabalho". No segundo caso, celebrava-se o sentido integrador da "rebeldia" farrapa, legitimando a projeção política do Rio Grande. Assim, a concepção predominante entre os historiadores reformulava a tese das especificidades históricas ligadas à condição limítrofe do estado, circunscrevendo o problema da fronteira ao papel desempenhado na preservação da "unidade portuguesa na América". (NEDEL, 2005, p. 101).

E, nas Comemorações, essa integração também se fazia notar pelo esforço de aproximar farrapos e imperiais. Como lamenta Alfredo Varela, em carta a Florencio de Abreu, presidente do IHGRGS, transcrita em *Res Avita*, "[...] assentado ficou celebrar a gloria dos que se sacrificaram em prol da causa farroupilha, e tambem – assombro dos assombros! A dos que mais se lhes oppuzeram!" (VARELA, 1935, p. 292). E segue,

Mesclar na solemnidade proxima, os nomes de Bento Gonçalves, Netto, João Antonio, com os de Caxias, Araujo Ribeiro e quejandos, é um absurdo que transcende a todos os limites. (VARELA, 1935, p. 292).  
Deliberamo-nos a erguer sobre os pavezes, os lendarios Farrapos e os mais graúdos caramurús!!! Exaltamos a acção benemérita de Bento Gonçalves e da ala de namorados da Republica, do Riogrande, e rendemos graças á acção que lhes mallogrou os estupendos esforços!!! A democracia gaúcha põe nos mesmos altares, os seus apóstolos armados e os da monarchia bragança!!! (VARELA, 1935, p. 293).

Ao igualar os "lendários farrapos" aos "mais graúdos caramurus", buscava-se a reconciliação, união do Estado, e deste com o resto da Nação. Procurava-se ressaltar a figura de Caxias, o "grande pacificador", e igualar as ações e bravura de líderes farroupilhas e imperiais. Como consequência, as moedas e os selos que seriam confeccionados para a celebração do Centenário, refletiriam essa mesma concepção. Nas palavras irônicas de Varela:

Serão sete as moedas emittidas. Nas mesmas, se a mais alta personificação do setembrismo obteve justo predicamento, que vemos, em seguida? Cabe o 2º lugar a Caxias, não a Jardim, a Netto ou a João Antonio. [...] logo, depois, a Bento Manuel, isto é, ao general a quem o duque accusa de manobras indignas para o depôr [...] 500 reis vale o impulchro guerreiro e 1 tostão menos o plutharchiano Almeida; bastante mais ditoso aliaz do que o

---

não poder tomar parte no Congresso de História, para o qual v. gentilmente me convida. Nem mandar algum trabalho, nem comparecer pessoalmente. O homem de letras morreu e está enterrado em definitiva" (CORRESPONDÊNCIA PASSIVA, 1935) (IHGRGS)

aureolado vencedor de Seival e de S. Felipe: tem aquelle 400 réis e o proclamador da Republica nada mais do que 300!!!  
 [...] passamos aos dos sellos [...] Caxias tem o primaciado (10.000 rs.) e Bento Gonçalves é transferido a posto subalterno (2.000 rs.); como sobreposto aquelle, ainda, a Garibaldi, o heroe sem par de ambos hemispherios (5.000 rs). (VARELA, 1935, p. 293).<sup>57</sup>

O quadro acima traçado em linhas gerais aproxima um pouco o contexto em que se deram os esforços do Museu Júlio de Castilhos e Arquivo Histórico na recolha de documentação do Decênio Farroupilha e ajuda a compreender algumas das vicissitudes por que passou esse processo, notadamente a incorporação do arquivo de Alfredo Varela - episódio que, devido às suas características e importância para a constituição do patrimônio documental do estado será tratado a parte.

## 2.4 A "caça aos documentos"

Ao aproximarem-se as comemorações do Centenário, apesar da propalada "opulência"<sup>58</sup>, o Arquivo constatava a precariedade do acervo sobre o evento e a necessidade de se buscarem novas fontes documentais para o estudo do mesmo.

Esses papéis se encontravam espalhados por instituições públicas e arquivos particulares e nessas duas direções dirigiu-se o olhar dos diretores do Arquivo. Com estratégias diferentes, procuraram atingir os acervos em que potencialmente se encontrariam documentos do período. Nas instituições públicas, recorreu-se desde o recolhimento até a cópia de documentos por elas custodiadas. Aos particulares procurou-se apelar para que realizassem doações e, em alguns casos, dispôs-se à compra dessas coleções.

### 2.4.1 As instituições públicas

A formação do acervo farroupilha no Arquivo Histórico iniciou com a transferência da documentação histórica da 2ª Seção do APERS para o Museu Júlio de Castilhos. Esse processo foi lento e problemático, a instituição de origem apresentava problemas para manter os documentos e a de destino ainda não estava totalmente preparada para recebê-los:

---

<sup>57</sup>As moedas e selos comemorativos, que haviam sido definidos em assembleia de abril de 1933, provocaram intenso debate entre os confrades do IHGRGS. A opinião de Varela não foi a única discordante: "diversos cabos e telegramas referentes á cunhagem de moedas e emissão de sêlos comemorativos, tendo notavel destaque que [...] endereçou o eminente confrade senhor Varela, no qual se encontram interessantes ponderações sobre o assunto." Livro de Atas do IHGRGS - 1920 a 1934 (IHGRGS).

<sup>58</sup>Referência ao artigo de Eduardo Duarte de 1926: *Da opulencia do Archivo Historico Rio-Grandense*, comentado no capítulo 1.



o pavilhão do Archivo Publico, onde está depositado o precioso archivo histórico do Estado, foi invadido pelas ultimas chuvas, tendo estragado algumas collecções de jornaes pertencentes ao Instituto Historico. O nosso archivo nada soffreu; é, entretanto, opportuno para, ainda uma vez lembrar a Vossencia a urgente necessidade que temos em serem ultimados os trabalhos encetados no edificio desta repartição para deposito dos archivos pertencentes ao Departamento de Historia Nacional. A sala para esse fim escolhida está situada no réz-do-chão, onde foram levantadas quatro estantes de cimento armado, que são por demais exíguas para conterem o archivo histórico, razão por que a remoção ainda não foi feita, apesar da precisão que tem a directoria do Archivo Publico do pavilhão que temos ali occupado. [...] providenciar para a continuação das obras que compreendem o plano geral de adaptação deste edificio á remodelação por que está passando o Museu do Estado.<sup>59</sup> (OFÍCIOS EXPEDIDOS, 1927)

Com isso, o acervo já destinado ao novo arquivo demorou a ser transferido e a seleção de documentos, que potencialmente poderiam dele fazer parte, nunca se completou totalmente, tendo-se periodicamente designado funcionário para proceder às buscas em outras seções do Arquivo Público, como exemplifica este ofício do Diretor do Museu ao Secretário dos Negócios do Interior e Exterior:

terminadas as obras de adaptação auctorizadas por essa Secretaria para a transferencia das collecções constitutivas do nosso archivo historico e geografico, está terminado o trabalho de installação em nosso novo salão dos respectivos documentos. Entretanto, nas secções do archivo Publico do Rio Grande do Sul, existem numerosos e ricos elementos, que devem ser incorporados ao deposito geral, para o necessario exame e registro, do Departamento de Historia Nacional deste Instituto. Tal succede, a despeito do recommendavel esforço empregado naquella repartição para o fim de escolha e tombamento de impressos, manuscritos, mappas, plantas, autografos, etc., porque é avultadissima e de recente tracto a copia de subsidios historicos existentes. Em semelhantes circumstancias, requieiro a Vossencia auctorização para que um empregado do Museu, auxiliado opportunamente pelo corpo de serventes, proceder a buscas nas secções do Archivo Publico, em particular na Iª secção, e providencie, de accôrdo com as disposições vigentes, para a remoção de livros e papeis de caracter historico.<sup>60</sup> (OFÍCIOS EXPEDIDOS, 1927)

Evidenciam-se também nesses constantes pedidos do Arquivo Histórico de acesso e remoção de documentação do Arquivo Público, além do caráter prático da necessidade de instalações adequadas e da dificuldade de avaliar o grande volume documental custodiado pelo primeiro, algumas divergências quanto ao caráter da documentação. Um exemplo disso é

<sup>59</sup>Ofício do diretor do MJC ao Secretário de Estado dos Negócios do Interior e Exterior, de 8 de abril de 1927. (AP 1.005, MJC).

<sup>60</sup>Ofício do diretor do MJC ao Secretário de Estado dos Negócios do Interior e Exterior de 23 julho 1927 (AP 1.005, MJC)

a troca de correspondência entre a direção das duas instituições referente ao "Livro de Concessão de terras", em que esse foi solicitado pelo Arquivo Histórico e sua remessa negada, por ser muito consultado. A divergência foi levada a instâncias superiores, apelando-se ao Secretário dos Negócios do Interior e Exterior: "Existindo na Repartição do Arquivo Público alguns livros que, indubitavelmente, pertencem ao arquivo histórico deste Museu, solicito a vossencia providencias para a sua incorporação ás nossas coleções". O principal argumento da solicitação era o fato de que "não se trata de livros que constituem fonte de renda para aquela repartição, visto que têm valor unicamente para o estudo da historia do Rio Grande dos tempos dantanho e, como tal, o seu lugar é neste instituto". <sup>61</sup> (OFÍCIOS EXPEDIDOS, 1931).

Paralelo a essas incursões no acervo da repartição de origem, o Arquivo Histórico amplia sua busca em outras instituições públicas, em que a documentação referente à Farroupilha ou mesmo a outros assuntos da história rio-grandense tem sido muito parcialmente conhecida e mapeada, como aponta Aurélio Porto em relatório enviado ao Arquivo.

Pode-se afirmar, sem receio de contestação que toda a historia do Rio Grande, esboçada em sua estructura, mas inédita em seus detalhes mais bellos, em suas linhas mais precisas, nos rasgos varonis do nosso povo, no flagrante de caracteres nobilissimos - toda a historia do Rio Grande está ainda nos codices manuscriptos, nos documentos secretos, nas correspondencias particulares, que um ou outro curioso investigador tem localizado nos archivos, respingando notas ligeiras sobre assumptos que particularmente lhes interessam<sup>62</sup>. (OFÍCIOS RECEBIDOS, 1928).

Constatado isso, foram duas as frentes principais, dentro dos órgãos públicos, em que se empenhou a direção do Museu-Arquivo: as intendências municipais que detinham em seus acervos documentação histórica do período e as instituições do Rio de Janeiro, capital do país, para onde os documentos oficiais da Farroupilha acabaram sendo em sua maior parte recolhidos.

---

<sup>61</sup>A discussão sobre o caráter da documentação, seu "valor histórico", será tema do capítulo 3. Aqui apenas exemplificamos uma situação em que isso aparece e que vai determinar a conformação do acervo de ambas instituições. Ofício do Diretor Interino do MJC ao Diretor do APERS de 17 de junho de 1931 (OFÍCIOS EXPEDIDOS, 1931) (AP. 1.010, MJC) ; do Diretor do APERGS ao Diretor do MJC de 18 de junho de 1931 (OFÍCIOS RECEBIDOS, 1931) (AP. 1.009, MJC) e do Diretor Interino do MJC ao Secretário de Estado dos Negócios do Interior e Exterior de 3 de agosto de 1931 (AP. 1.010, MJC).

<sup>62</sup>Relatório apresentado ao exmo. sr. dr. director do "Archivo e Museu Historico do Rio Grande do Sul" sobre os trabalhos relativos á busca, selecção e aquisição de documentos historicos por Aurelio Porto encarregado pelo Governo do Estado do Rio Grande do Sul para esse fim. Julho -1928 (AP 2.005, MJC)

A Intendência de Porto Alegre já contribuía periodicamente com o acervo do Arquivo, remetendo documentos como é referido em correspondência de setembro de 1929: "Revendo o nosso archivo de plantas, encontrei um mappa do Rio Grande de 1839, mandado organizar pelo Visconde de S. Leopoldo. Sendo um documento historico, provavelmente raro, remeto para figurar no Museu do Estado".<sup>63</sup> (OFÍCIOS RECEBIDOS, 1929). E também permitindo que funcionários do Arquivo fossem designados para "fazer estudos e pesquisas e angariar exemplares para o Museu"<sup>64</sup>. (OFÍCIOS RECEBIDOS, 1928).

Entretanto, foi Congresso das Municipalidades<sup>65</sup>, ocorrido em 1929, que resultou num importante impulso nessa busca de acervos municipais. Nele, Eduardo Duarte apresentou a tese, que foi aprovada, de que se deveriam recolher ao Museu e Arquivo os documentos relevantes para a História do Estado que houvesse nos municípios. Então, para dar-se encaminhamento a essa resolução, foi enviado aos intendentes municipais o seguinte ofício:

Como é do vosso conhecimento, o primeiro Congresso das Municipalidades reunido nesta capital, entre as varias deliberações tomadas, por unanimidade de votos e com patrióticos applausos resolveu que as municipalidades, correspondendo ao appello que lhes fez esta directoria na these apresentada e aprovada, incorporassem ao patrimonio do Estado a documentação considerada subsidiaria ao estudo da historia regional existente nos respectivos archivos.

Nestas condições, e em cumprimento aquella disposição, solicito-vos, sr. Intendente, destacar um funcionario dessa edilidade para fazer, no respectivo archivo, intelligente e criteriosa selecção de todos os papeis avulsos, manuscripto ou impressos, entre os quaes, officios, cartas, relações estatísticas, roteiros, papeis, enfim, que tenham relação com as nossas campanhas civico-militares ou grandes movimentos de formação da raça. Quanto aos livros manuscriptos, aquelles que, por justas conveniencias devam continuar archivados no municipio, as peças nelles contidas e consideradas subsidiarias ao estudo da nossa historia, serão copiadas fielmente e, devidamente authenticadas, remetidas, com o material acima citado, ao Museu e Archivo Historico do Rio Grande do Sul.

Correspondendo a esta solicitação, essa digna municipalidade terá praticado um acto meritorio, effectivando, ao mesmo tempo, uma das mais importantes resoluções tomadas pelo primeiro congresso das comunas rio-grandenses<sup>66</sup>. (OFÍCIOS RECEBIDOS, 1929)

<sup>63</sup>Cartão de Pereira Netto a Eduardo Duarte, de 16 de setembro de 1929. (AP 2.006, MJC)

<sup>64</sup>Ofício do diretor do MJC ao Intendente Municipal de Porto Alegre de 29 de dezembro de 1928 (AP 2.005, MJC)

<sup>65</sup>Em julho de 1929 ocorreu o 1º Congresso das Municipalidades Sul-Rio-Grandenses com o objetivo de "promover, pela cooperação do Estado com os Municípios e pela destes entre si, a solução sistemática de importantes questões e problemas comuns". Foram discutidas "teses" referentes à questões como ensino, saúde, segurança, agricultura e pecuária, quedas d'água, política e administração, criação e redação. (BAKOS, 1996, p. 27)

<sup>66</sup>Cópia do ofício circular do Diretor interino do MJC aos intendentes municipais – Agosto de 1929 (AP 2.006 - MJC)

Desse movimento resultou o recolhimento de acervos de alguns municípios, fragmentando-se os fundos dessas cidades em conjuntos dispersos por várias instituições. No relatório de viagem empreendida por Eduardo Duarte às localidades de São Sepé, Caçapava, Cachoeira, Rio Pardo, Rio Grande e Pelotas, no ano seguinte, é possível perceber, em parte, como esse programa era colocado em prática. Em relação à Caçapava:

Município de larga actuação no memoravel decennio, era de suppor que o archivo de sua edilidade possuisse farta documentação. Assim, porém, não succedeu, e só posso attribuir a uma destruição feita pelas forças da legalidade, como aconteceu em Cachoeira.

Os livros de vereanças, que são preciosos para estudos desta natureza, não appareceram completos; entretanto, o de numero 1, que não alcança o periodo, é de valor para se conhecer do espirito liberal que predominava na época.

(...)

Terminada a pesquisa no archivo em apreço, visitei a casa em que residem os descendentes de Ulhôa Cintra, vulto de grande destaque na revolução, seu ministro plenipotenciario nas republicas do Prata. Encontrei duas netas descendentes do illustre politico, pessoas sollicitas em corresponder aos fins de minha visita. Esvasiando velhos bahús, dei com a presença de regular numero de papeis, muitos de carater particular porém de valor para o estudo desse vulto excepcional daquela agitada época. Tudo foi cedido a esta Repartição e incorporado ao archivo que receberemos do municipio.<sup>67</sup>  
(OFÍCIOS RECEBIDOS, 1930)

Como podemos observar, essas viagens também traziam a possibilidade de contatar famílias detentoras de acervos privados que interessavam ao Arquivo. Pode-se inferir, através da documentação administrativa pesquisada, particularmente as cartas que ofereciam ou acompanhavam as doações, que as relações pessoais com membros do Arquivo ou do governo, as indicações de relações em comum, ou o prestígio do representante da instituição fossem importantes na decisão de se franquear o acesso a essas relíquias de família, que descendentes de combatentes do conflito ainda detinham em seu poder<sup>68</sup>

Outro aspecto que cabe salientar e que se repetirá em outros arquivos visitados é que muita documentação fora destruída já na época da guerra, como refere mais adiante, quando trata do arquivo de Cachoeira:

Quanto ao decennio farroupilha, é pobre, entretanto. Em 1840, quando o major Adolfo Charão ali esteve, é testa de força leaes, fez destruir quanto encontrou em referencia á revolução. Livros cortados em suas paginas,

<sup>67</sup>Relatório de viagem de Eduardo Duarte de 8 de abril de 1930. (AP. 2.007, MJC)

<sup>68</sup>No próximo tópico será abordado o recolhimento dos arquivos privados.

papeis avulsos queimados, um auto de fé em regra, tendo escapado apenas o livro de vereanças correspondente ao período. Solicitei ao digno intendente recolher a esta Repartição toda a documentação que compreende o período desde a fundação da então villa até o anno de 1850.<sup>69</sup> (OFÍCIOS RECEBIDOS, 1930).

As observações feitas no relatório de Duarte, a partir do contato direto com os acervos desses municípios, revelam, em parte, que papéis eram considerados importantes e dignos de estar no Arquivo Histórico do Estado, ou seja, "a documentação considerada subsidiária ao estudo da historia regional existente nos respectivos archivos". Isso corresponderia ao período que vai do início da ocupação do território à década de 1850, especialmente o referente ao decênio farrapo, seguindo a ideia de que a documentação histórica de todo o Estado deveria estar nessa instituição, reunida para uso dos historiadores<sup>70</sup>.

Seguindo a viagem, Duarte deparou-se em Rio Pardo com um significativo acervo do período:

É o melhor e o mais importante dos archivos municipaes por mim visitados. Fiz o tombamento dos livros manuscriptos, em numero de 148, como se vê do appenso junto; os papeis avulsos são em elevada quantidade, compreendendo o Brasil Colonia desde 1809, primeiro em segundo imperio. O decennio farroupilha está ali magnificamente representado, e, estou certo, Rio Pardo vai contribuir com mais de um volume em nossas publicações commemorativas do proximo centenário. Como em outros lugares, providenciei para a remessa desse precioso acervo, correndo as despesas por conta de nossas verbas. (OFÍCIOS RECEBIDOS, 1930).

Em Rio Grande, pareceu decepcionar-se com a falta de documentação, tendo selecionado pouca coisa, notadamente dois livros de sesmarias que completariam a coleção existente no Arquivo. Também tentou negociar o arquivo de José Arthur Montenegro<sup>71</sup>, pois

<sup>69</sup>Relatório de viagem de Eduardo Duarte de 8 de abril de 1930. (AP. 2.007, MJC)

<sup>70</sup>Cabe lembrar que, a partir da década de 1920, com a criação do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul e do Arquivo Histórico vinculado ao Museu Júlio de Castilhos (que estaria adquirindo caráter predominantemente histórico), os estudos históricos no Estado ganham um importante impulso e o Arquivo Histórico deveria ser a instituição que reuniria os documentos do Estado possibilitando aos pesquisadores, muitas vezes membros dessas mesmas instituições, realizar seus estudos. Esse assunto voltará a ser discutido no capítulo 3.

<sup>71</sup>José Arthur Montenegro (1854-1901) nasceu no Ceará e morreu em Rio Grande. "Historiador e geografo, tendo atuado, profissionalmente, como auxiliar de comércio, prático de pilotagem, praça do Exército e funcionário de estradas-de-ferro e, tendo em vista suas lides intelectuais, pertenceu ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, à Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro, à Academia Cearense de Letras e ao Centro Literário do Ceará. Além de uma série de ensaios, artigos e livros sobre a Guerra do Paraguai, José Arthur Montenegro recolheu uma enorme quantidade de fontes sobre o conflito, como de natureza bibliográfica, material pictórico e fotográfico, recortes de jornais e uma série de documentos avulsos". (ALVES, 2004, p. 107, 108) O acervo, que hoje se encontra na Biblioteca Rio-grandense deve ter realmente despertado interesse do funcionário do Arquivo

"esse acervo, em poder de uma associação completamente deslocado do seu lugar; de nada lhe serve, nenhum proveito util poderá tirar, salvo o da sua venda ao Estado". Ou seja, aqui se reforça a ideia de que o depositário "legítimo" da memória do estado seria o Arquivo Histórico.<sup>72</sup> (OFÍCIOS RECEBIDOS, 1930).

De Pelotas, registrara que não era muito o que a cidade possuía, mas era "precioso; uma carta de Netto escripta dias antes do combate do seival é peça preciosíssima para o nosso trabalho; correspondencia de Domingos José de Almeida, uma das maiores cabeças da revolução, além de outros vultos de destaque político, são peças de decidido valor histórico"<sup>73</sup> Também buscara em acervos privados, "a casa de antigas famílias", onde esperava "conseguir alguma cousa, inclusive uns livros de Piratiny, do que é prova a carta que recebi do deputado Victor Russomano."<sup>74</sup> (OFÍCIOS RECEBIDOS, 1930).

Na primeira capital da República Rio-grandense, Piratini, Duarte constatou que existia "em sua edilidade um archivo que deve ser muito precioso para o estudo da revolução de 1835-45", pois possuía "elevadíssimo numero de peças avulsas, cartas, officios, partes de combates, correspondência passiva dos maiores vultos do grande movimento". Também teve notícia de que os "livros de vereanças" de número 1 e 2 ("que incidem com o tempo do levante") que estariam em poder de particulares, em Pelotas. Se isso de fato se confirmou, é difícil não se questionar o fato de alguns conjuntos documentais da administração pública só terem se preservado por estarem em mãos de particulares, que pelos mais diversos motivos os tinham em seu poder.<sup>75</sup> (OFÍCIOS RECEBIDOS, 1930), vide o trágico destino, já comentado, dos documentos do período farrapo em Cachoeira.

Em relato ao Secretário dos Negócios do Interior e Exterior, ficou bastante evidente a importância da comemoração da efeméride para a reunião desse acervo, seja pelo empenho por parte da instituição, como também pela legitimidade que deu a esse processo de recolhimento de papéis que sem a força e mobilização causadas por essa celebração talvez não tivesse se permitido sua retirada das repartições em que se encontravam.

Em referencia ainda ao que temos feito para comemorar o proximo centenario da grande revolução, acrescentaremos que a documentação já ezistente em nossas estantes é consideravel, aumentando sempre, pois ainda em nossa ultima viagem de pesquizas pelos arquivos municipaes de diversas

---

Histórico pois "o Arquivo Montenegro único, pelos originais que encerrou e quiçá íntegro, pela abundância de provas que coligiu, quer de uma, quer de outra das facções em guerra. (ALVES, 2004, p. 108)

<sup>72</sup>Relatório de viagem de Eduardo Duarte de 8 de abril de 1930. (AP. 2.007, MJC)

<sup>73</sup>No próximo capítulo, discutiremos o que era considerado um documento de valor histórico.

<sup>74</sup>Relatório de viagem de Eduardo Duarte de 8 de abril de 1930. (AP. 2.007, MJC)

<sup>75</sup>Relatório de viagem de Eduardo Duarte de 8 de abril de 1930. (AP. 2.007, MJC)

localidades encontramos valioso material que, aos poucos, vai sendo remetido a esta Repartição<sup>76</sup>. (OFÍCIOS RECEBIDOS, 1930).

Na outra frente, as instituições detentoras de documentos do período na capital do País, ainda que Alcides Maya e Eduardo Duarte também tivessem feito algumas sondagens por lá, foi a Aurélio Porto que se delegou a maior parte da tarefa<sup>77</sup>.

Em relatório encaminhado em 1928, Aurélio Porto apontava para as potencialidades dos acervos das instituições de memória públicas e privadas do Rio de Janeiro<sup>78</sup>, notadamente da Biblioteca Nacional, Archivo Publico, Museu Histórico, Relações Exteriores, Archivo da Marinha, Archivo da Guerra, Instituto Histórico, Gabinete Portugues de Leitura e Archivos Particulares.

Na Biblioteca Nacional, referente à Farroupilha, Porto destacava as coleções dos jornais "O Povo" e "O Americano", sugerindo que fossem fotografados, já que cópia manuscrita ou datilografada dos exemplares demandaria muito tempo. E, no Arquivo Publico (Arquivo Nacional) dizia haver vasta documentação sobre o período, em especial o "Processo dos Farrapos".

É o repositório de maior documentação pro e contra a Revolução. Ha nele centenas de cartas de republicanos, proclamações, documentos de alto valor, prova testemunhal exuberante, enfim, a propria historia da Cruzada

<sup>76</sup>Relatório (cópia) apresentado ao Director do Museu Júlio de Castilhos Dr. Alcides Maya pelo Director do Departamento de História Nacional Dr. Eduardo Duarte. 30 de junho de 1930 (Ofícios Expedidos 1930 AP 1.008 – MJC)

<sup>77</sup>Aurélio Porto (Cachoeira do Sul, 1879 - Rio de Janeiro, 1945). Foi político, escritor, jornalista, genealogista, historiador. Trabalhou na Secretaria da Fazenda do Estado, no Arquivo Público do Rio Grande do Sul e no Arquivo Nacional. Membro do Partido republicano Rio-grandense, foi intendente de Montenegro e Garibaldi. Como jornalista, atuou nos jornais *O Progresso*, *A Fronteira*, *O Estado*, *O Rio Grande*, *A Federação*, *Petit Journal*, *Jornal da Manhã*, *O Combate e A Manhã*. Foi redator-chefe dos *Anais do Itamarati*. Foi membro do IHGRGS, da Academia Rio-grandense de Letras e do IHGB. Especializou-se na história do Rio Grande do Sul e, entre suas obras destacam-se a *História das Missões Orientais do Uruguai e O Trabalho Alemão no Rio Grande do Sul*. Dados biográficos: site História de Cachoeira do Sul Disponível em: <http://historiadecachoeiradosul.blogspot.com.br/2012/01/aurelio-porto-historiador-de-cachoeira.html>. Acesso em: 15/01/2015 e também em VILLAS-BÔAS, 1974, p. 388-390.

<sup>78</sup>Como referimos no primeiro capítulo, a maior parte da documentação desse episódio produzida e recebida pelos governos provinciais e nacionais encontrava-se no Rio de Janeiro. Em resposta à solicitação de Oswaldo Aranha, secretário do Estado dos Negócios do Interior, de uma proposta detalhada para a cópia dos documentos existentes no Rio e outros estados, o Diretor do MJC, reforçando a importância da empresa afirma: "Para fazer uma ideia da pobreza do nosso Archivo, em confronto com a opulencia daqueles, em cousas que nos dizem respeito, basta assignalar que não encontramos, nas pesquisas feitas no Archivo Riograndense, nem sequer um só officio das centenas expedidas da Côrte, sobre os acontecimentos da Província. No emtanto era o Governo Central que superintendia, quasi directamente, os negocios da guerra farroupilha. Além disso, como sempre se deu, toda a documentação era, em original, enviada para ali, juntamente com todas as peças importantes que instrua a documentação. Assim, sem extractar tudo desse acervo de cabedal, existente naquelles archivos, impossivel se fazer a historia desse periodo, para a commemoração do centenario farroupilha.[...] a necessidade de um trabalho methodico de pesquisa e cópia, o que representa um grande esforço mental e material, que só pôde ser feito por quem conheça as defficiencias e lacunas do nosso Archivo". Porto Alegre, 15 de julho de 1929. (OFÍCIOS RECEBIDOS, 1929) (AP 2.006 - MJC).

Farroupilha(...). A publicação desse trabalho será o maior monumento que se possa levantar no marco do centenario da grande revolução.<sup>79</sup> (OFÍCIOS RECEBIDOS, 1928)

Em outro relatório, Aurélio Porto, um ano mais tarde, levantou com um pouco mais de precisão o volume documental referente ao período farroupilha, revelando também a dificuldade de acesso à documentação no Arquivo Nacional, tendo sido necessária a intervenção do diretor para que pudesse realizar "pesquisas in-loco", além da falta de instrumentos de pesquisa que dessem conta do acervo existente na instituição

Do periodo de vinte anos, isto é, de 1830 a 1850, que convem estudar e copiar, existe copioso cabedal historico. Tive occasião de ver mais de 300 volumes de correspondencia activa com os nossos governos, especialmente, nas partes referentes aos Negocios do Imperio, Justiça e Guerra. Alem desses livros de copias de officios, que nos foram dirigidos, ha milhares de documentos, não catalogados ainda, sobre assumptos da Revolução Farroupilha, que só uma leitura mais demorada poderá nos dizer de seu valor<sup>80</sup>. (OFÍCIOS RECEBIDOS, 1929).

Dificuldade essa que encontrou também em outros arquivos. Para pesquisar a documentação do Ministério da Guerra e do Itamaraty, teve que solicitar, por intermédio do Secretario do Interior, uma apresentação ao Ministro da Justiça, que seria transmitida "aos Ministerios em que [interessaria] trabalhar". No Itamaraty, teve informação de que "foram encontradas preciosas Memorias sobre a Revolução de 1835, cujo autor não foi identificado"<sup>81</sup>. (OFÍCIOS RECEBIDOS, 1929).

Alguns anos mais tarde, às vésperas das comemorações, esse trabalho já se encontrava mais consolidado, dando alguns resultados. Como observava Eduardo Duarte em carta enviada ao Diretor do Museu:

O snr. Aurelio Porto, dedicado e inteligente funcionario do departamento a meu cargo, está ultimando o seu primeiro trabalho, que á a documentação do volume que abre a série das "Publicações do Arquivo Nacional", comemorativa ao centenário, já proximo, do inicio da grande revolução farroupilha. Consiste este no 1º volume do célebre "Processo dos Farrapos", instaurado nessa capital contra os gloriosos chefes daquele movimento.  
[...]

<sup>79</sup>Relatório apresentado ao Exmo Sr. Director do "Archivo e Museu Histórico do Rio Grande do Sul" sobre os trabalhos relativos à busca, selecção e aquisição de documentos historicos por Aurélio Porto encarregado pelo Governo do Estado do Rio Grande do Sul para esse fim, julho de 1928. (AP 2.005, MJC).

<sup>80</sup>Ofício de Aurélio Porto a Eduardo Duarte - Diretor interino do Archivo Histórico de 4 de setembro de 1929. (AP 2.006, MJC).

<sup>81</sup>Ofício de Aurélio Porto a Eduardo Duarte - Diretor interino do Archivo Histórico de 4 de setembro de 1929. (AP 2.006, MJC).



A Biblioteca Nacional entrará, também, com valiosa contribuição para a história da nossa terra publicando, em seus "Anais", o Compêndio Noticioso, códice manuscrito inédito do brigadeiro Francisco João Roscío

[...]

O Itamarati reuniu, em cópias datilografadas, todo o material ali existente sobre o período farroupilha, por ordem do Sr. ministro das Relações Exteriores, que quer, também, contribuir para a comemoração do centenário da Grande Revolução.

[...]

No Arquivo do Ministério da Guerra existe toda a história documental das nossas lutas seculares, como vanguardeiros do extremo sul da Patria.

[...]

sendo tão promissor e eficiente o movimento que se está processando em torno da coléta de documentos referente a 35, não se deveria abrir solução de continuidade, aproveitando o impulso inicial para com a publicação de documentos preciosos, afim de solenizar também o bicentenário do povoamento do Rio Grande do Sul.

[...]

alcancei do ilustre Snr. Dr. Oswaldo Aranha, ministro da Fazenda, promessa de contribuir com tres datilografos para o trabalho de cópias a executar nos arquivos, donde serão extraídos, competentemente autenticados, preciosos documentos pesquisados pelo coronel Jonatas Rago Monteiro, e pelo Sr. Aurelio Porto, [...]<sup>82</sup>.(OFÍCIOS RECEBIDOS, 1933-1936)

Apesar de esse trabalho nas instituições acima citadas ter rendido algumas publicações, o Diretor, em relatório de 1936, avaliando a participação do Museu e Arquivo no Centenário Farroupilha, lamentava não ter podido levar a cabo o "programa de trabalho":

Infelizmente não nos foi possível editar cêrca de duas mil folhas datilografadas, contendo a correspondencia integral dos presidentes da provincia, durante a decada memoravel de 1835-45.

Tambem não foi efetivada a publicação do volume terceiro da serie "Documentos interessantes para o estudo da Grande Revolução" a-pezar de já estar pronto para ser levado ao prélo.<sup>83</sup> (OFÍCIOS EXPEDIDOS, 1933-1936).

Percebe-se que, apesar do ambiente favorável às iniciativas e o apoio das instituições e do governo, os recursos eram limitados e essas obras e a Revista do Arquivo, cujo último exemplar saía em 1930, não puderam ser publicadas. O esforço para a transcrição e publicação de documentos, custodiados por instituições da capital, foi ao encontro das necessidades dos pesquisadores, pois muitos desses acervos eram inacessíveis aos mesmos. Por outro lado, ao centralizar também essas cópias documentais o Arquivo Histórico tornava-se referência para o estudo do tema.

<sup>82</sup>Carta enviada do Rio de Janeiro, em 1/10/1933 por Eduardo Duarte ao Diretor do MJC. (AP. 2.009, MJC)

<sup>83</sup>Relatorio do Museu Julio de Castilhos correspondente aos anos de 1935 3 1936 até 16 de junho. 19 de junho de 1936 (AP. 1.012, MJC)

## 2.4.2 Acervos privados

A incorporação da documentação do decênio farroupilha existente em acervos privados foi se dando ao longo da existência do arquivo de várias maneiras. Na década de 1920, fora incorporado um importante acervo, como mencionado no capítulo anterior e algumas doações espontâneas e esparsas, diretamente ao Arquivo ou intermediadas por outras autoridades do Estado. Um exemplo disso:

Ha tempos que estou para vos escrever tratando do assumpto que se refere a uma collecção do jornal farroupilha "O Povo", por vos offerecida a esta repartição por intermedio de S. Exa. o sr. presidente do Estado. Houve uma pequena incubação de quasi quatro annos entre a saída das vossas mãos e a entrada neste archivo. Mas, veio.

Desejaria, entretanto, que me informasseis si essa collecção era completa. Sim, porque a falta de exemplares é sensível; e mais, ha em diversos lugares vestigios flagrantés do arrancamento de exemplares.

Pela noticia que tereis visto nos jornaes, o meu interesse é grande em organizar uma collecção desse precioso jornal que é a historia viva do memoravel decennio. Vou, porém, desesperando. Escrevi para o Rio, nesse sentido, e não obtive resposta. A intenção é, obtida a collecção, propôr ao estado uma edição photographica.

Peço-vos a fineza de uma resposta, ao mesmo tempo informando-me si sabeis de alguma pessoa que possua collecção ou exemplares avulsos. Contento-me com um emprestimo, pois farei photographar o numero que me servir, devolvendo-o em seguida.<sup>84</sup> (OFÍCIOS EXPEDIDOS, 1925 -1926)

Interessante imaginar porque essa coleção, de um jornal considerado nesse momento uma das mais importantes fontes para o estudo desse evento, demorou quatro anos a chegar ao Arquivo e ainda com a suspeita de ter sido espoliada e danificada. Teria permanecido em outra repartição, em casa de particulares. Tratando-se o doador do Prefeito de Soledade à época, seria uma coleção particular ou pertenceria ao Município?

Era fato conhecido que alguns acervos públicos haviam passado a mãos privadas, como exemplifica o ofício enviado pelo Diretor do Museu-Arquivo ao Secretário dos Negócios do Interior e Exterior:

Outrosim, informados que sômos de estarem em poder de particulares, materiaes correspondentes a este assumpto, colhidos nos Archivos Municipaes, e que se ligam directamente a questões historicas do nosso passado, e, sobretudo, á proxima commemoração do Centenario de 35, convirá nos termos regimentaes, ficar esta Directoria habilitada a

---

<sup>84</sup>Carta do Diretor interino Eduardo Duarte a Álvaro Rodrigues Leitão, 12 novembro 1926. ( AP 1.004, MJC) Álvaro Rodrigues Leitão foi vice-intendente (1923-24) e intendente (1924 - 28) de Soledade.

providenciar sobre a reintegração de taes documentos no patrimonio do Estado, confiado ao Museu Julio de Castilhos.  
Incumbirá a Vossencia indicar os meios de acção a fim de semelhante programma, indispensavel e urgente ser transformado em objecto de trabalho nosso.<sup>85</sup> (OFÍCIOS EXPEDIDOS, 1929)

A reintegração desse patrimônio seria, sem dúvida, tema controvertido e de difícil execução. Alguns papéis, como, por exemplo, livros de atas de vereanças, seriam mais fáceis de identificar como originários de acervos municipais, mas outros, num período em que os mesmos documentos tratavam muitas vezes assuntos privados e públicos, em que existiam dois governos paralelos na Província, gerariam muita controvérsia.

Por outro lado, a menos controvertida compra de coleções, era estratégia utilizada pela Instituição para aumentar seu acervo. Algumas vezes, conjuntos documentais eram espontaneamente ofertados ao Arquivo; em outras, esse, a partir de referências prévias sobre determinado acervo, acabava fazendo propostas para sua aquisição. No capítulo anterior, tratamos da compra de um importante conjunto documental, o de Alfredo Ferreira Rodrigues e o fracasso das negociações do de Apolinário Porto Alegre.

Com a proximidade do Centenário, surgiram outras ofertas, cujas negociações é possível acompanhar através da documentação administrativa do Museu. Destacariamos três: o acervo do Barão do Jacuhy, do Conde de Piratini e a coleção de Nestor Áscoli.

Tendo sido proposto, em 1926, o acervo do Barão do Jacuhy<sup>86</sup>, solicitou-se a entrega do material para avaliação<sup>87</sup>. (OFÍCIOS EXPEDIDOS, 1925 -1926). Enviou-se, então, correspondência a Orphila Ferrando Brusque de Abreu:

Communico a V. Ex. que o sr. Dr. Secretario do Interior acha necessario recolher a esta repartição o archivo deixado pelo finado barão do Jacuhy, seu illustre sogro, afim de ser ajuizado o seu valor documental e preço. Aceíte o alvitre, V. Ex. o fará acompanhar de uma relação de todas as suas peças, fazendo-a da forma que entender, seja simplesmente numerica ou detalhadamente.<sup>88</sup> (OFÍCIOS EXPEDIDOS, 1925 -1926)

<sup>85</sup>Ofício do Director do MJC ao Secretario de Estado dos Negocios do Interior e Exterior. 28 de fevereiro de 1929. (AP 1.007, MJC).

<sup>86</sup> Francisco Pedro Buarque de Abreu, Barão do Jacuhy, também chamado Chico Pedro ou Moringue (Porto Alegre, 1811 - 1891). Foi militar e esteve a serviço do exército imperial durante a Revolução Farroupilha. Participou do controvertido episódio de Porongos, em que derrotou a tropa de Davi Canabarro. Terminada a Revolução Farroupilha fez várias incursões em território uruguaio, as chamadas Califórnia do Chico Pedro entre 1849 e 1850. Também participou da Guerra do Paraguai

<sup>87</sup>Ofício do Diretor interino do MJC ao Secretario de Estado interino dos Negócios do Interior e Exterior, 30 de junho de 1936. (AP 1.004, MJC).

<sup>88</sup> Correspondência do diretor interino do MJC a Orphila Ferrando Brusque de Abreu. 3 de julho de 1926. (AP. 1.004, MJC)

No recibo emitido pela entrega, constava que a ofertante deixara para avaliação "duzentos e sete (207) documentos numerados e seis (6) avulsos, papeis que pertenceram ao archivo do finado barão de Jacuhy"<sup>89</sup> (OFÍCIOS EXPEDIDOS, 1925 -1926). A partir de então, o acervo (ver Anexo B) seria avaliado por Eduardo Duarte que, em ofício ao Secretario de Estado interino dos Negocios do Interior, pontuaria:

Fiz um demorado estudo de todas as peças que se contém no archivo referido, como se vê da inclusa lista, e o resultado foi muito aquem de minha expectativa. Figura historica de grande actuação em largo periodo da historia regional, o barão de Jacuhy, pois nas campanhas farroupilha, de Rosas, Uruguay e Paraguay, foi sempre uma personalidade de grande destaque, o archivo por elle deixado não tem aquelle interesse que era de esperar, maximé, na guerra do Paraguay, como commandante da 2ª brigada ligeira, força que se pôz em pé de guerra logo no inicio da campanha. Capitulo interessante da memoravel guerra, que assignala a entrada do inimigo em territorio patrio, David Canabarro soffreu grandes accusações, e foi submettido a conselho de guerra, por ter deixado o inimigo atravessar, sem ser molestado, os nossos rios, até se alojar em Uruguayana. Pois bem, sobre esse controvertido periodo da historia, o archivo nada adianta<sup>90</sup>. (OFÍCIOS EXPEDIDOS, 1925 -1926)

Logo no início, percebe-se a decepção do avaliador com a coleção ofertada, pois a importância da documentação não parecia condizer com o destaque da personalidade a quem pertencera. Avaliara a documentação referente à Guerra do Paraguai, a partir das referências que poderia vir a ter sobre um episódio em particular, em que Jacuhy teria atuado, no qual "David Canabarro soffreu grandes accusações, e foi submettido a conselho de guerra, por ter deixado o inimigo atravessar, sem ser molestado, os nossos rios, até se alojar em Uruguayana". Constatava que o arquivo não trazia nenhuma informação relevante sobre o fato.

Isso nos leva a crer que esse era um dos episódios polêmicos que se acreditava poder esclarecer com o aparecimento de nova documentação. Ainda que nessa situação em particular não se tratasse de documentação referente à Farroupilha, o fato permite pensar que "documentos reveladores", com os quais se elucidariam alguns episódios controvertidos tinham preferência e seriam mais valorizados ("É, assim, muito relativo o valor documental do archivo em questão e quanto ao seu preço estimo-o em quinhentos mil réis"). E também poderíamos presumir, que os interesses historiográficos do diretor de História Nacional, muitas vezes substituindo o diretor do Museu, teriam sido determinantes nessas seleções.

<sup>89</sup>Recibo de 6 de julho de 1926. (AP. 1.004, MJC)

<sup>90</sup>Ofício do director interino do MJC ao Secretario de Estado interino dos Negócios do Interior e Exterior. 9 de setembro de 1926. (AP. 1.004, MJC)

Quanto aos outros papéis, observava ainda que:

Sobre a campanha dos farrapos, ha algumas peças muito interessantes, de valor subsidiario. Merecem toda a consideração estariam bem collocadas em nossa rubrica: Campanha de 1835-45.

- Sobre a campanha de Rosas - poucas peças, que nenhum interesse despertam

- De varias épocas são encontrados muitos papeis, que não merecem aquisição.<sup>91</sup> (OFÍCIOS EXPEDIDOS, 1925 -1926).

A coleção não foi comprada. Avaliou-se que não seria de interesse da Instituição: "tenho a honra de communicar a V. Exa. que o governo do Estado resolveu não adquirir o archivo historico deixado pelo finado riograndense, barão de Jacuhy, e que V. Exa. ha tempos offereceu á venda".<sup>92</sup> (OFÍCIOS EXPEDIDOS, 1925 -1926).

Outro acervo ofertado ao Museu foi o do Conde de Piratini<sup>93</sup>. Em carta enviada a Eduardo Duarte, em 1932, João Carlos C. de Azevedo, expunha sua proposta:

Tomo a liberdade de dirigir-me a V.S. a fim de offerecer a venda a esse Museu, o arquivo que pertenceo ao Conde de Piratinim, fidalgo que, como V. E. não ignóra, possuiu na Província remarcada influencia politica e social. O arquivo em apreço abrange a epoca da regencia, 1º e 2º imperio. Contem copioso material para o estudo da historia do Brasil e mui especialmente para a "nossa" historia tão cheia de lances épicos. Sobre 35 existem documentos de real valor. Alem dos documentos em apreço, tenho 18 copiadores de carta em papel de linho, com mais de 200 fls cada um, em perfeito estado de conservação e autenticados pelo Conde.

O meu presado amigo Mario Araujo, já em palestra com v.s. teve occasiao de fazer referencias e até mostrou-lhe algumas cartas, o mesmo acontecendo com meu tio e amigo Dr. Victor Russomano, que se não me falha a memoria, vos informou algo sobre o assumpto.

Não julgue v.s. que é só levado pelo interesse material que me diriji a v.s.

O que desejo pelo arquivo é uma insignificancia, dado seu valor, porém sou de opinião que estes documentos não devem ser desviados do Estado de forma alguma, como está para acontecer, pois motivos que só a mim dizem respeito, me obrigam a praticar tal acto. Em todo caso, minha consciencia ficará mais satisfeita se tal acontecer, pois, parece-me cumpri meu dever, offerecendo e aguardando solução desse Museu antes de entrar em negociações com as partes interessadas.

Ouso esperar que v.s. com brevidade me informará o que se lhe oferecer a respeito<sup>94</sup>. (OFÍCIOS EXPEDIDOS, 1932)

<sup>91</sup>Offício do director interino do MJC ao Secretario de Estado interino dos Negócios do Interior e Exterior. 9 de setembro de 1926. (AP. 1.004, MJC)

<sup>92</sup>Carta do Diretor Interino a D. Orphila Ferrando Brusque de Abreu, 17 de setembro 1926. (AP. 1.004, MJC)

<sup>93</sup>João Francisco Vieira Braga, Conde de Piratini (Piratini, 1797- Pelotas, 1887). Foi estancieiro, empresário e político. Opositor aos farroupilhas, emigrou para o Rio de Janeiro durante o conflito. Foi vereador em Rio Grande, deputado provincial e vice-presidente da província. Presidiu a Sociedade Promotora da Indústria Rio-grandense e fundou a Câmara de Comércio em Rio Grande.

<sup>94</sup>Carta de João Carlos C. de Azevedo a Eduardo Duarte. 12 de maio de 1932. ( Ap 1.011, MJC)

Essa carta nos permite analisar alguns aspectos interessantes em relação ao modo como foi proposto o acervo e a valorização do mesmo por parte do ofertante. Em primeiro lugar, procurava-se destacar a importância histórica do personagem: "possuiu na Província remarcada influencia politica e social." Depois se passou a valorizar o conjunto documental por tratar-se de "nossa" historia "tão cheia de lances épicos", porque "sobre 35 existem documentos de real valor", pelo seu volume e estado de conservação ("alem dos documentos em apreço, tenho 18 copiadores de carta em papel de linho, com mais de 200 fls cada um, em perfeito estado de conservação") ou pela sua autenticidade e valor autógrafo, "autenticados pelo Conde". Então, apelava-se para as avalizadas opiniões das relações sociais em comum que poderiam garantir a importância desse acervo. A seguir, enfatizava-se que não ter sido o "interesse material" o motivo da venda, portanto o valor solicitado (que não consta na carta) seria ínfimo diante da importância da coleção. E, por último, acenou-se com a possibilidade de existirem outros interessados, mas que a intenção da permanência desse acervo no Estado fazia com que se desse preferência ao Museu em sua aquisição. Ou seja, a possibilidade de perda desse conjunto documental poderia levar à conclusão de que deveria ser adquirido para permanecer no Estado.

Seguindo o mesmo procedimento da coleção do Barão de Jacuhy, Duarte comunicava ao Secretario do Interior que o arquivo fora recolhido e que se encontrava em exame. Como se tratava de ofício de julho de 1934, chama a atenção o tempo transcorrido entre a proposta inicial e a avaliação do acervo, cujo motivo não se pode deprender de nenhuma correspondência entre as partes.<sup>95</sup> (OFÍCIOS EXPEDIDOS, 1933 -1936).

Um mês depois, João Carlos C. de Azevedo dirigia-se novamente a Eduardo Duarte, reclamando a demora em se dar uma resposta à oferta:

Desejando saber noticias do arquivo do Conde de Piratinin em estudo nessa repartição, tomo a liberdade de dirigir-me a V.S. afim de pedir-lhe o obsequio de informar o que se lhe offerecer a respeito, isto é, quando tenciona mais ou menos terminar o estudo e se os documentos em apreço vão satisfazendo a V.S.

Confio em que o presado Amigo, conforme promessa verbal a mim feita, não deixará "encalhar" o assumpto, remetendo dentro em breve ao Governo, a sua respeitavel opinião a respeito.<sup>96</sup> (OFÍCIOS RECEBIDOS, 1933 -1936).

<sup>95</sup>Ofício do Diretor do MJC ao Secretario de Estado dos Negócios do Interior e Exterior.16 julho 1934. (AP. 1.012, MJC)

<sup>96</sup>Carta de João Carlos C. de Azevedo a Eduardo Duarte. 20 de agosto de 1934 ( AP. 2.009, MJC)

Apelava, ainda para o bom caráter do avaliador que esperava atendesse "com brevidade e benevolência" o pedido. Mas isso não pareceu resultar, já que em ofício ao Diretor, Duarte afirmava:

O arquivo do Conde de Piratini foi minuciosamente examinado em todas as suas peças e constatei não haver, na sua aquisição, conveniência para o Estado.

Trata-se de correspondência passiva e ativa, sendo que a primeira encerra um grande numero de cartas firmadas por figura de alto destaque no cenário político-social do Rio Grande, em dilatado período de tempo, tendo porém apenas o valor do autografo. A segunda, copias de cartas comerciais, e, conquanto bastas vezes se refira a assuntos políticos, carece, entretanto, de importância subsidiária ao estudo do nosso passado.

Em vista do que, sou de parecer que o mesmo arquivo seja devolvido ao proprietário.<sup>97</sup> (OFÍCIOS RECEBIDOS, 1933 -1936).

Como, a diferença do arquivo do Barão do Jacuí, não se teve acesso no material pesquisado a um detalhamento maior a respeito do teor desses documentos, não podemos avaliar seu caráter, mas algo chama a atenção na justificativa de Eduardo Duarte. É o reconhecimento de que tratava de assuntos políticos (e sabe-se da importância da história política nessa época), mas que, ainda assim, não tinha importância "ao estudo do nosso passado".

Percebe-se então que o legado documental de dois personagens, Barão do Jacuhy e o Visconde de Piratini, com reconhecida atuação na história do Estado não teve ingresso no Arquivo que pretendia reunir a documentação que iria subsidiar o estudo do passado do Rio Grande. Pode-se pensar que consideradas as concepções de documento histórico da época, esses papéis carecessem de valor, mas é impossível não deixar de perceber que foram personagens que participaram do conflito do outro lado, permanecendo fiéis ao Império. Talvez isso não fosse determinante para o não prosseguimento das negociações, mas o fato é que ao ficarem de fora, impossibilitou-se que se tivesse acesso às informações neles contidas.

Bastante diferente foi a negociação do acervo de Nestor Ascoli<sup>98</sup>, que envolveu intensa troca de correspondência entre figuras destacadas do governo estadual (o próprio governador) e nacional. Porém, infelizmente, não consta nessa documentação o desfecho das negociações

<sup>97</sup>Ofício de Eduardo Duarte, Diretor de História Nacional ao Diretor do MJC. 31 de agosto de 1934. (AP. 2.009, MJC)

<sup>98</sup>Nestor Ascoli (Rio de Janeiro) Foi deputado estadual no Rio de Janeiro. Envolveu-se com a questão da imigração japonesa no Brasil. Entre suas obras estão *O Japonez no Brasil, A Imigração Japonesa para a Baixada do Estado do Rio de Janeiro, Projecto de commemoração do primeiro centenario da independencia do Brasil*.

e as razões pelas quais o acervo aparentemente não foi adquirido, já que não é mencionado em nenhum relatório posterior. Também chama a atenção nesse processo o valor em que foi estimada coleção, 30 contos para 400 documentos, em contraste com o relativamente pequeno avaliado pelo arquivo do Barão do Jacuhy, 500 mil reis para 214 peças.

No livro dos "Offícios Recebidos" de 1933 a 1936, temos uma sequência de documentos referentes a esse assunto, o que leva a crer que poderia tratar-se de uma espécie de processo, ainda que não apresente as características formais do mesmo, e os documentos, encadernados, se encontram invertidos cronologicamente. Portanto, a carta que deu início às negociações aparece por último, acompanhando os despachos e ofícios recebidos pelo Museu. Nessa correspondência, Nestor Ascoli relatava que tomara a iniciativa de procurar Flores da Cunha, o interventor Federal do Estado, que estava de passagem pelo Rio de Janeiro, para mostrar-lhe parte de seu acervo:

Na ante-penultima vez da estada de V. Exa. no Rio de Janeiro, previamente autorizado, compareci á sua distincta presença, levando, para mostrar, um conjunto de documentos originaes de vultos e factos da Revolução de Piratinim, cujo centenário dentro em pouco se váe commemorar. Determinou, então V. Exa. que eu os submetesse ao conhecimento do seu digno Secretario, ao qual tive a satisfação de procurar, mas d'elle ouvindo não se sentir habilitado para devidamente julgal-os e aconselhando-me a que formulasse uma proposta. D'ahi o meu constrangimento moral, resultante de um justo escrúpulo intimo pelo receio de ser juiz em causa própria. Pensei, pois, que consetâneo melhor seria, antes de retornar a V. Exa., entender-me com alguém, auctoridade technica no assumpto, de perfeita idoneidade publica e privada e também da confiança de V. Exa., capaz de dispor a examinar com paciência e critério os referidos documentos e, a respeito emittir uma opinião segura, imparcial e honesta. Lembrei-me assim do Sr.Dr. Leonardo Truda, sempre affeito a estudos históricos sobre a terra que lhe foi berço e que, durante muitos annos, além de membro conspícuo e operoso do Instituto Histórico e Geographico do Rio Grande do Sul, se distinguiu, inclusive, como Secretario Geral, dessa meritória associação, função que somente deixou pela actual permanência em que se depara no Rio de Janeiro. Examinou o Sr. Dr. Leonardo Truda, de per si, cada documento, para consideral-os merecedores da atenção de V. Exa. e dignos de serem incorporados ao archivo do Estado do Rio Grande do Sul. Sendo esses documentos, quase seculares, em relativa perfeita conservação, cerca de quatrocentos (400), solicitei ainda ao Sr. Dr. Leonardo Truda que fosse o arbitro do possível valor dos mesmos, valor que se verificou pela soma módica ou razoável de trinta contos de reis (30:000\$) correspondente a menos de oitenta mil reis (80\$) por unidade. Junto a esta, em carta authêntica, a declaração do sr. Dr. Leonardo Truda confirmatória d'este allegado.

Esses documentos, Exmo. Sr. General Flôres da Cunha, eu os colligi, através dos devaneios do meu patriotismo, com grande esforço e paciencia, de 1900 a 1906, por preços variáveis e alguns bem elevados, para a minha Brasiliana, e nunca fora intenção minha delles me desfazer. E, se, afinal, concordei em offerecel-os á venda, pelo valor mencionado, ao Estado do Rio Grande do



Sul, é porque, ao aproximar-se a centúria da Guerra dos Farrapos, esse trecho glorioso do Brasil se encontra sob o eceptro de V. Exa., sempre de minha particular estima e da maior admiração desde a minha mocidade republicana.<sup>99</sup> (OFÍCIOS RECEBIDOS, 1933 -1936).

Cabe chamar a atenção para alguns aspectos dessa correspondência. O primeiro deles seria o senso de oportunidade do ofertante, considerando a mobilização em torno das Comemorações e de tudo o que dizia respeito ao Decênio Farroupilha, ou seja, a ciência de que recursos estariam disponíveis e que haveria maior propensão a que a coleção despertasse interesse. Também a possibilidade de contatar com o mandatário máximo do Estado, que interessando-se pela proposta poderia agilizar os trâmites. E, para dar maior peso à sua oferta, o aval de Leonardo Truda, que além de intelectual do IHGRGS, o que o habilitaria a julgar um conjunto documental referente ao Estado, também era membro do governo federal.<sup>100</sup>

Adiante, com a chancela de Truda, propôs o valor de 30 contos pela coleção, que considerou um preço módico diante da qualidade da mesma e do trabalho que deu formá-la, pagando pelas peças muitas vezes preços elevados. E, por último, que só se desfaria dos documentos em virtude da comemorações do centenário e do fato de estar Flores da Cunha à frente do governo do Estado, a quem admirava desde sua "mocidade republicana", evocando a afinidade partidária.

A essa carta juntou-se cópia da de Leonardo Truda a Ascoli, o primeiro avalizaria o conjunto documental a ser negociado:

É uma coletanea que o Instituto Historico e Geografico do Rio Grande do Sul ou o museu Julio de Castilhos se deverão orgulhar de possuir. Não duvido, pois, seja bem sucedida a sua iniciativa, oferecendo á venda, tal coleção, ao Governo do Rio Grande, sobretudo no momento em que está á sua frente um homem cujo caráter, cuja intrepida bravura e em cuja nobre generosidade se esmaltam qualidades lidimas da brava gente farroupilha. Examinei cuidadosamente a sua coleção, verdadeiramente notavel, de documentos autografos de homens que foram participes ou se acharam, de qualquer modo, ligados á maravilhosa epopéa de 1835.

<sup>99</sup>Carta (Cópia) de Nestor Ascoli a Flores da Cunha. Rio de janeiro, em 30 de janeiro de 1934 (AP 2.009, MJC)

<sup>100</sup>Francisco Leonardo Truda (Porto Alegre, 1886 - Rio de Janeiro, 1942) Comerciante, jornalista e historiador. Filiado ao IHGRGS. Colaborou com o jornal A Reforma, órgão do Partido Republicano Federalista, ao qual se filiou. Mais tarde trabalhou no "Correio do Povo", terminando como diretor, durante vários anos. Fundou na capital gaúcha o "Diário de Notícias" que dirigiu até 1930. Participou ativamente da candidatura de Getúlio Vargas, à presidência da República, "acompanhando a Aliança Liberal em todas as horas até a vitória da revolução que elevou o então governador a chefe do estado". A partir de 1933, passou a presidir o Instituto do Açúcar e do Alcool. Rompe com Vargas em 1937, mas reconciliado algum tempo depois é nomeado "para a presidência do Conselho federal do Comércio Exterior, Chefe da Missão Econômica Brasileira, e afinal diretor da recém-criada Carteira de Exportação e Importação do Banco do Brasil" Dados bigráficos compilados de VILLAS-BÓAS, 1974, p. 524 e do site do Colégio Brasileiro de Genealogia. Açucar no Brasil: personalidades. Disponível em: [http://www.cbg.org.br/baixar/acucar\\_no\\_brasil\\_1.pdf](http://www.cbg.org.br/baixar/acucar_no_brasil_1.pdf) Acesso em: 15/01/2015.

Considero perfeitamente razoavel o preço de 30:000\$000 (trinta contos de reis) que pensa pedir e se, de minha parte, fôr possível fazer alguma coisa para que se incorpore ao patrimonio historico do Rio Grande a sua valiosa coleção, pode dispôr dos serviços (...)<sup>101</sup>(OFÍCIOS RECEBIDOS, 1933 - 1936).

Pouco mais de um mês depois, escreveu Ascoli novamente a Flores da Cunha, insistindo na oferta: "Espero da elevada gentileza de V. Exa. que me releve esta attenciosa importunação pelo desejo de que seria agradecido, de saber a opinião de V. Exa. a respeito do caso emergente."<sup>102</sup> (OFÍCIOS RECEBIDOS, 1933 -1936).

A tramitação seguiu com dois memorandos, um comunicando que a oferta foi encaminhada ao Museu Júlio de Castilhos e outro ressaltando o parecer de Leonardo Truda recomendando que se consultasse o "Instituto Histórico do Estado".<sup>103</sup> (OFÍCIOS RECEBIDOS, 1933 -1936).

A seguir o diretor do MJC, Alcides Maya, se posiciona sobre o assunto, afirmando que tinha informações sobre a coleção através de Rodolfo Garcia, diretor da Biblioteca Nacional e que tivera acesso ao indice da mesma, sendo necessário o exame da documentação por uma comissão de peritos. Essa seria composta por Eduardo Duarte e dois ou mais membros do Instituto Histórico e Geográfico<sup>104</sup>, "ao arbitrio da Secretaria do Interior". Concluindo que inclinava-se, "todavia, atenta a importancia deles, a preafirmar que no laudo dos peritos talvez ressalte o seu valor intrinseco, subjetivo, correspondente ao preço indicado."<sup>105</sup> (OFÍCIOS RECEBIDOS, 1933 - 1936).

O tom da correspondência revelava entusiasmo, mas como em nenhum momento apareceu uma descrição dos documentos, não é possível avaliar o teor dos mesmos.

<sup>101</sup> Carta (Cópia) de Leonardo Truda a Nestor Ascoli. 27 de janeiro de 1934. (AP. 2.009, MJC)

<sup>102</sup> Carta de Nestor Ascoli a Flores da Cunha. 2 de março de 1934. (AP. 2.009, MJC)

Nessa mesma data, Leonardo Truda, dirige uma carta a Florencio de Abreu, propondo que o IHGRGS se empenhe na aquisição da coleção por parte do Estado: "É minha opinião que a coleção vale bem essa cifra [30:000\$000]. Ela representaria uma dádiva preciosa do Estado ao nosso Instituto. E creio que este deveria empenhar-se por entrar na posse dela, ou, de qualquer modo, conseguir que fique pertencendo ao Rio Grande, incorporada ao seu patrimônio histórico. [...] estou certo de que vivamente se empenhará junto ao nobre general Flores da Cunha, pela aquisição daquêles documentos e autografos." (CORRESPONDÊNCIA PASSIVA, 1935) (IHGRGS) Percebe-se que não parece haver uma distinção entre o que seria o patrimônio público estadual e o do IHGRGS. Apesar da subvenção recebida do poder público, o Instituto era uma entidade privada e, uma vez tendo sido a ele incorporada, a coleção passaria a ter um estatuto diferente daquele que teria se adquirida pelo Arquivo Histórico (MJC).

<sup>103</sup> Memorando Nº 2737, de 15 de março de 1934, e Nº 2049, de 15 de Fevereiro de 1934, da Secretaria do Interior e Exterior. (AP. 2.009, MJC)

<sup>104</sup> O Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul era frequentemente consultado para avaliar coleções, peças e emitir pareceres. Era reconhecido como autoridade em assuntos históricos e trabalhava muito próximo ao Arquivo Público e, depois, ao Arquivo Histórico, tendo muitos membros em comum com essas instituições.

<sup>105</sup> Do diretor do MJC, Alcides Maya, ao Diretor Geral do Expediente da Secretaria do Interior. 30 de abril de 1934. (AP. 2.009, MJC)

Entretanto, sua relevância pode ser auferida a partir do aval de tantas autoridades e de ter sido um dos acervos privados em que pesquisou Alfredo Varela.<sup>106</sup>

O último movimento foi um memorando gabinete do Secretário do Interior e Exterior ao Interventor em que informava a oferta, o valor pedido, e solicitava uma posição do mesmo, "se V. Exa. achar que esses documentos interessam ao Governo, poderei determinar um exame dos mesmos por uma comissão de peritos".<sup>107</sup> (OFÍCIOS RECEBIDOS, 1933 -1936).

O despacho de Flores da Cunha foi favorável e encaminhou-se o memorando ao diretor do Museu Júlio de Castilhos para que providenciasse o exame. Poucos dias depois, o Diretor do MJC envia carta a Nestor Ascoli:

A fim de dar cumprimento ao despacho de Sua Exa. o Sr. Gal. Interventor Federal, neste Estado, sobre a proposta da venda de cerca de quatrocentos documentos históricos, de que sois proprietário, comunico-vos que, de acordo com o referido despacho, tais documentos deverão ser examinados por uma comissão de peritos, composta do chefe do Departamento de História Nacional deste Museu, e de dois membros do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul. Nestas condições, solicito-vos a remessa dos documentos em apreço a este Museu, agradecendo-vos a honra da proposta que nos fizestes.<sup>108</sup> (OFÍCIOS EXPEDIDOS, 1933 -1936).

Em relação à avaliação, não se encontrou nenhum documento. O último registro é um telegrama de Nestor Ascoli a Flores da Cunha, de setembro de 1935, mais de um ano depois do início das negociações: "Permita respeitosamente appellar grande gentileza vossencia possível solução proposta documentos farroupilhas"<sup>109</sup>.(OFÍCIOS RECEBIDOS, 1933 -1936). No relatório de junho de 1936, que abrange os anos de 1935 e 1936, em que se reportam as aquisições do Museu, não há nenhuma referência a esse acervo. Entretanto, comunicava-se a doação da maior coleção privada referente ao Decênio Farrapo, o arquivo de Alfredo Varela, que por sua relevância e pelas circunstâncias em que se efetuou, se analisará a seguir um pouco mais detalhadamente.

---

<sup>106</sup>No catálogo do arquivo de Alfredo Varela, anexo, são mencionados no item 68 documentos copiados de arquivo de Nestor Ascoli.

<sup>107</sup>Ofício do Gabinete do Secretário do Interior e Exterior ao Interventor Federal. 4 de junho de 1934. (AP. 2.009, MJC)

<sup>108</sup>Ofício do Diretor do MJC a Nestor Ascoli. 12 de junho de 1934. (AP 1.012, MJC)

<sup>109</sup>Telegrama de Nestor Ascoli ao Interventor Federal, Flores da Cunha. 05 de setembro de 1934. (AP. 2.009, MJC)

## 2.5 A Coleção Varela

Para compreender um pouco melhor as circunstâncias em que se dá o ingresso do acervo de Alfredo Varela ao Arquivo Histórico é necessário entender sua posição no contexto político e no meio intelectual da época.

Apesar do relativo apoio do governo estadual, principalmente por ocasião da publicação da *História da Grande Revolução*, a situação de Varela se tornara muito desconfortável. A perda de espaço junto aos membros dos IHGRGS significava também perda de espaço em outras instâncias<sup>110</sup>. Essa sensação de boicote refletia-se no tom forte e contundente com que se referia a seus confrades e ao próprio Instituto, acusando-os de valer-se de "insídia torpíssima" e estarem "determinados a impedir que circulassem [seus] livros, na hora em que podiam ter melhor saída. (VARELA, s.d., p. 38). Dizia, ainda, com sua peculiar retórica:

Andam num tresvairo permanente os que me condenam e feracíssimos, porque não escrevi uma HISTÓRIA DA GRANDE REVOLUÇÃO, ad usum delphini. Isto é , para a leitura aprazível dos principótes de nossa bastarda, inepta democracia, e da sua aula de incensadores. (VARELA, s.d.,p. 52).

Expilar desalmadamente, sempre; citar honradamente, nunca, ou o menos que for possível: eis o santo programa! Com êste cavalheiroso entretenimento, cerrar fileiras, numa zelosa emprêsa farisáica: a conspiração do silêncio, hoje notoríssima! (VARELA, s.d., p. 53).

Não obstante esse ambiente de divergências, fora convidado ao Congresso de História e Geografia Sul-rio-grandense, mas não participaria, comunicando que "[...] 'contribuiria', ali, por outro modo", através de sua obra *Res Avita*, cujo texto tratava "metade sôbre a grande Revolução". (VARELA, s.d., p. 231). Livro de cuja pouca divulgação nessa ocasião também se ressentia.

Apesar disso, percebe-se em seu relato, que Varela talvez pensasse ainda na possibilidade de se inserir nessa celebração de outra forma. E isso seria através da doação do seu acervo, que reputava como "o melhor dos monumentos comemorativos". Ao que parece, sua expectativa quanto à receptividade por parte do governo de sua oferta era bastante grande, como deixava transparecer em telegrama enviado a Darcy Azambuja, Secretario de Estado do Interior e Exterior:

---

<sup>110</sup>Vale lembrar que membros do IHGRGS também eram funcionários do Museu e Arquivo, como Alcides Maya, Eduardo Duarte e Aurélio Porto, além de secretários de Estado, como por exemplo, Darcy Azambuja e Othelo Rosa.

Em mensagem ao Exmo. Sr Governador e a V.E. comuniquei haver posto à disposição de nosso Arquivo Público, o que organizei em mais de meio século de puro devotamento cívico. A doação era gratuita, mas condicional: o Estado se obrigaria a mandar-me, com o recibo de tais preciosidades, uma lista especificadíssima das mesmas.

Apressei a dádiva, na certeza de que constituiria o meu sobredito e venerando tesouro, a máxima curiosidade ou o objeto do mais vivo interesse, no certame farroupilha instaurado a 20 de setembro último. Persuadido ainda, Exmo., de que a transferência de tamanhas relíquias se efetuará com uma grande, imponente, nunca vista solenidade, tradutora de nosso unânime respeito, culto férvido pelo que mais representa, hoje os pensamentos, anhelos, sacrifícios de nossos egrégios maiores: assim persuadido, (eu dizia) tratei de escolher sítio adequado para início do previsto cortejo cívico.

Jaguarão, o antigo Serrito, foi o vero centro da conjura libertadora, a partir da hora em que Bento Gonçalves assumiu a chefatura do magno sucesso em preparo. Mais ainda: num rasgo homérico, grangeou a glória insigne de haver sido a sua edilidade a primeira que aderiu ao grito da República, dado em Seival, por Neto [...]

Coubesse pois à gente dali a honrosa tarefa de entregar à mais grada representação de nossa Pátria nativa, o que coligi em tantas décadas; escolhendo eu, para desempenhar o pio encargo, a um dos mais dignos médicos da Capital, oriundo de família de nome histórico: [...] (VARELA, s.d., p. 24-25).

Por essa correspondência percebe-se a importância que a entrega solene da sua coleção teria na projetada cerimônia em Jaguarão, sua terra natal, e com a presença do governador do Estado. E, para tal evento mandaria retirar o acervo que se encontrava depositado no MJC

A Repartição que em boa hora lhe foi confiada incumbiu-se mui gentilmente do depósito e guarda de meu archivo historico, em 20 de maio de 1933. Conforme documento de nº 57, dessa data, consta o mesmo depósito de quatro (4) caixas, e como, em comunicação ao Exmo. Sr. General-Presidente do Estado, eu dou o definitivo destino a essa preciosa collecção, rogo a V.E. a entregue ao Dr. Estevão Junot Barreiros, que me representará para todos os effeitos, com assistencia do Sr. Deusino Varela. Confiro a ambos os necessarios poderes, para assignarem por mim os recibos que exija o Museu, como para tudo quanto for mister na transferencia que faço, do sobredito archivo, eterno desvelo e mimo de meio seculo de labuta.<sup>111</sup> (OFÍCIOS RECEBIDOS, 1933 -1936).

Entretanto o governo do Estado não pareceu interessar-se pelo assunto, "[...] nem se dignou de mandar [...] uma linha que fosse, a respeito da espontânea liberalidade" como Varela queixou-se amargamente em telegrama enviado a Azambuja:

[...] se esquivou de responder a 2 telegramas do meu mais graduado procurador[...] para combinar a forma de ideada entrega.

<sup>111</sup>Carta de Alfredo Varela ao diretor do MJC. Lisboa, 30/05/1935. (AP. 2.009, MJC).

[...] um respeitoso, quão tênue reparo [...] Nossa alta regedoria tem consumido valiosos cabedais, em festejos ou comemorações de tipo material, a fim de que 1835 seja lembrado condignamente. Olvidou-se, porém, de que, motu-próprio e sem despesa alguma para o nosso desfalcado erário, sem pôso algum para nossa empobrecida economia; sem ônus efetivo, algum, eu lhe ministrava o mais belo meio de homenagear os heróis do áureo decênio. Exmo. a alma imortal daqueles sublimes paladinos eu vô-la quis entregar, na mais segura, fiel de suas emanções, e recebestes a fina oblação, como já relatei e não quero comentar!! (VARELA, s.d., p. 25-26).

Frente ao malogro das negociações para a referida cerimônia de entrega do acervo, Varela pede que lhe seja remetido a onde se encontrava no momento:

Já o tenho perto de mim e cogitei de lhe dar outro destino. Hesito, porém, ainda, temeroso de privar de um tão precioso espólio, o nosso Rio Grande, inocente do que fazem em seu nome. [...] Diga-me se o Govêrno quer ou não quer, as minhas coleções. No caso afirmativo, expeça ordem a alguém para as receber, depois de feita e entregue, por conta do Estado, a lista que reclamei. A decisão eu a espero dentro de 15 dias, por via telegráfica ou aérea. Se não me chegar, ficarei livre para agir como entenda melhor. (VARELA, s.d., p. 26-27).

Em São Paulo, enquanto as negociações com o governo do Estado não pareciam progredir, o acervo permaneceria em depósito no Museu Paulista, este sob direção de Alfredo Taunay, renomado historiador, amigo de Varela. Destino possível da coleção. Entretanto um desentendimento entre os dois, a partir da menção de Taunay de que Varela teria "apoderado de peças de arquivos de algumas paróquias", (VARELA, s.d., p. 67), afasta essa alternativa. Seu protesto contra essa insinuação é veemente:

Dessa nojenta vasa nada me espanta agora. O que me sobremaravilha, ilustre Dr., é que mente afeita á exegese não percebesse, num relance, o grau de toleima, de irracionalidade que há, na balela com que conspurcou os seus lábios e revoltou meus ouvidos. "Arquivos de paróquia"!!! Se os dos mais topetudos Estados andam como sabe, os de nossos principais municípios (não o ignora também) distinguem-se pela pobreza franciscana e nada mais. É de imaginar-se, amigo, o que tais coleções representariam, se pudessem existir, nas sobreditas paróquias... Nelas subsiste apenas o arquivo eclesiástico; subsistia, direi melhor, porque, no sul ao menos, o arcebispo monopolisa hoje a renda que tais papeladas asseguram e que centralizou nos tombos da mitra.

Que lhe direi, Dr. Taunay, quanto ao que concerne a cartórios ou conservatórias de nossas míseras freguezias?! Andam por êstes os genealogistas, exempli gratia, Aurelio Porto; não os historiadores pátrios. E o mais obscuro dêles soube alhures "procurar", também soube achar, qual verificará na soberba *Coleção Abrilina*, onde se não encontra UM SÓ documento de tal procedência, como por igual nas minhas obras. Nem das freguezias, nem dos municípios, exceto no que se referem ao Alegrete; lugar

em que Frederico Ortiz, meu amigo e compadre, efetuou pesquisas constantes em larga cópia manuscrita, da mencionada Coleção, último códice.

Quem se apresenta nos cosmos das letras, com as riquezas bem havidas que doe ao Arquivo público do Rio Grande e se acham em depósito no Museu paulista; quem assim dispõe de uma opulenta messe, a respigar nas fantásticas searas paroquiais!! (VARELA, s.d., p. 68-69).

Avaliando, ainda, os diferentes destinos que poderia ter tido esse conjunto documental nesse momento, surge a possibilidade de sua incorporação ao IHGRGS. Varela parece ter cogitado a ideia, como se percebe em correspondência ao presidente da entidade:

Estava disposto a convidar o Instituto, no dia 30 de abril, [...], para que visse o meu archivo, organizado em meio seculo de labuta. Em face das últimas deliberações da illustre assembleia, julgo mais de azo inquirir se não é opportuno fazer, com a soberba colleção, um auto-da-fé.[...]

A verdade, por certo, não é a que se compendiou em cincoenta annos de estudo, com base naquella documentação. Para nada serve ella: que o fogo a purgue, para que não triunphe a *mentira* em livros porvindouros. A pura *verdade*, a eterna *verdade*, essa, vae ter symbolos appropriados, nas moedas e sellos do vinmdouro centenário. (VARELA, 1935, p. 294, grifo do autor).

O tom indignado do autor revela o quão difícil se tornara sua relação com o Instituto e a desconfiança do que pudesse acontecer com seu acervo eliminou totalmente essa possibilidade. Desconfiança que faria com que exigisse do governo do Estado a garantia de uma relação minuciosa do que seria doado, oficialmente emitida.

Há quem assoalhe ser hábito de um notado escritor sul-americano, o destruir nos arquivos, tôdas as peças adversas à sua tese histórica predileta. Ora bem, gentinha do santo escrúpulo memorando entregar-se-ia com gôsto a semelhante profanação, e com êsse fundado receio, Exmo., resolvi doar minhas coleções, desde que o Govêrno me desse recibo, com uma lista dos autógrafos e folhas-públicas entregues, com absoluto desinteresse, ao nosso Archivo-público. Entenderam os altos poderes corresponder à oferta, com o silêncio, o descaso; facto é de adir-se. (VARELA, s.d., p. 56).

Apesar da menção do interesse por parte do Estado, em janeiro de 1936, seriam retomadas as negociações com o governo, intermediadas pelo secretário Darcy Azambuja, e culminarão com a aceitação oficial da doação do acervo:

Govêrno Estado aceita a doação do importantíssimo arquivo histórico que organizastes em longos anos de estudo e amor ao nosso passado. O vosso gesto de exemplar civismo e alto desprendimento mais recomendará á gratidão e ao respeito dos vossos compatriços o nome illustre do provector historiador. Govêrno designou Dr. Eduardo Duarte para receber arquivo,

cumpridas integralmente as justas condições que indicastes pt. Estado deseja atender a tôdas e quaisquer despesas transporte. Aceitai desde já, por meu intermédio, a expressão do reconhecimento do Rio Grande, por mais este valioso serviço que nobremente lhe prestais. (VARELA,s.d., p. 75-76).

Em relatório do Museu, de 19-06-1936, mencionava-se a doação e a designação de Eduardo Duarte para ir a São Paulo recebê-la.

[...] a valiosa doação feita pelo dr. Alfredo Varela, de seu arquivo, repositório precioso de papéis sobre a jornada farroupilha, por aquele historiador utilizado na elaboração de sua obra "A história da Grande Revolução".É uma aquisição que virá servir às finalidades deste Departamento.

Para recebe-lo, como é de vosso conhecimento, o Governo do Estado comissionou o dr. Eduardo Duarte, diretor Deste Departamento, que presentemente se encontra em São Paulo<sup>112</sup>. (OFÍCIOS EXPEDIDOS, 1933 - 1936).

A comunicação do recebimento da coleção pelo departamento de História Nacional deu-se em correspondência oficial ao diretor do Museu e ao Secretário da Educação<sup>113</sup>. O Diretor do departamento de História Nacional, Eduardo Duarte relatava:

Tenho a honra de apresentar-vos a relação, em duplicata, do material recém incorporado a este departamento e constante da oferta feita pelo sr. Dr. Alfredo Varela de seu precioso arquivo histórico.

Esse valioso acervo deverá ser, em tempo, catalogado por sumula, como foi feito com a rubrica Assuntos Militares; entretanto, relacionado como está, o consulente encontrará relativa facilidade na pesquisa do documento desejado.

Consta o arquivo de 10.652 peças, sem contar os jornais, que são em elevado numero. Entre estes releva notar uma coleção do "Diário de Porto Alegre", 1827, o primeiro jornal que apareceu nesta cidade. Não é preciso encarecer o valor dessa coleção, a única que conhecemos em que deve ser imediatamente encadernada para preservá-la do ataque da traça, o terrível agente de destruição dos velhos arquivos<sup>114</sup>. (OFÍCIOS EXPEDIDOS, 1933 -1936).

Vale ressaltar que nessa carta, reconhecendo-se o valor do acervo, o que mereceu destaque foi "Diário de Porto Alegre", talvez por sua antiguidade e raridade. Isso parece demonstrar que tema do "decênio heróico", nesse momento em particular, pós Centenário, já

<sup>112</sup>Relatório do Museu Julio de Castilhos correspondente aos anos de 1935 e 1936 até 16 de junho. 19 de junho de 1936 (AP. 1.012, MJC)

<sup>113</sup>Carta (cópia) do diretor do MJC ao Secretário da Educação de 24 de setembro de 1936: "Tenho a honra de remeter a Vossencia, com a informação do Diretor do Departamento de Historia Nacional do Museu Julio de Castilhos, o catalogo do Arquivo Varela, entregue ao Departamento de Historia Nacional do referido Instituto". (OFÍCIOS EXPEDIDOS, 1933 -1936). (AP. 1.012, MJC).

<sup>114</sup>Carta (cópia) de Eduardo Duarte ao Diretor do MJC, de 23 de setembro de 1936. (AP. 1.012, MJC)



estivesse um pouco saturado, visto o grande número de eventos e publicações referentes a ele ocorridos nesse período.

Na pesquisa verificou-se que em relação a esse acervo havia ainda uma certa contradição. Havia a informação de que essa coleção fora comprada pelo Estado. Na documentação, entretanto, não se encontrava em nenhum momento menção alguma à compra desse acervo e, em sua obra, Varela sempre referia à doação. Cogitou-se, então, que a confusão talvez tenha sido suscitada pela apresentação do segundo volume dos Anais, em que é utilizada a palavra "aquisição"<sup>115</sup>. Neste caso podemos pensar que aqui fosse utilizada no sentido de incorporação e não de compra, como aparece no relatório acima citado, e que mais tarde foi adquirindo a conotação de compra.

O processo de transferência da Coleção Varela se deu em circunstâncias conturbadas em evidenciadas neste estudo. Entretanto elas permitiram que esse acervo passasse a uma instituição pública, mas ele poderia ter tido outro destino. Não é descabido imaginar que ele fosse incorporado ao acervo do IHGRGS, se Varela não estivesse em franca divergência com a Instituição no momento, ou ter sido legado a algum herdeiro intelectual, ou mesmo ter ficado no Museu Paulista, onde esteve depositado por algum tempo. Essas suposições nos remetem a um problema importante quando se trata do patrimônio histórico cultural que se encontra em mãos privadas. Tema a que voltaremos no capítulo 3, mas que introduzimos com a reflexão de Prochasson sobre a realidade francesa, que parece também poder ser aplicada à brasileira:

Nenhum prazo legal é estabelecido pela lei, e não existe nenhuma obrigação, para o proprietário, de depositar seu arquivo numa instituição pública. A legislação atribui portanto um poder considerável ao detentor do arquivo privado, que se torna assim o parceiro principal do pesquisador (ou do conservador que recupera o arquivo por doação, legado, depósito ou compra), quando não se arvora, ele próprio, em produtor de história. (PROCHASSON, 1998, p. 106).

Tendo produzido história a partir de seu arquivo, Alfredo Varela acabou por doá-lo a uma instituição pública. E, felizmente, para as gerações que desse "tão precioso espólio" se valeram e se valem para seus estudos e fazem dela seu patrimônio comum, essa doação acabou se concretizando dentro do território a que pertenciam esses documentos.

---

<sup>115</sup>"[...] foi parar nas mãos de Alfredo Varela, que por seu turno, a enriqueceu com novas aquisições. Finalmente, em 1936, o Governo do Estado a adquiriu, assim preservando, para a posteridade, um acervo documental magnífico e insubstituível para o estudo do decênio farrapo." Moacyr Domingues, diretor, Apresentação do segundo volume dos Anais. (ARQUIVO, v. 2, 1978, p. 9).

Voltando mais uma vez ao relatório de 1936, vemos o Diretor orgulhar-se da Instituição e seu acervo, pois ao referir-se ao Congresso de História, promovido pelo IHGRGS, teve o seguinte comentário:

deu origem ao aparecimento de inúmeras teses de carácter histórico, quasi todas calcadas na farta e exuberante documentação aqui existente, servindo para realçar ainda mais o valor da magnífica contribuição do Arquivo Histórico.<sup>116</sup> (OFÍCIOS EXPEDIDOS, 1933 -1936).

No final da década de 1930, a diferença de 1926, quando Eduardo Duarte discursava sobre as opulências do Arquivo, tinha-se no acervo um volume documental sobre a Revolução Farroupilha realmente considerável, porém indisponível, já que em portaria de 16 de setembro de 1936, um ano após as comemorações do Centenário, o Museu proibia a visita e as coleções permaneceriam fechadas "até poderem ser devidamente classificadas e expostas."<sup>117</sup> (OFÍCIOS EXPEDIDOS, 1933-1936)

Neste capítulo, abordamos como foi se dando a formação do acervo referente à Revolução Farroupilha durante os preparativos e comemorações de seu Centenário e apontamos alguns fatores que interferiram nesse processo. No próximo capítulo, discutiremos um pouco mais esses fatores, levando em consideração a disseminação dos estudos históricos e a intelectualidade sul-riograndense, o arquivo histórico, as teorias da história que as embasavam, principalmente as concepções de documento histórico, que nortearam a busca, seleção e organização desse acervo.

---

<sup>116</sup>Relatório do Museu Júlio de Castilhos correspondente aos anos de 1935 a 1936 até 16 de junho. 19 de junho de 1936 (AP. 1.012, MJC)

<sup>117</sup>Portaria de 16 de setembro de 1936 (AP. 1.012, MJC)

### **3 AS "JÓIAS DOS MUSEUS DA HISTÓRIA": ARQUIVO, HISTÓRIA E DOCUMENTO**

O Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, instituição pública, cuja origem, conforme mencionado no primeiro capítulo, foi o desmembramento da 2ª Seção do Arquivo Público anexado ao Museu Júlio de Castilhos, selecionou, recolheu, organizou e deu acesso a uma parte considerável do acervo da Revolução Farroupilha. Nos capítulos anteriores, foi analisado parte desse processo de recolhimento e das circunstâncias em que se deu em torno das comemorações do Centenário. A "caça aos documentos" viu-se envolvida em fatores de ordem diversa - que iam de disputas políticas mais amplas, passando pelo contexto administrativo das próprias instituições, incluindo até vicissitudes de ordem pessoal. A correspondência referente às avaliações de acervos ofertados ou cobiçados acabou apontando para alguns deles.

Neste capítulo procuraremos partir dessas indicações e de outras constantes nas Revistas do Arquivo e do Instituto Histórico e Geográfico para nos aproximarmos das concepções que balizavam essas escolhas. Não se trata aqui de um estudo pormenorizado e exaustivo das referências encontradas, mas de utilizá-las na medida em que ajudarem a elucidar um pouco mais esse processo complexo que envolve a formação dos acervos.

Num primeiro momento, voltar-nos-emos à disseminação dos estudos históricos na intelectualidade sul-riograndense. A seguir, voltaremos ao tema do Arquivo Histórico novamente, procurando refletir sobre as circunstâncias de sua criação, traçando alguns paralelos com outras instituições semelhantes, e ainda o papel do Dr. Eduardo Duarte nessa repartição e de sua prática como "arquivista" e "historiador".

Depois analisaremos o documento, seu uso por parte do arquivo e dos pesquisadores. Para isso propomos uma aproximação com a Escola Metódica e seu método histórico. Por último, procuraremos refletir sobre o patrimônio documental e a memória da farroupilha.

#### **3.1 A "sciencia sagrada" e os intelectuais rio-grandenses nas décadas de 1920 e 1930**

Em torno das comemorações do Centenário Farroupilha (1935), percebemos que a "caça aos documentos", além do empenho institucional do Arquivo, envolveu muitos intelectuais sul-riograndenses. É bastante significativa a correspondência em que manifestavam a descoberta de "preciosidades" e seu interesse em transcrever ou editar esses

documentos referentes à Revolução. E, muitos deles deixaram de lado suas outras atividades para dedicar-se ao estudo da história do Rio Grande.

Esse voltar-se para a História por boa parte da intelectualidade rio-grandense já vinha ocorrendo há mais tempo e pode ser compreendido a partir de uma série de circunstâncias favoráveis e de sua inserção dentro do contexto intelectual brasileiro da época.

Nas primeiras décadas do século XX, segundo Lúcia Guimarães, vivia-se no país uma crescente "onda de interesse pelas questões nacionais" e de "efervescentes manifestações cívicas". Entre as lições desse novo "catecismo cívico, sobressaía o estudo da história pátria". Era necessário, segundo Oliveira Lima, "reforçar o sentimento nacional", construindo "um passado comum a todos os brasileiros". (2006, p. 163).

Entre 07 e 14 de setembro de 1914 ocorreu, no IHGB, o I Congresso de História Nacional. Suas nove sessões de trabalho correspondiam a uma especialidade dos estudos históricos: "grosso modo, a divisão inspirava-se na tipologia definida por Langlois & Seignobos, no manual *Introduction aux études historiques*, obra que na época era considerada a 'biblia do método histórico'"<sup>118</sup>. Dividia-se, portanto, em História Geral do Brasil, História das Explorações Geográficas, História das Explorações Arqueológicas e Etnográficas, História Constitucional e Administrativa, História Parlamentar, História Econômica, História Militar, História Diplomática, História Literária e das Artes (GUIMARÃES, 2006, p. 163, 164).

Essa organização temática demonstrava que se estava em acordo com as principais tendências historiográficas europeias do período, privilegiando-se "o campo da história política e territórios correlatos" (história militar, história diplomática, história constitucional e administrativa e história parlamentar). Optava-se por uma metodologia que partia da história geral para as histórias especializadas, ou seja, identificavam-se "os fatos gerais, sobretudo aqueles de natureza política, demarcadores das sucessivas etapas da 'evolução' de uma determinada sociedade." E, ainda, foram estabelecidos dois grandes eixos temáticos, que correspondiam aos regimes políticos, a Colônia e o Império, e "as balizas temporais utilizadas para pontuar os respectivos fracionamentos foram fixadas consoante a categoria dos chamados 'grandes acontecimentos'". (GUIMARÃES, 2006, p. 164, 165).

<sup>118</sup> Em 1911, também inspirado na Escola Metódica, Affonso de Taunay na abertura do curso de História Universal da Faculdade Livre de Filosofia e Letras de São Paulo, apresentava a conferência *Os princípios gerais da Moderna Crítica Histórica*, corroborando a influência exercida por essa Escola. Essa palestra foi "emblemática porque compôs a primeira tentativa de institucionalização do estudo da história no Brasil em um curso de nível superior. No Brasil, a pesquisa histórica realizava-se desde o século XIX, preponderantemente nos institutos históricos, e era desenvolvida por homens de letras formados nas mais diversas áreas." (ANHERZINI, 2009, p. 228). Fato que persistirá no período estudado. A essa conferência, que foi publicada pela Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, voltaremos mais tarde, quando tratarmos do documento.

Segundo a autora, que estudou os dois primeiros congressos de História Nacional, nos Anais do Primeiro evidencia-se que no início do século XX:

a historiografia brasileira mostrava-se bastante familiarizada com as principais tendências européias que orientavam o estudo da disciplina. De um lado, baseava-se nas noções da "escola metódica", em especial na sua vertente francesa, representada por L & S [Langlois & Seignobos], de outro, inspirava-se no ideário do "patriotismo à moda de 1914", o que conferia à escrita da história um caráter eminentemente pragmático, preocupado em oferecer bons exemplos e lições de civismo. (GUIMARÃES, 2006, p. 169).

Lúcia Guimarães ressalta ainda "o panorama da cultura historiográfica nacional pouco se alterou nos anos subsequentes à realização do I Congresso, apesar da emergência, nos anos 1930, de autores como Gilberto Freire, Sérgio Buarque de Holanda e Caio Prado Júnior". (GUIMARÃES, 2006, p. 169).

Era nesse cenário cultural que a intelectualidade riograndense também procurava se inserir local e nacionalmente. Como ressalta Jéfferson Martins:

Todos eram patriotas, mas os modelos de pátria eram muitos, e representavam os movimentos de oposição e competição internos ao campo intelectual. A vitória de um desses modelos representava para os intelectuais da época a "hegemonia" simbólica de um desses grupos sobre os demais. (MARTINS, 2011, p. 21).

Nesse contexto mais amplo de construção de identidade nacional, o Rio Grande também trabalhava para a construção de sua identidade regional, sem deixar de buscar "reconhecimento de espaços - políticos e intelectuais - para o Rio Grande do Sul nos centros de poder do país". Tarefa difícil já que tinha que lidar com o estigma de "corpo estranho à nação", que as primeiras décadas do regime republicano no Estado, isolacionista e autônomo, ajudaram a moldar no imaginário nacional. Intelectuais como José Veríssimo, Sílvio Romero, Capistrano de Abreu e outros do centro do país, contrários ao regime castilhistas, "não o pouparam de suas ironias, identificando as extravagâncias doutrinárias do grupo governante a uma região 'atrasadíssima'". (NEDEL, 1999, p. 96).

Essa "especificidade", que no final do século XIX surgira como "estratégia de dominação política interna - a ascensão republicana, a justificativa do domínio ditatorial positivista e a perseguição às oposições liberais", passa a ser nos anos vinte "apropriada como via de acesso ao nacional e justificativa para a liderança moral do Estado frente ao restante do país." (NEDEL, 1999, p. 96).

Se a educação cívica passava pelo estudo da História Nacional, e também regional como parte integrante da primeira, se era, portanto *Magistra Vitae*, "caberia ao historiador avaliar as possíveis repercussões de seus ensinamentos pela sociedade." As interpretações anteriores passaram a ser vistas como desagregadoras e antipatrióticas, "por não reconhecerem a vocação brasileira do Rio Grande do Sul" (NEDEL, 1999, p. 97). A nova corrente partia da visão de que, "sendo o RS 'guardião das fronteiras nacionais', ele era também o mais brasileiro dos estados e, portanto, em condições morais de dispor com maior legitimidade sobre a política nacional" (NEDEL, 1999, p. 99).

Por isso eram necessários cuidado e vigilância em relação à história que estava sendo produzida então. Vale lembrar a polêmica causada pelo lançamento da obra de Varela, *A História da Grande Revolução*. Em carta ao IHGRGS, por ocasião desse lançamento, Goycochea Castilhos alerta:

Penso que o Diretor do Arquivo Histórico, o pesquisador incansável do nosso arquivo, o historiador ilustre, pode e deve encabeçar um movimento no seio do Instituto Histórico, no sentido de desautorizar a tese defendida pelo Dr. Varela, declarando pública e solenemente o fato de ter sido a publicação da 'História da Grande Revolução feita sob os seus auspícios e à expensas do tesouro, não importa em aceitar-lhe os conceitos. Vivemos tão malsinados - porque desconhecidos - que é patriótico qualquer trabalho no sentido de mostrar quem somos e como somos. Somos brasileiros de origem lusitana, com todas as qualidades do tipo resultante da fusão do melhor português, do melhor silvícola americano e do melhor brasileiro. Refiro-me ao açoriano, ao guaraní e ao mameluco paulista. (RIHGRGS, 1934, p. 268, 269).

O último parágrafo vai ao encontro das considerações de Nedel, acima mencionadas, não somente brasileiros, mas "os melhores brasileiros", com ascendência moral, em função de suas origens e de seus feitos em prol da pátria. Em parecer, publicado logo abaixo da carta citada, o Instituto defende-se da acusação ressaltando o valor da obra "extenso trabalho, copiosamente documentado, produto de uma notável dedicação ao estudo de nosso passado" (RIHGRGS, 1934, p. 271), afirmando que:

- a) patrocinando a edição da "História da Grande Revolução [...] ateu-se exclusivamente ao mérito da obra, sem dar a sua solidariedade intelectual às ideias preferidas pelo autor;
- b) no tocante ao separatismo dos revolucionários riograndenses de 1835, em manifestações anteriores e inequívocas havia o Instituto afirmado o seu pensamento, contestando-o e negando-o, o que envolve também a recusa da influência platina no movimento farroupilha, nas condições e com a amplitude com que a admite o conspícuo historiador, Dr. Alfredo Varela. (RIHGRGS, 1934, p. 272).

Essa nova inserção, rompendo com o "isolamento da província" favorecia a criação de vias de acesso e trânsito no meio literário-intelectual nacional. (MARTINS, 2011, p. 35). Mas, seria necessário ainda conquistar a aceitação dos "pares que já tinham sua posição 'definida' no 'campo' intelectual regional ou nacional", seguindo regras, normas e padrões "aceitos e instituídos pelos agentes e instâncias que detinham o poder de legitimação no campo intelectual"<sup>119</sup>. (MARTINS, 2011, p. 36).

Ao longo dos anos 1920 e 1930, foram sendo criadas e consolidadas essas instâncias legitimadoras da labor histórica:

Desde a criação do IHGRS e a intensificação das pesquisas pela seção do Arquivo sediado no MJC, a história passara a ser matéria para poucos estudiosos, lotados como pesquisadores dos órgãos públicos ou cadastrados nos índices dos sócios do IHGRGS. Restrita a um círculo especializado de eruditos, a memória historiográfica, situada entre a história oficial de cunho cientificista e documental e a memória coletiva fundadora da identidade regional, podia habilitar "cientificamente" A reconstrução do passado face à necessidade de reversão do estigma imputado ao estado desde o século passado. (NEDEL, 1999, p. 100).

Não era mais admitido basear-se apenas na tradição oral ou em "relatos fidedignos" como alguns estudiosos tinham feito até então. Então "tudo ainda estava por ser feito". A procura de fontes documentais passou a ser tarefa fundamental, "quase um fim em si mesmo, sendo determinante do grau de competência 'científica' do pesquisador". (NEDEL, 1999, p. 100).

O IHGRGS (e também o Arquivo, depois MJC/AHRGS) era, portanto, instância importante de legitimação que concentrava boa parcela dos agentes, cujo alcance excedia os muros das instituições, já que dividiam "suas ocupações entre a escrita histórica, a direção de instituições públicas e a militância política (como é o caso de Mansueto Bernardi, Darcy Azambuja, Othelo Rosa, Moysés Vellinho, entre outros)<sup>120</sup>". (NEDEL, RODRIGUES, 2005,

---

<sup>119</sup> Os intelectuais vinculados ao IHGRS, "a partir de uma agenda intelectual" se organizavam, "detendo um certo capital cultural e social" e, então, "impor a maneira legítima de ver o mundo". Ou seja, "dizer aos rio-grandenses (e ao Brasil) o que [era] o Rio Grande do Sul". Esses historiadores compartilhavam "um capital (mais ou menos) comum de aquisições, conceitos, métodos e procedimentos de verificação histórica, suficientes para fornecer-lhes um grau mínimo de 'identidade de grupo', e a partir destes critérios [elegiam] quem [poderia] ou não fazer parte daquela agremiação". (MARTINS, 2011, p. 48, 49)

<sup>120</sup> Martins ressalta que para os intelectuais desse período "ainda que não houvesse contradição ou incompatibilidade entre as suas atuações intelectuais e políticas, uma não poderia ser reduzida à outra". Movimentavam-se no espaço social, portanto, compelidos "por pelo menos estas duas lógicas – a política e a intelectual, importando dizer que tais lógicas eram complementares". (MARTINS, 2011, p. 46). Nesse sentido, o fato de seus membros ocuparem cargos importantes na estrutura do Estado "era visto como um signo do poder simbólico do Instituto. Em outras palavras, o grupo do IHGRS teve que realizar ações e tomadas de posição

p. 166). Portanto ser membro do Instituto<sup>121</sup>, além de proporcionar prestígio, "honorabilidade à pesquisa histórica" e "divulgação de seus resultados em veículo qualificado" (ALMEIDA, 1983, p. 150, 151), reconhecimento pessoal e intelectual, também permitia, pelas relações estabelecidas, acesso a fontes documentais públicas e privadas. Nesse período encontrava-se uma boa parcela dos documentos em mãos privadas, mas também nas instituições públicas o acesso era complicado, pois essa documentação muitas vezes não tinha sido ainda minimamente descrita e permitia-se a pesquisa apenas para investigadores conhecidos, prestigiados e bem relacionados.

O documento, segundo a tendência que pareceu predominar entre esses autores, aparecia como "fiel depositário da verdade", cuja objetividade fundamentava "o necessário teor "verídico" das narrativas" para além das "funções seletiva e afetiva - não crítica - da memória, enquanto instância de sacralização do passado". Seguindo esses pressupostos, "as pesquisas do IHGRS fizeram recair o título de 'fundadores do Rio Grande' aos agentes da conquista lusitana e aos próceres farroupilhas". (NEDEL, RODRIGUES, 2005, p. 166).

E, num período em essa visão das origens Rio Grande disputava espaço com outras que divergiam tanto em relação à origem lusitana quanto das características da farroupilha, munir-se de subsídios documentais, que "elucidassem" essas questões era fundamental.

Para autores como Souza Docca, Othelo Rosa e Moysés Vellinho, a História tinha como perspectiva exclusiva a brasilidade conquistada belicosamente pelo Rio Grande do Sul, documentalmente comprovada pelos testemunhos materiais do heroísmo de próceres políticos do Império e da República Farroupilha. [...] Contrários à incorporação da tradição oral ao acervo documental da disciplina, o grupo de autores justificava, como a maioria dos de então, a antiga especificidade do sul em relação ao restante do Brasil nos termos da autoridade moral de um estado integrado ao país "por opção". (NEDEL, RODRIGUES, 2005, p. 172)

Martins elenca algumas características gerais da produção historiográfica oficial nas décadas de 1920 e 1930: a preferência pela história militar e política, os temas da "fronteira" e o "gaúcho" como seu guardião e a oposição deste ao platino, os referenciais teóricos cientificistas e deterministas do século XIX (Taine, Spencer, Vidal de la Blanche, entre

---

mobilizando redes e relações objetivas entre posições em diferentes campos do espaço social, jogando com a distinção para alcançar a legitimidade necessária ". (MARTINS, 2011, p. 49).

<sup>121</sup>Na relação dos intelectuais com o IHGRS, Martins aponta para três tendências: a constatação de que a "atividade literária de ficção ou poesia, e o jornalismo, não eram vistos como incompatíveis com o trabalho histórico". Também que o "alcance do IHGRS a tantas áreas e profissões, indica a intenção explícita de um projeto político-institucional, que deseja firmar-se com uma ampla base de colaboradores." E em terceiro lugar, que o mote aglutinador era a História. (MARTINS, 2011, p. 48, 49).



outros) e a descrição ufanista do passado histórico. (2011, p. 43). Acrescentaríamos o tema da Revolução Farroupilha e a defesa de seu caráter nacional.

A influência do positivismo e cientificismo na produção historiográfica rio-grandense, que se fazia sentir desde o final do século XIX, permaneceu na década de 1920. Entretanto, o positivismo, parece ter sido "mais como uma matriz inspiradora de conduta do que como um conjunto de normas rígidas - teórico-metodológicas - a serem seguidas". (DIEHL,1998, p. 132).

Convém lembrar também as ressalvas de Ieda Gutfreind sobre a generalização que se costuma fazer a respeito da influência do positivismo entre os membros do IHGRGS, preferindo dizer que "a caracterização mais correta que se pode dar à produção de seus membros é a do ecletismo teórico, sem uma discriminação filosófica específica, comum a todos". Ainda que muitos historiadores tivessem tentado "um modelo de prática histórica inspirada na doutrina comtiana, procurando tratar os fenômenos sociais como fenômenos físicos", não teriam conseguido ir além "das explicações dessa pretensão", e "o determinismo de Taine" teria sido o limite por eles alcançado. (GUTFREIND, 1998, p. 29).

Não é nossa intenção aprofundarmos esse debate, pois não nos parece relevante para o nosso trabalho adotar uma ou outra generalização, mas apontar algumas das características mais importantes da prática histórica desse período.

Nesse sentido, voltando a Astor Diehl temos que, em relação ao período anterior, nas primeiras décadas do XX, teriam surgido algumas nuances novas, "um repúdio ao fatalismo do meio" e a ênfase do "momento teórico-político"

Nesse sentido, a ênfase à utilidade social do conhecimento produzido correlaciona-se ao processo de institucionalização desse conhecimento, introduzindo a relação intrínseca entre história e sociologia. Ampliou-se o espectro de atuação do historiador, tornando-se a história (historiografia) vulnerável a oscilações conjunturais, o que explica as preocupações constantes da renovação dos estudos históricos.

[...] incluía um novo indicador - o momento - como indicador significativo das condições particulares daquela conjuntura. [...] resgatou-se a função moralizadora da história como elemento compreensivo do processo histórico. (DIEHL,1998, p. 125).

O momento, "alicerçado nos acontecimentos pré-período revolucionário de 1930", reafirmava "a missão histórica do Rio Grande do Sul", sua integração no contexto político nacional, "destacando-se o papel de vanguarda que teria esse Estado" (DIEHL,1998, p. 128).

Conforme Souza Docca:

A nossa história, cheia de lances arriscados e de rasgos de heroísmos legendários; rica de magníficos actos de philantropia e de ensinamentos de alta moral e de politica elevada; opulenta em homens eminentes e de mestres illustres, precisa ser melhor cuidada e melhor ensinada, não só para que ella possa ser cultuada com o carinho e a dedicação que bem merece, como também para que todos os brasileiros se orgulhem de pertencer a um paiz de que é parte integrante um povo qual o gaúcho.(DOCCA, 1921, p. 127).

Se utilidade social do conhecimento histórico para essa geração de historiadores sul-riograndenses estava dada principalmente na "sua função educativa e moralizadora", por outro lado deveria esse estar baseado na "veracidade da história". Essa era obtida "pelo apoio proporcionado pelas ciências auxiliares, em especial pela sociologia, e consequente afirmação do documento como fonte original da reconstituição histórica."<sup>122</sup> (DIEHL,1998, p. 125)

Existiria uma "única verdade", que estaria "inserida no objeto do conhecimento: o fato histórico" e caberia ao historiador "relatar o passado", "resgatar os documentos (organizá-los), que , por si, já [trariam] a verdade, e reconstruir o passado segundo o único encadeamento possível: o cronológico. (DIEHL,1998, p. 132).

Em artigos publicados nos anos 1920 e 1930, podemos identificar as características acima descritas com a retórica peculiar do período. Sem pretender abranger todos os autores e suas diferenças, selecionamos alguns exemplos que permitem ilustrar isso:

segue-se que a historia, na sua concepção scientifica, não é o simples relato empyrico do predominio de certos factores occasionaes, mas uma sciencia positiva baseada em leis tão immutaveis como as do numero [...], essas leis [...] fatalmente menos geraes e mais complexas do que as das sciencias que lhe são inferiores. (COLLOR, 1921, p. 4)

a historia é rigorosamente uma sciencia de observação em que se resumem todas as outras, a sua systematisação não será possivel sem um estudo constante dos factos que nella se concatenam, de sorte a se irem estabelecendo em leis todos os phenomenos que se ligam entre si por circumstancias invariaveis de semelhança, coexistencia ou successão. (COLLOR, 1921, p. 4)

A história política era o tema predileto:

---

<sup>122</sup>Nessa proximidade da História e Sociologia, defendida por alguns historiadores da época é interessante observar o que dizia Louis Halphen a esse respeito: "a História e a sociologia são, portanto, destinadas a se prestar um apoio mútuo; é certo que a Sociologia será um grande auxílio ao historiador se ele se encontrar no estado de aportar a respeito da produção de diversos fenômenos sociais uma doutrina cientificamente estabelecida. (1914, p. 176). O detalhe, o "evento" só seria digno de "reter a atenção do historiador na medida que esse detalhe é uma manifestação de uma forma concreta da atividade humana e, se se quiser um exemplo concreto, que a Batalha de Waterloo só merece ser estudada como uma amostra que permite precisar as características a todo um grupo de fatos de guerra". (1914, p. 180).

na reconstrução do passado, buscavam e selecionavam elementos desse passado no sentido de reforçar a idéia pelo ensinamento histórico de que a situação presente pudesse ser confirmada e valorizada pelo passado. (DIEHL, 1998, p. 133).

Nesse sentido, em alguns momentos, elevar os acontecimentos e personagens do presente à altura dos ancestrais heróicos, deixava o discurso generalizante e passava aos particularismos partidários. Um exemplo disso é a palestra proferida por Eduardo Duarte no MJC em 1926, logo após a paz de Pedras Altas:

Bento Gonçalves, Canabarro, Onofre e Netto, pioneiros da liberdade de um povo escravizado pela tyrannia de despótico governo (...) até os dias de hoje em que as cargas de Paim e Flores da Cunha fazem lembrar no brilho de aceradas lanças uma tradição que o tempo não destróe e bem claro nos dizem que o valor desta raça. que o pampeiro beija e acaricia [...] (DUARTE, 1926, p. 4).

Então foi também no culto à memória desses heróis (sua vida e seus feitos) não somente daqueles que criaram "epopéas com a lamina da espada", mas também lembrava Florencio de Abreu citando Carlyle, dos "homens conductores de homens, os modeladores sociaes, o guerreiro; o estadista, o apóstolo, os grandes martyres da nacionalidade" no estudo da sua vida e dos seus feitos, que o Instituto (e também o MJC e o AHRS)" teria

a mais nobre das occupações, aquella talvez que mais o recommende ao apreço publico, pois que por ella pratica a justiça da Historia, cumpre um dever de gratidão collectiva e contribue, para o aperfeiçoamento moral. Sob este aspecto, a Historia é bem a "sciencia sagrada". (SILVA, 1923, p. 299)

A "Sciencia sagrada" precisava então de uma série de condições para ser cultivada. Entre elas uma das mais importantes era a existência de arquivos organizados, com profissionais que se devotassem aos documentos e lhes facilitassem seu acesso fosse através de instrumentos de pesquisa, fosse através da publicação dos mesmos.

### **3.2 O "Relicário de Glórias": o Arquivo Histórico e seu arquivista**

Foi nesse ambiente de incentivo e reconhecimento dos estudos históricos, balizado por essas concepções de história e pelo caráter cívico da mesma, num momento de intenso trabalho de construção identitária, que se deu o desmembramento da segunda seção (História e Geografia) do Arquivo Público e sua anexação ao Museu Júlio de Castilhos, surgindo como

Arquivo Histórico vinculado à Direção de História Nacional<sup>123</sup>. Museu e Arquivo passam também a contribuir "para o processo de especialização dos estudos históricos no Rio Grande do Sul". (NEDEL, 1999, p. 70)

No início da década de 1920, sob a direção de Florencio de Abreu e com a chefia de Eduardo Duarte, a 2ª seção do APERS desenvolveu-se. Começara-se a edição da Revista do Archivo Público e era evidente a mútua colaboração com o Instituto Histórico e Geográfico, recém fundado, que funcionava nas suas dependências. A ideia da criação de um Arquivo Histórico vinculado ao Museu Júlio de Castilhos parece ter nesse período amadurecido entre os confrades e colegas das três instituições.

Miguel Duarte refere a essa articulação comentando que "depois da saída do Dr. Florencio de Abreu [1924] da direção do Arquivo Público, empenhou-se Eduardo Duarte para que o Arquivo Histórico fosse incorporado ao Museu Júlio de Castilhos."<sup>124</sup> Apesar desse comentário vir no sentido de valorizar a participação de Duarte na criação do Arquivo Histórico, já que se trata de uma homenagem e ele, patrono da Associação de Amigos do Arquivo Histórico, parece proceder menção a sua intensa participação nessa mudança.

Em ofício dirigido ao Secretário de Estado de Negócios do Interior e Exterior (28/02/1929) temos notícia de um plano de remodelação do APERS. Diz a correspondência:

De accordo com a primeira reforma do Archivo Publico do Rio Grande do Sul, a partir do plano de remodelação, apresentado a essa Secretaria pelo então Director, actualmente na direcção do Museu Julio de Castilhos, a 2ª Secção daquelle stabelecimento, a de Historia e Geographia, incorporou-se a este Instituto.<sup>125</sup> (OFÍCIOS EXPEDIDOS, 1929).

Em 1926, na conferência sobre o *Estudo da História*, Souza Docca também referia a criação dessa nova instituição, que parecia ir ao encontro dos anseios dos estudiosos da história regional, num momento em que no Estado havia terminado mais um conflito armado, a Revolução de 1923:

agora que vae calmando essa loucura, que ha mais de tres annos traz em polvorosa grande numero de nossos intellectuaes, tomemos o caminho da

<sup>123</sup>Como já referimos a esse processo no primeiro capítulo, aqui trataremos de relacionar essa nova instituição às concepções de história e arquivo que parecem ter norteado seu trabalho com o documento.

<sup>124</sup>Discurso proferido por Miguel Duarte por ocasião do lançamento do 10 volume do Anais do Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, em homenagem ao patrono da Associação dos amigos do Arquivo Histórico, Eduardo Duarte, em 22 de junho de 1992.

<sup>125</sup>O plano de remodelação mencionado no ofício, que traria mais luz sobre esse processo, não foi possível de localizar até o momento. Ofício do Diretor do MJC ao Secretário de Estado de Negócios do Interior e Exterior. 28 de fevereiro de 1929. (AP. 1.007, MJC).

razão e ponhamos o coração e as faculdades imaginativas ao serviço da verdadeira, pura e sã brasilidade. (DOCCA, 1928, p. 155)

Diz o conferencista, na abertura de sua palestra:

A recente criação do Museu e Archivo Historico do Rio Grande do Sul - indica as largas vistas do governo sobre o estudo de nosso passado, e a nomeação de Alcides Maya para dirigir esse instituto - nos assegura a realização do pensamento governamental - pois não é simplesmente um director á frente desta instituição, é tambem um homem de idéas, de cultura, de saber, orientado sempre pelo grande amor da Patria Grande.<sup>126</sup> (DOCCA, 1928, p.127).

Alcides Maya foi um intelectual rio-grandense, de relativo êxito nacional mas com maior destaque estadual, que também esteve em sintonia com "as idéias do novo nacionalismo", emergente nas primeiras décadas do século XX. Fez "críticas a postura intelectual indiferente ao 'viver nacional'" que "simplesmente assimila o pensamento estrangeiro", explicitando e rechaçando "a atitude antinacionalista que desdenha a história e a cultura nacional". A crônica de Maya expressaria "a convergência entre o nacionalismo salvacionista e a 'educação' como meio de redenção da Pátria." (MARTINS, 2011, p. 27, 28).

Essa guinada rumo à história, a partir de 1925, sob o comando de Alcides Maya não constituía novidade nesse tipo de instituição. O prestígio que essa disciplina adquiriu no século XIX também se fez notar pelo surgimento de Museus Históricos. No Brasil, esse fenômeno se acentuou a partir da virada do século XX. Um exemplo disso seria o Museu Paulista, a partir de 1917, sob o comando de Affonso de Taunay, especialmente com a criação da Seção de História. (BREFE, 1999, p.36).

Não pretendemos neste trabalho aprofundar uma discussão sobre os museus históricos, apenas tentaremos apontar algumas características que permitiriam uma aproximação do papel que os arquivos exerciam nos mesmos.

Em artigo publicado em 1922, José Mariano caracteriza o museu histórico, o "templo da nação" como local:

onde ficassem catalogados e convenientemente estudados assim os nossos troféus e petrechos bélicos, como também tudo o que dissesse respeito à vida

---

<sup>126</sup>"Conferencia realisada no Museu e Archivo Historico pelo major Emilio Fernandes de Souza Docca, em 30 de janeiro de 1926" Conforme Letícia Nedel, esse trabalho conjunto entre o MJC e IHGRGS "incluiu uma série de debates e contribuições dos historiadores da época para a organização da seção de História Nacional no Museu". Entre dezembro de 1925 e novembro de 1926, "os dois órgãos realizaram uma série de conferências que tinham como um dos objetivos estabelecer os padrões e métodos utilizados na pesquisa doravente ali desenvolvida". (NEDEL, 1999, p. 71).

histórica, anedótica ou biográfica dos grandes vultos da pátria" (MARIANO, 1922, apud BREFE, 1999, p. 37).

Nessa instituição o papel do arquivo histórico seria complementar. Ele deveria "arquivar todos os documentos e subsídios necessários ao conhecimento dos grandes fastos da história pátria, e bem assim dos vultos que neles tomaram parte." (MARIANO, 1922, apud BREFE, 1999, p. 37). Ou seja, forneceria os subsídios necessários para a "reconstituição do cenário da vida social que os heróis viveram - indispensável como corolário - ao perfeito conhecimento histórico dos fatos" que seria papel do Museu. (MARIANO, 1922, apud BREFE, 1999, p. 37).

Como comenta Manoel Salgado Guimarães ao referir-se aos museus franceses do século XIX:

A imagem – nos espaços dos museus criados ao longo do século XIX na França – deveria não apenas ensinar, parecendo agregar o poder de ressuscitar o passado, despertando a história. [...] Tornar os homens do passado novamente presentes ao olhar dos contemporâneos do século XIX era organizá-los segundo uma nova visibilidade: aquela que os transformava em grandes homens a serem lembrados no movimento de produção de uma identidade nacional francesa. Ressuscitados pela lembrança, tornam-se os elos de uma cadeia que articula os homens do presente e do passado numa associação pela história, necessária à produção de uma identidade específica. (GUIMARÃES, 2007, p. 26)

Esse processo de cientifização submeteria "a visão às fontes textuais, mesmo naqueles projetos de visualização do passado como o pretendido pela pintura histórica, que assentava a produção de imagens à pesquisa e ao conhecimento das fontes escritas". (GUIMARÃES, 2007, p. 30). Fenômeno que também ocorreu no período abordado. O pintor Luiz Curia, funcionário adido ao Museu, deveria pintar uma série de pinturas alusivas à Revolução Farroupilha, dentro dos preparativos do Museu para comemorar o Centenário, com temas como "Capão da Porteira" (campo de combate em Viamão), "Estância Grande" (quartel general de Bento Gonçalves), "Figueira Baleada" (lenda de combate Farroupilha - Lomba de Tarumã).<sup>127</sup> (OFÍCIOS EXPEDIDOS, 1933-1936).

À frente do Departamento de História Nacional do Museu Júlio de Castilhos encontrava-se, relembando, o Dr. Eduardo Duarte, que também pareceu ter sido conquistado pela História do Rio Grande, à qual se dedicou com empenho, atuando no recolhimento e

---

<sup>127</sup>Relação de óleos a serem executados, em Viamão, referentes á Revolução de 1935, para a pinacothéca histórica do Museu Júlio de Castilhos. (AP 1.012, MJC).

preservação dos vestígios desse passado, tanto no Arquivo quanto no IHGRGS. A seguir, levantamos alguns dados biográficos que permitem compreender esse personagem que teve um papel fundamental na conformação do acervo farroupilha nas instituições (APERS e MJC/AHRGS) por duas décadas.

Eduardo Duarte nasceu em Porto Alegre em 1874<sup>128</sup>. Formou-se na Escola Normal, ingressando, em 1899, através de concurso realizado em Porto Alegre, no funcionalismo estadual como professor em Alfredo Chaves (hoje Veranópolis - RS), onde foi professor da 5ª aula até 1914<sup>129</sup>.

Em 1905, passou a colaborar com o primeiro jornal dessa cidade e em 1912, dirigia o segundo periódico lançado nessa comunidade. Além disso, fundou e dirigiu o Colégio Brasileiro, um internato e externato para alunos do sexo masculino, que funcionou até 1914, quando seu diretor voltou a Porto Alegre<sup>130</sup>.

Nas primeiras décadas do século XX, dentro do Estado, Porto Alegre era um campo mais amplo de possibilidades para o desenvolvimento intelectual. As relações em comum, a frequência aos mesmos lugares colocava os indivíduos em contato e abria possibilidades de inserção nesse meio. Como reflete Martins, a capital "se constituía como campo de possibilidades, delimitando as escolhas dos agentes, dando a elas significados apreensíveis pelas próprias experiências por eles compartilhadas", ou seja, delimitava "a trajetória, a produção, o horizonte de expectativas e de possibilidades do indivíduo histórico" o que condicionava de certa forma sua ação. Nesse sentido, "a arena social ou cultural, na qual os agentes se movem formando redes sociais [...] tem importância fundamental na constituição da carreira individual, pelo fato de nela se constituírem os lugares de aprendizado e de trocas intelectuais, o movimento de fermentação e circulação de idéias" (MARTINS, 2011, p. 53,54).

Como não se trata aqui de analisar detidamente a biografia de Eduardo Duarte e, com isso, poder estabelecer em detalhes sua rede de relações e os espaços de circulação que teriam influenciado sua trajetória profissional e intelectual, tentamos no item anterior estabelecer traços mais gerais do contexto em que se viu inserido, e neste mencionar suas vinculações mais evidentes. Ainda que, como refere Martins, tal análise assumiria maior relevância, pois

<sup>128</sup>Eduardo Duarte faleceu em Veranópolis (Alfredo Chaves) em 09 de dezembro de 1962.

<sup>129</sup>A síntese biográfica apoia-se basicamente nos discursos por ocasião da homenagem realizada a Eduardo Duarte, quando completou 35 anos de serviço público, que foram publicados na Revista do IHGRGS (n. 56, 1934) e no discurso proferido por Miguel Duarte acima referido.(IHGRGS)

<sup>130</sup>Informações sobre essa passagem de Eduardo Duarte por Veranópolis também se encontram no artigo de Marina Matiello, *Colégio Regina Coeli e a história da Educação no Município de Veranópolis - IX ANPEDSUL*, Seminário de Pesquisa em Educação da Região Sul, 2012. p. 8

se tratava "de um campo intelectual de institucionalização incipiente, onde, a princípio, os posicionamentos e adesões [vinculavam-se], muitas vezes, diretamente às relações de amizade e camaradagem pessoal" e a via de "inserção no meio pretendido [era] o estreitamento dos laços pessoais". (MARTINS, 2011, p. 54).

Após cursar Odontologia, formou-se, em 1919, em Medicina pela Escola Médico-Cirúrgica<sup>131</sup>. Numa época em que o curso superior ainda era reservado a poucos. Ter se graduado nessa instituição, menos prestigiada que a Faculdade de Medicina por certo, mas que mantinha estreitas relações com o governo estadual, pode tê-lo também inserido em importante rede de relações e, garantiu-lhe também o reconhecimento social que um título de doutor aportava a quem o tivesse. Entretanto não se dedicou à carreira, no ano seguinte à formatura, assumiu a cadeira da fisiologia dessa mesma Escola, voltando à docência também na Academia de Comércio, ensinando a língua italiana.

Nessa época, como mencionamos, era funcionário público do Estado. Na sua "folha de serviços" temos que em 1917 foi nomeado cartorário provisório por ter permutado seu cargo de escrivão do Cartório do Cível e Crime de Alfredo Chaves com o sr. Luis Peixoto de Oliveira, passando a servir na 3ª seção (Depósito) do APERS. Posteriormente foi aprovado em concurso para 3º oficial e, em 1920, nomeado cartorário efetivo. Nesse mesmo ano, foi promovido por merecimento a 2º oficial e designado para chefiar interinamente a 2ª seção (Arquivo Histórico e Geográfico) e depois, também por merecimento, para o cargo de 1º oficial do Arquivo. Em 1921, passou a chefiar a 2ª seção<sup>132</sup>.

Também se empenhou na criação do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul do qual foi membro fundador e secretário (e, a partir de 1934, secretário perpétuo), além de participar das Comissões Permanentes de Admissão de Sócios e Estatutos e Comissão da Revista. Tornou-se membro correspondente dos Institutos Histórico e Geográfico do Uruguai, de Santa Catarina e do Pará.

---

<sup>131</sup>Não encontramos referência de onde teria cursado Odontologia, talvez na mesma instituição em que cursou Medicina. A Escola Médico-cirúrgica de Porto Alegre foi criada em 1915, incorporando a Faculdade de Medicina Homeopática do Rio Grande do Sul, que fora criada um ano antes. Já existia a Faculdade de Medicina e Farmácia de Porto Alegre, criada em 1898, cuja corporação opunha-se ao livre exercício da medicina, assegurado pela Constituição de 1892 e por decretos complementares. A nova escola sofreu, então, resistência por parte dessa instituição e da Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre. Entretanto, recebia verbas regulares do Conselho Municipal e do Estado. Contava com laboratório de química biológica e de microbiologia clínica. Na policlínica anexa, oferecia gratuitamente serviços médicos, farmacêuticos e dentários às populações pobres e, na epidemia da gripe espanhola, organizou um pronto-socorro em sua sede para atender a população. Quando o exercício da medicina foi regulamentado na década de 1930, a Médico-Cirúrgica foi fechada após a avaliação de uma comissão que considerou que não tinha as condições exigidas para manter-se em funcionamento (WEBER, 1999)

<sup>132</sup>Essas informações a respeito da trajetória profissional de Eduardo Duarte haviam sido solicitadas pelo mesmo em ofício ao diretor do APERS e incorporadas ao Livro de Matrícula dos funcionários do MJC. Ofício de 9 de maio de 1934 (OFÍCIOS RECEBIDOS, 1933-1936) (AP. 2.009, MJC).



Foi, entretanto, no "velho arquivo" que Eduardo Duarte desenvolveu seu principal trabalho como "arquivista"<sup>133</sup>. Atividade que diretor do APERS, Florencio de Abreu, explicitou no primeiro número da *Revista do Archivo Público do Rio Grande do Sul*:

Não é, pois, da competência do Archivo analysar e commentar documentos e delles tirar ilações ou sobre elles compor narrativas, - o que é obra do historiador; mas colligir, coordenar e catalogar documentos de autoridade histórica, - o que é tarefa propriamente do archivista. O trabalho deste facilita o daquelle; um accumulando e classificando documentos e testemunhos, forma o processo histórico, sobre o qual o outro calca o seu trabalho, sem duvida bem mais árduo e difícil." (RAPRGS, 1921, p. 3)

Caberia ao arquivo, e portanto ao "arquivista", "coligir", ou seja reunir os documentos. No subcapítulo anterior, percebemos o protagonismo de Eduardo Duarte nessa tarefa, solicitando doações, viajando em busca de documentos, avaliando acervos ofertados. Não haveria algo do colecionador à caça de peças no afã de completar determinado conjunto? Nesse sentido poderíamos aproximá-lo do colecionador Alfredo Varela. Entretanto não é a busca do elemento que falta à sua coleção individual, mas ao acervo público e nisso mistura-se também um certo "dever cívico" a que tanto se faz referência<sup>134</sup>, ainda que pareça também haver uma motivação e um regozijo a cada descoberta que vai além do dever cumprido e que transparece no empenho que põe nessa tarefa e nos comentários que acompanham a aquisição da nova peça.

---

<sup>133</sup>Aqui entende-se por arquivista, aquele que, mesmo sem uma formação específica, desenvolvia as atividades próprias dessa profissão. No Brasil, esse profissional, na primeira metade do século XX, "contava apenas com cursos de formações esporádicas, promovidos pela Pontifícia Universidade Católica (PUC/RJ), pelo Instituto de Desenvolvimento e Organização Racional do Trabalho (IDORT/SP), pela Fundação Getúlio Vargas (FGV) e pelo Departamento Administrativo do Serviço Público (DASP)". Considera-se o "Curso Permanente de Arquivos, criado em 1960, o primeiro curso de Arquivologia no país". (TAUNUS; ARAÚJO, 2013, p. 84). As profissões de arquivista e de técnico em arquivo foram regulamentadas no país pelo Lei Nº 6.546, 1978 (CONARQ, 2014, p. 17).

<sup>134</sup>Nesse sentido é importante a reflexão que faz Manoel Salgado Guimarães sobre as mudanças do sentido do colecionismo e do patrimônio e o "complexo processo de constituição de uma escrita científica da história". Nesse processo, "o sentido desse esforço colecionista deve, segundo os cânones de um novo interesse pelo passado, ser capaz de tornar esse passado útil aos homens do presente a partir de uma pragmática que visa à ação." (GUIMARÃES, 2007, p. 24). Essa mudança do olhar, o "olhar modernamente constituído", sobre o passado é que "revela" essas antiguidades e acrescentá-lhes outro valor. "As antiguidades nacionais, valorizadas, como dissemos, a partir do começo do século XIX, sempre estiveram existindo em sua materialidade nos lugares onde pretensamente serão descobertas" ao longo do oitocentos". O mesmo autor alerta que "sem o exame deste olhar que capta o passado e seus restos e os constitui como Antiguidade, continuaremos prisioneiros de procedimentos canonizados a partir da institucionalização da história ao longo do século XIX, que procura afirmar a Antiguidade como um valor intrínseco aos objetos em si, mensurável e quantificável, fornecendo, com isso, a ilusão de uma objetividade do tempo decorrido". (GUIMARÃES, 2007, p. 25). Essa ilusão de objetividade do tempo decorrido talvez pudesse ser também estendida, no período estudado, ao "olhar" sobre os documentos.

Um exemplo disso foi o empenho em reunir toda a coleção do jornal farroupilha *O Povo*. Em carta enviada ao doador de um grande número de exemplares desse jornal, cuja oferta, intermediada pelo presidente do Estado, demorou quatro anos em chegar ao Arquivo, solicitou-se que informasse se a coleção era completa, porque havia "em diversos lugares vestígios flagrantes do arrancamento de exemplares". E mais adiante comentou: "meu interesse é grande em organizar uma collecção desse precioso jornal que é a historia viva do memoravel decennio. Vou, porém, desesperando"<sup>135</sup>. (OFÍCIOS EXPEDIDOS, 1925-1926).

Mais tarde, em carta a Oswaldo Aranha, datada de março de 1925, pediu-lhe para "indicar uma pessoa de Alegrete a quem [...] [pudesse se] dirigir solicitando pesquisas a respeito dos dois numeros do 'O Povo' que ali foram publicados quando esse periodico suspendeu a sua publicação em Caçapava".<sup>136</sup> (OFÍCIOS RECEBIDOS, 1929). Entretanto, esgotadas as pesquisas no Rio de Janeiro, e os inúmeros apelos na imprensa, ainda faltavam alguns exemplares para completar a coleção, dos quais não tinha nem notícia de que existissem em algum lugar. Mas com empenho de colecionador, não desistiu.

Em artigo publicado em 1958, na Revista do Museu Júlio de Castilhos e Arquivo Histórico do Estado do Rio Grande do Sul, intitulado *Meu encontro com Assis Brasil*, Duarte relembra o episódio em que teve contato com esse importante personagem em função da coleção de *O Povo*, em cujo acervo de Pedras Altas, encontravam-se os números faltantes:

Não sei como descrever a impressão agradável que recebi ao constatar a presença dos quatro números faltantes na coleção Assis Brasil! E mais, além dêles, os outros de que apenas tinha cópias datilografadas! Dessarte se tornou possível reproduzir integralmente, em bela edição facsimilada, (...), esta obra mestra para o estudo da revolução farroupilha. (DUARTE, 1958, p. 6)

Júlio Porto, ao referir-se a essa característica comenta: "Dez anos custou-vos reunir os exemplares esparsos de 'O Povo' e era de ver a alegria que de vós se apoderava ao anexar mais um fascículo à desfalcadíssima coleção". (RIHGRGS, 1934, p. 290)

Além de recolher os documentos históricos, também cabia ao Arquivo a tarefa de "coordenar", e aqui talvez devesse estar se referindo ao trabalho de arranjo da documentação e, por último, catalogar, ou seja, descrever, elaborar os instrumentos de pesquisa necessários para dar acesso aos documentos. Em relatório de 1931, Duarte se refere a essas tarefas em relação ao acervo farroupilha:

<sup>135</sup>Carta de Eduardo Duarte (servindo de diretor) a Álvaro Rodrigues Leitão. Particular, 12 novembro 1926. (AP 1.004, MJC).

<sup>136</sup>Carta de Eduardo Duarte a Oswaldo Aranha. Porto Alegre, 16 de março de 1929. (AP 2 006, MJC).

Entre os arquivos recebidos contam-se os de Caçapava, São Jeronymo, Triunfo, Alegrete, etc., não tendo, porém, chegado os de Rio Pardo e Piratiny, que são os mais precíozos.

Prezentemente temos em mão os papeis de Alegrete, que seja dito de passagem, não têm a importancia que era de esperar pela atuação que teve essa cidade no grande movimento.<sup>137</sup> (OFÍCIOS EXPEDIDOS, 1931).

À medida que os documentos iam sendo recolhidos, eram reorganizados e catalogados. Com isso, podemos inferir que, se a descrição ficava pendente, à espera da chegada dos acervos ainda não recolhidos, não parecia ser a proveniência o princípio mais observado ao realizar essa tarefa e é provável fundos de diversas origens acabassem sendo reorganizados em classificações pré-estabelecidas<sup>138</sup>.

Para a divulgação do acervo que possuímos sobre 1835-45, novos documentos vão aparecendo a proporção que o arquivo se desdobra, e, por esse motivo, não é possível fazer ainda a catalogação dessa rubrica; tal trabalho, para evitar truncamento, só poderá ser feito quando conhecermos todo o nosso arquivo e tivermos recebido o material que se espera dos municípios que vizitamos.

Vai proseguindo, portanto, embora com lentidão, o trabalho neste Departamento. A seleção de papeis e sempre moróza, tanto mais que, para os efeitos de catalogação, o documento é primeiro sumulado, o que muito facilita ao consulente o conhecimento do assunto.<sup>139</sup> (OFÍCIOS EXPEDIDOS, 1931)

Observamos também que se trabalhava na descrição de item a item, "sumulando", e não por conjuntos documentais. Isso, ao tornar a tarefa lenta, fazia com que os documentos permanecessem indisponíveis para pesquisa por mais tempo.

Voltando à reflexão de Florencio Abreu há um ponto que chama a atenção: a referência a que o trabalho do arquivista, ao acumular e classificar documentos e testemunhos,

<sup>137</sup>Ofício do diretor de História Nacional, Eduardo Duarte ao Diretor do MJC. Porto Alegre, 19 de maio de 1931. (AP. 1.010, MJC).

<sup>138</sup>Como explica Bellotto: "O documento de arquivo só tem sentido se relacionado ao meio que o produziu. Seu conjunto tem que retratar a infra-estrutura e as funções do órgão gerador. Reflete, em outras palavras, suas atividades-meio e suas atividades-fim. Esta é a base da teoria de fundos." Acrescenta ainda que "o fundo de arquivo compreende os documentos gerados e/ou recolhidos por uma entidades pública ou privada que são necessários à sua criação, ao seu funcionamento e ao exercício das atividades que justificam sua existência." (BELLOTTO, 2004, p. 28).

A proveniência é "o princípio segundo o qual devem ser mantidos reunidos, num mesmo fundo, todos os documentos provenientes de uma mesma fonte geradora" (PAES, 2004, p. 27) e dele deriva o respeito à ordem original que determina que "todos os documentos de um fundo de arquivo ocupem determinado lugar que tem de ser respeitado ou restabelecido, caso a ordem primitiva ou a ordem original tenha sido modificada por qualquer razão". (COUTURE; ROUSSEAU, 1998, p. 83).

Os títulos dos catálogos publicados e os que estavam em elaboração citados mais adiante parecem corroborar a ideia de que para alguns conjuntos pareceu ter se mantido em certa medida a proveniência, enquanto outros foram arranjados em rubricas previamente estabelecidas.

<sup>139</sup>Ofício do diretor de História Nacional, Eduardo Duarte ao Diretor do MJC. Porto Alegre, 19 de maio de 1931. (AP. 1.010, MJC)

"forma o processo histórico" sobre o qual o historiador "calca o seu trabalho". Ou seja, aponta para uma certa responsabilidade do arquivista na construção do conhecimento histórico, o que de certa forma, estaria em contradição com o propalado papel de mero custodiador e organizador. Talvez estivesse com isso revelando que essa função era um pouco mais complexa do que parecia.

Outra tarefa do arquivista seria, como refere Duarte, a de "despertar do secular adormecimento esses preciosos papeis que com tanta clareza nos falam de magnos acontecimentos regionaes". (RAPRGS, 1924, p. 6). Tornar acessível a documentação que tratava da história regional, fosse pela organização que facilitava a sua busca, fosse pela divulgação seletiva daqueles papeis considerados mais importantes era uma atividade na qual teve importante função tanto no Arquivo como no Instituto. Nas palavras de Othelo Rosa:

sempre que nos encontramos em face da necessidade de uma pesquisa poeirenta e difícil, nos entreolhamos sorridentes, num ar de conspiração, e concluimos por interrogar o Duarte. O secretário do Instituto concentra-se; e nós debandamos, certíssimos de que, dentro de curto prazo, o foral, o diploma, o alvará, o decreto, a certidão de nascimento ou de morte, o que quer que seja, enfim, nos será indicado ou mostrado, num ar vitorioso, pelo Duarte, ainda coberto pelo pó dos arquivos. (RIHRGS, 1934, p. 292, 293)

Também foi responsável Eduardo Duarte pela edição da *Revista do Archivo Público* e depois *Revista do Museu e Archivo Público* dos anos 1921 a 1930. Publicando catálogos, documentos e artigos, a revista exerceu importante papel de divulgação, circulando além do Estado, sendo intercambiada com outras instituições e servindo de fonte para estudos para historiadores estrangeiros, principalmente do Prata. Dessas publicações, destacaria-se especialmente a elaboração dos dois números comemorativos, o primeiro sobre a Independência do Brasil e o segundo sobre a Imigração Alemã, atividade que tomou-lhe bastante tempo:

De junho a julho de 1922 foi autorizado pelo Dr. presidente do estado, em officio 428, de 21 de julho, a confeccionar um numero especial (nº 8) da Revista do Archivo commemorativo ao centenario da Independencia do Brasil fóra das horas do expediente ordinario da repartição<sup>140</sup>. (OFÍCIOS RECEBIDOS, 1933-1936)

Teve Duarte a seu encargo, "a coleção fotolitografada, do jornal 'O Povo', e mais a do 'Mensageiro', 'Americano' e 'Estrela do Sul', tôdos eles farrapos", e tentou publicar também "o

<sup>140</sup> Ofício de 9 de maio de 1934. (AP. 2.009, MJC)

jornal caramuru 'O Liberal'", mas não conseguiu o apoio necessário. (RIHGRGS, 1934, p. 274).

Em sua atividade editorial, passou também a integrar a Comissão da Revista do IHGRGS, substituindo o padre Hafekemeier, em 1924. Também sendo reconhecido nessa função pelos seus colegas. Segundo Alcides Maya:

labor que a paciência beneditina e o culto do civismo norteia, são as páginas fulgurantes da "Revista do IHGRGS", êsse precioso repositório de subsídios e fatos hoje indispensável na biblioteca dos estudiosos residentes quer no Brasil, quer nos demais países sul-americanos.(RIHGRGS, 1934, p. 281)

Como "historiador", dedicou-se ao estudo dessa documentação, publicado artigos, como "Os canhões de Garibaldi", "Poetas da grande revolução", "Garibaldi, Rosseti e Zambicari", "Fundação de São Sepé", "O Visconde de São Leopoldo", entre outros.

Entretanto, parece ter sido na função de "arquivista" que teve seu trabalho mais destacado. Seus colegas de Arquivo e confrades, ao elogiá-lo, além de procurar destacar características que lhe eram peculiares, revelavam concepções mais gerais a respeito da natureza desse tipo de trabalho. Em portaria de maio de 1934, Alcides Maya refere ao trabalho de seu diretor de História Nacional:

Á sua dedicação á análise atenta e lúcida dos documentos históricos do glorioso passado riograndense, confiados á sua guarda e classificação, são possíveis todos os elogios, como pesquisador, interprete e classificador. A sua atividade tem se revestido de um caráter cívico digno de ser lembrado<sup>141</sup>. (OFÍCIOS RECEBIDOS, 1933-1936).

Essa era uma labor, portanto, que exigia atenção e cuidado, características de um "beneditino de nossa história", como a ele se refere Spalding (RHIGRGS, 1934, p. 295). O trabalho com documentos ainda era visto como um sacerdócio, um trabalho minucioso e paciente, para poucos, e que exigia sacrifícios pessoais, além de civismo, em nome de um bem maior, que era a preservação do passado glorioso. Para Rosa,

O amor do passado é um sentimento dominante, avassalador, absorvente, nesse homem.  
E como é um metódico, servido por uma lúcida inteligência, o seu trabalho de evocação reveste-se de uma eficiência notável...

---

<sup>141</sup> Portaria de Alcides Maya. Porto Alegre, 12 de maio de 1934. (AP. 2.009, MJC)

Investiga; pesquisa; examina; coordena; organiza. Não tem pressa, nem fadiga. de tudo que se refere à história riograndense, desde o documento mais importante ao objeto mais simples, êle se aproxima com veneração. (...) nos honraremos em Eduardo Duarte, o luminoso passado do Rio Grande, em cuja reconstrução tem sido dos operários maiores, mais assíduos, mais prestimosos. (...) Não é um poderoso: é apenas um homem que trabalha. Não para si, nem por si: so para o Rio Grande, pela sua glória. (RIHGRGS, 1934, p. 293)

Nesse sentido, Letícia Nedel pontua que essa tarefa estava associada à "abnegação" e a atividade "científica" ao sacerdócio, ao "trabalho disciplinado e desinteressado", - o que também permitia varrer para o terreno das "paixões as interpretações anteriores". (NEDEL, 1999, p. 100). Nas palavras de Olintho Sanmartin, referindo-se a Duarte é possível perceber essa ideia:

é grande e sublime a pureza dos que vivem assim para decifrar os enigmas e trazer a verdade nas mentiras históricas.  
São os homens que se alheiam da vertigem e do tumulto do século para entregar-se aos cansados alfarrábios que os tempos escondem para que num momento para outro surjam e então os apaixonados do passado quase enlouquecem para estudar com todo o carinho aquelas palavras e aquelas datas. (RIHGRGS, 1934, p. 300)

Os "apaixonados do passado" reconheceram como importante para os estudos históricos, a que puderam se dedicar, o trabalho do "arquivista" recolhendo, organizando e dando acesso a esses acervos. Nas próprias palavras de Eduardo Duarte, em discurso proferido por ocasião da homenagem aos seus 35 anos de serviço público:

daquela riqueza acumulada [...] surgiu a velha história do Rio Grande, A verdadeira história, amparada e opulentada em farta documentação, hoje selecionada, interpretada e catalogada, acessível à investigação, facilitando-se, assim, aos estudiosos êsses ricos filões. (RIHGRGS, 1934, p. 284)

A disponibilidade dessa documentação, que sabemos ainda se restringir a poucos, também colaborou com a expansão dos estudos históricos naquele momento. Apesar do exagero da sentença, bastante conforme com a ocasião festiva em que foi proferida, ao referir-se ao homenageado, Walter Spalding afirmava: "Êsse surto de vida nova que se nota na atividade histórica do Rio Grande é, pode-se dizer, obra dessa alma eleita que é o dr. Duarte." (RIHGRGS, 1934, p. 284). Outros, como Sanmartin, destacaram também, como mencionado anteriormente, o propalado caráter cívico de que se revestia essa atividade:

Revolvendo documentos esquecidos, organizando, classificando e publicando tudo aquilo que no Museu e no Arquivo repousava, tranqüilo, dum desalento de indiferença e de abandono surgiu uma rajada de epopéia nacionalista. (RIHGRGS, 1934, p. 297).

Nessa cruzada cívica, não parecia haver problema na falta de uma delimitação clara entre as entidades envolvidas, tanto que Duarte não hesita em afirmar:

Mas, não será o Instituto uma continuação do Arquivo Histórico? As suas finalidades se encontram, e mais: fundado o Instituto, a sua sede foi estabelecida naquela Repartição, e a sua biblioteca, tão valiosa, pois atinge a seis mil volumes, foi organizada por quem ainda hoje dela cuida, e como a biblioteca do Arquivo Histórico, há dois olhos que para ambas têm sempre igual carícia.

E assim, considerada esta proveitosa xipofagia do Instituto com a repartição de que sou funcionário, é que tenho procurado servir o Instituto da melhor forma possível (...) Era meu dever, como elemento do Arquivo Histórico do Estado. (RIHGRGS, 1934, p. 285)

Em 1939, com o título de "Subsídios para o relatório do Excelentíssimo Sr. Dr. Coelho de Souza, D.D. Secretario da Educação e Saúde Pública", Emílio Kemp tratava das condições em que encontrara o Museu Júlio de Castilhos, que passou a dirigir nesse ano. Fez uma série de críticas à gestão anterior, entre as quais o abandono e a confusão das secções de Historia Natural e o fechamento do museu à visitação pública:

Com suas portas fechadas á visitação publica desde o inicio de 1925, havia, portanto, 14 anos, o Museu "Julio de Castilhos" deixava de cumprir a sua mais alta missão, qual seja de contribuir para o desenvolvimento da cultura geral do Estado.

Era um simples deposito de coleções incompletas, desorganizadas, sem nenhuma finalidade educativa<sup>142</sup>.(OFÍCIOS EXPEDIDOS, 1939).

Ressaltava, ainda que haveria atividade apenas na seção do Arquivo Histórico, "a única secção que funcionava regularmente, competindo-lhe a separação por ordem de assunto, de origem e cronológica, dos documentos históricos e da sua classificação, catalogação e guarda no arquivo". Esse "serviço paciente e cuidadoso" que exigia "um preparo especializado em assuntos históricos" estava sob a direção "do Dr. Eduardo Duarte,

---

<sup>142</sup>"Subsídios para o relatório do Excelentíssimo Sr. Dr. Coelho de Souza, D.D. Secretario da Educação e Saúde Pública" (AP. 1.014, MJC)

historiador de renome, que lhe dedicava entranhado afeto, e que foi aposentado por Ato nº 1250 de 23 de junho do corrente ano" <sup>143</sup>.(OFÍCIOS EXPEDIDOS, 1939).

Comunicava também que em 1938 foram "compulsados, classificados e catalogados", 15.082 documentos e que nesse ano, 1939, o total atingiu 42.829 documentos "prontificados", "colocados nas caixas competentes e recolhidos ao arquivo". Esses acervos seriam "constantemente procurados e compulsados, com especialidade por membros do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul".<sup>144</sup> (OFÍCIOS EXPEDIDOS, 1939).

O relatório do "Serviço do Arquivo Histórico do Estado", apresentado em dezembro de 1940 pelo sub diretor e chefe desse setor, Dante de Laytano, ao diretor Emilio Kemp elucidava um pouco melhor a organização do trabalho no arquivo histórico. Nele se descrevia a distribuição das atividades realizadas por esse setor: a confecção intelectual dos catálogos de documentos (sumários e sistemáticos); a revisão, seleção e consultas; a numeração e classificação (distribuição); a cópia manuscrita de peças de arquivo; a datilografia, dos catálogos e dos trabalhos da chefia <sup>145</sup>.(OFÍCIOS RECEBIDOS, 1940)

Então podemos distinguir principalmente as atividades arranjo e ordenamento (classificação e numeração) e de descrição, com a elaboração de catálogos de documentos. Sobre essa última, Dante de Laytano referia que o "Arquivo Histórico aprontou, deixando ao alcance dos estudiosos", o Catálogo Sumário dos documentos de Administração de Fazenda, dividido em "Provedoria Real", "Junta da Fazenda Real" e "Inspetoria da Fazenda" (publicado pela Revista do IHGRGS, em setembro de 1940) <sup>146</sup>. (OFÍCIOS RECEBIDOS, 1940).

Também foram confeccionados e publicados na mesma revista, em dezembro, os catálogos de Livros Manuscritos e de Jornais e Revistas, reunidos em um só, além do referente ao "Comando das Armas" (1841-1890), "organizado alfabetica, nominal e indicativamente". Ademais estariam sendo confeccionados os seguintes: Câmaras Municipais, Autoridades Militares, Comando das Armas (2 volume, súmula dos documentos), Obras

---

<sup>143</sup>"Subsídios para o relatório do Excelentíssimo Sr. Dr. Coelho de Souza, D.D. Secretario da Educação e Saúde Pública" (AP. 1.014, MJC)

<sup>144</sup>"Subsídios para o relatório do Excelentíssimo Sr. Dr. Coelho de Souza, D.D. Secretario da Educação e Saúde Pública" (AP. 1.014, MJC). De novo evidencia-se a "complementaridade" entre o Arquivo Histórico e o IHGRGS.

<sup>145</sup>Relatório do sub diretor e chefe do Serviço do Arquivo Histórico do Estado, Dante de Laytano. 2 de dezembro de 1940. (AP 2.012 - 140, MJC)

<sup>146</sup>Relatório do sub diretor e chefe do Serviço do Arquivo Histórico do Estado, Dante de Laytano. 2 de dezembro de 1940. (AP 2.012 - 140, MJC). Laytano refere que essa publicação teria se realizado sem ônus para o Estado. É importante atentar para o fato de que no período de 1931 a 1950 a Revista do Museu e Arquivo Público não foi editada, voltando a circular em 1951, com o nome de Revista do Museu Júlio de Castilhos e Arquivo Histórico do Estado do Rio Grande do Sul.



Públicas, Justiça, Consulados, Arquivo Alfredo Varela, Fotografias<sup>147</sup>. (OFÍCIOS RECEBIDOS, 1940). Com isso, vemos quais eram os conjuntos documentais que estavam sendo prioritariamente tratados, passado o Centenário Farroupilha.

Para concluir, tomamos as palavras de Júlio Porto:

o louvável afã de perscrutar os primórdios de nossa constituição de povo, mergulhastes nos arquivos, transformastes a secção de História do Arquivo Público em uma repartição metódica, classificando com carinho e com paciência beneditinos aqueles muitos milhares de fôlhas [...] vos revelaram, entretanto, o quanto de bravura e de destemor se praticou nesta heróica então província [...] Capítulos desconhecidos e em completa nebulosidade de nossa história regional, foram por vós pacientemente reconstituídos, através desse relicário de glórias que é o nosso arquivo histórico. (PORTO, 1934, p. 289)

Ainda que excessivamente elogiosas, condizentes com o caráter da homenagem em que foram proferidas, aproximam-nos um pouco da percepção que teriam seus contemporâneos desse local quase "sagrado", já que nele se cultivava a "Sciencia Sagrada", e de seu abnegado "sacerdote", zeloso guardião das relíquias do passado glorioso.

### **3.3 As joias dos Museus da História: documento, patrimônio documental e a memória da Revolução farroupilha.**

No capítulo anterior procuramos mostrar alguns aspectos dessa busca documental, principalmente no que diz respeito ao contexto político e as possibilidades e entraves que isso propiciou às diferentes versões da Farroupilha que procuravam, de certa maneira alinhar-se a esse momento, as disputas que podem ter influenciado esse processo e algumas das estratégias encontradas para levar adiante essa coleta. Abordamos também o desenvolvimento dos estudos históricos no Estado e das principais tendências e temáticas desenvolvidas nesse período. E, logo acima procuramos voltar nosso olhar novamente para esse espaço de memória que constituiu o Arquivo Histórico e, na figura de Eduardo Duarte, pensar sobre o trabalho arquivístico e o papel do "arquivista".

Neste momento, procuraremos analisar, também, as concepções, principalmente no que refere ao documento histórico, que podem ter servido para balizar as seleções e o tipo de tratamento que seria dado a esse que viria a se constituir o principal acervo documental sobre

---

<sup>147</sup> Relatório do sub diretor e chefe do Serviço do Arquivo Histórico do Estado, Dante de Laytano. 2 de dezembro de 1940. (AP 2.012 - 140, MJC).

a Revolução Farroupilha. E, ainda discutiremos a relação desse patrimônio documental e a conformação da memória do "decênio heróico".

Na já mencionada conferência *O Estudo da História*, Souza Docca referia-se aos documentos da seguinte forma: "sem estes não é possível a reconstrução do passado; irrealizável a análise; não se faz síntese; não existe história". (DOCCA, 1928, p. 148) Suas palavras parecem fazer eco àquelas com que Langlois e Seignobos principiavam sua obra *Introduction aux études historiques*<sup>148</sup>, de 1898:

A história se faz com documentos. Os documentos são os traços que deixaram os pensamentos e os atos dos homens de outrora. Sem documentos, a história de imensos períodos do passado da humanidade é para sempre incognoscível. Porque nada supre os documentos: sem documentos, sem história. (p. 13).

É nítida a referência e bastante importante parece ter sido a influência da Escola Metódica nos estudos históricos brasileiros do período. Lembraríamos o citado I Congresso de História Nacional e a Affonso Taunay, tanto na sua produção historiográfica, especialmente na sua conferência *Os princípios gerais da Moderna Critica Historica*, quanto nos princípios que nortearam a conformação do acervo documental do Museu Paulista, durante sua direção. No Rio Grande do Sul, vemos traços dessa Escola tanto no trabalho de recolha dos documentos, quanto no seu tratamento e, também em alguns pressupostos que nortearam os estudos históricos do período abordado<sup>149</sup>.

Os metódicos surgiram no cenário dos estudos históricos franceses nas últimas décadas do século XIX. Afirmando-se, a partir de 1876, com a publicação "da *Revue Historique*, uma revista que [teve] na sua comissão editorial nomes da antiga geração positivista - como Taine, Renan e Fustel de Coulanges - e novos nomes da escola metódica como Monod e Lavisse". (BARROS, 2011, p. 101, 102). Alinhavam-se aos positivistas ao entenderem a história como "ciência positiva". Afirmavam escapar do subjetivismo, sendo partidários da imparcialidade, "em nome da ciência e do respeito pela verdade". (DOSSE, 2012, p. 32). Mas por trás do "estandarte científico" transpareciam suas tendências: a adesão "a uma visão progressista da história" em que o historiador trabalharia "pelo progresso do gênero humano". Progresso que se daria com a "acumulação de trabalho científico, numa

---

<sup>148</sup> As citações a seguir referentes à obra foram tradução livre da autora.

<sup>149</sup> Neste item, em alguns momentos, pareceu-nos importante, ainda que possa resultar um pouco reiterativo, voltar a tratar alguns temas trabalhados de maneira mais ampla no primeiro, agora tentando vinculá-los mais à temática do documento.

abordagem linear da história, enriquecida com a contribuição das ciências auxiliares [...], que lhe dão um aspecto cada vez mais moderno no século XIX". (DOSSE, 2012, p. 33)

O trabalho do "historiador moderno" deveria, então, iniciar por "investigar e recolher os documentos, cultivar intensamente essa sciencia a que os allemaes baptisaram Heurística". (TAYNAY, 1914, p. 326). E, deveria cercar-se de inúmeros cuidados, que foram detalhadamente enumerados na primeira parte do *Introduction*. Desses, destacaria num primeiro momento, aqueles que poderiam ser identificados com o trabalho arquivístico.

Pontuavam os autores que, para que a Heurística fosse "verdadeiramente facilitada, a primeira condição seria que todas as coleções de documentos fossem públicas". (LANGLOIS; SEIGNOBOS, 1898, p. 16). Um exemplo disso, foi a concentração de acervos promovida no período da Revolução Francesa, que apesar dos graves problemas que causou, as seleções pouco criteriosas, o desmembramento de fundos e "as devastações irreparáveis nos arquivos antigos", teria trazido dois grandes benefícios:

1º) a concentração em alguns depósitos, relativamente pouco numerosos, de documentos que outrora estavam espalhados, e como que perdidos, em cem lugares diferentes; 2º) a publicidade desses depósitos. A partir daí aquilo que restou de documentos históricos antigos, depois das grandes destruições do azar e do vandalismo, foi enfim colocado ao abrigo, classificado, comunicado e considerado como uma parte do patrimônio social. (LANGLOIS; SEIGNOBOS, 1898, p. 17).

Ressaltavam que, apesar desse processo e das aquisições e doações feitas a cada ano, ainda muito permaneceria em mãos privadas, mas que "todos os documentos antigos cedo ou tarde cairiam nos estabelecimentos do Estado, em que o proprietário compra sempre e não aliena jamais". E, ainda, que seria

desejável que os depósitos de documentos (arquivos, bibliotecas e museus) não sejam muito numerosos, e nos dizemos que felizmente eles são menos que cem anos atrás. A centralização dos documentos, em que as vantagens, para os trabalhadores, são evidentes, poderia ser levada ainda mais longe? Não existem ainda depósitos cuja autonomia mal se justifica? Pode ser: mas o problema da centralização dos documentos deixou de ser grave e urgente desde que os processos de reprodução foram aperfeiçoados. (LANGLOIS; SEIGNOBOS, 1898, p. 17, 18).

Esse processo de reunião dos documentos, em instituições públicas centralizadas, seguia a lógica de que para que fosse possível encetar um trabalho histórico seria necessário dispor de todos os papéis existentes sobre o tema escolhido e que estando eles reunidos

possibilitar-se-iam ao historiador os elementos necessários para sua labor. Dizia Souza Docca que a documentação deveria ser completa ou o mais completa possível, já que "um só que falte póde annular ou dar significado diverso a todos os demais". Com referência à escrita da história da República Riograndense caracterizava como uma ilusão "a innocente opinião de Domingos de Almeida" de que bastariam suas "*Memorias*, a colleção do jornal *O Povo* e o *Diario*, de Alvares Machado". (DOCCA, 1928, p. 150). E apontava para essa mudança na concepção do trabalho historiográfico:

A carencia de documentos divulgados sobre esse evento tem levado nossos historiadores a abusar do subjectivismo, dando assim uma feição de duvida, de probabilidade aos seus estudos, quando despreocupados de um fim especial. E quando isto acontece o que se verifica na obra dos propagandistas republicanos e na dos endeusadores systematicos dessa fórma de governo ou na dos monarchistas ferrenhos - parcialidades, phantazias, objurgatorias, deslizes. (DOCCA, 1928, p. 150).

Parcialidades que, segundo o mesmo autor, seriam em boa parte fruto da falta de documentos: "o material para seu primeiro degrau ainda não foi reunido - existe por ahi espalhado occulto, sepultado, nos archivos particulares egoisticamente e nos archivos publicos aguardando publicação". Como consequência a "maioria dos nossos juizos historicos se fundam essencialmente em autobiographias, refutações, vindicações e outras allegações, pro domo sua". (DOCCA, 1928, p. 149, 150)

Por isso também o empenho por parte do Museu e Arquivo Histórico em recolher os documentos referentes a esse período;

Milhares de folhas datilografadas estão prontas, sr. diretor, aguardando apenas a ordem em que serão postas para a publicação. Será uma série longa, que enfeixará um material preciozissimo, até hoje desconhecido, que, por si só, já constituirá a historia documentada da grande revolução. Com esse material, em caza, ao alcance da mão, facil se torna escrever sobre o movimento farroupilha<sup>150</sup>. (OFÍCIOS EXPEDIDOS, 1931).

No processo de concentração dos acervos não parecia haver preocupação com o desmembramento dos fundos, nem com a privação das comunidades locais de seu patrimônio documental. Mesmo que, como acima citado, os processos de reprodução tivessem sido aperfeiçoados, fora as transcrições manuscritas ou datilografadas (que demandavam bastante tempo e esforço), os outros eram menos acessíveis e bastante caros, e os esforços eram

<sup>150</sup>Offício do diretor de História Nacional, Eduardo Duarte ao Diretor do MJC. Porto Alegre, 19 de maio de 1931. (AP. 1.010, MJC).

direcionados àqueles conjuntos documentais, considerados importantes, os quais seria impossível obter de outra forma.

Mencionamos no capítulo anterior, quais eram os acervos prioritários e os documentos considerados importantes. Apesar de Eduardo Duarte ter afirmado que "em materia de historia, como sabeis, tudo tem importancia, absoluta ou relativa", já que "muitas vezes dois documentos, quando isolados não apresentam grande interesse, juntos, porém, se completam, segundo o ponto de vista em que são analysados". (RAPRGS, 1924, p. 6), constatamos, nas seleções por ele feitas que, muitas vezes, contradizia essas afirmações.

Além da preferência dada nesses recolhimentos a um dos lados da Revolução, foi a coleção de jornais farroupilhas que direcionou os maiores esforços. O objetivo era a publicação das coleções completas. Podemos pensar que esse tipo de documento era, de certa forma priorizado, em função das informações que poderia conter sobre os sucessos políticos e as posições que teriam assumido os líderes farrapos<sup>151</sup>. E, portanto, serviriam para esclarecer o caráter da Farroupilha, aspecto desse evento que suscitava grande debate historiográfico, para o qual se buscavam os indícios do seu caráter nacional e não separatista.

De qualquer maneira, a concentração dos documentos, segundo Taunay, que também procedeu a isso no Museu Paulista teria trazido

incalculáveis vantagens para o estudo das fontes históricas, tanto mais quanto um exercito de beneméritos e obscuros eruditos poz-se a campo para as classificar e sobretudo lhes facilitar a consulta, continuadores e êmulos desses incansáveis inventariantes e catalogadores e biblio graphos como os beneditinos e os bollandistas, do talho daquelle formidável trabalhador que foi Diogo Barbosa Machado e são em nossos dias Ulysses Chevalier, Bancroft, etc. (TAUNAY, 1914, p. 328).

Outra preocupação, então, era facilitar o acesso a esses documentos. Mesmo que a consulta não sofresse nenhum tipo de restrição, os acervos seriam indisponíveis porque não estariam ainda organizados e, alguns, mesmo organizados, não teriam instrumentos de pesquisa que permitissem ao estudioso conhecer o seu conteúdo. Nesse sentido, Langlois e Seignobos fazem longas considerações sobre a falta ou a má qualidade dessas ferramentas de

---

<sup>151</sup> Isso aparece com bastante clareza nos comentários de Angel de Hernández, o historiador e militar argentino, em longa carta a Eduardo Duarte: "En lo que a la guerra de "os farroupilhas" se refiera, los documentos estampados en O Povo, o Mensageiro, o Americano y Estrella do Sul constituirán [...] la exégesis del movimiento revolucionario de 1835-45; el que anhele historiar esta epopeya, con animo imparcial, no podrá prescindir de su obligada consulta, salvo se quiera persistir en el craso error de copiarse mutuamente los autores, sin verificar lo racional de lo afirmado, sin tener bajo los ojos el documento irrefutable, proceder comodo hasta hoy seguido, aunque vituperable bajo múltiplos aspectos." Buenos Aires, 31 de enero de 1831. (OFÍCIOS EXPEDIDOS, 1931) (AP. 1.009, MJC)

busca, que muito lembram as queixas mencionadas no capítulo anterior a respeito dos arquivos nacionais:

Primeiro, há depósitos de documentos (arquivos, bibliotecas e museus) em que o conteúdo não foi nunca catalogado, mesmo em parte, de maneira que ninguém sabe o que lá se encontra. Os depósitos que possuem inventários descritivos completos são raros; muitos fundos, conservados em célebres estabelecimentos em que as coleções só foram inventariadas em parte, restam ainda a descrever.

Em segundo lugar, que diferenças entre os inventários já executados. Há os antigos que nem correspondem mais à classificação atual dos documentos, e que não se podem utilizar sem as correspondências.; há os modernos que são redigidos a partir de sistemas antiquados, excessivamente detalhados ou sumários; uns são impressos, outros manuscritos, em registros ou fichas, alguns são cuidados e definitivos, muitos são truncados, insuficientes e provisórios. Aprender a distinguir, nessa enorme literatura confusa dos inventários impressos (para se ater a eles), aquilo que merece confiança e aquilo que não merece, a se servir deles é toda uma aprendizagem. Não existe em nenhum lugar repertórios gerais. (LANGLOIS; SEIGNOBOS, 1898, p. 18, 19)

Vemos que essas observações vão ao encontro de algumas das regras e pressupostos encontrados no *Manual dos Arquivistas Holandeses*, publicado no mesmo ano, principalmente no que diz respeito à descrição documental, que deveria partir do geral ao particular<sup>152</sup>. E que essa tarefa específica, deveria ser realizada por "espíritos" que, com "paciência, a atenção mais escrupulosa e a erudição mais variada", teriam pendor por atividades "que são ao mesmo tempo precisas, susceptíveis de ser feitas de uma maneira acabada/perfeita e manifestamente úteis". Entre aqueles que "trabalham para o progresso dos estudos históricos, os fazedores de catálogos descritivos e índices formam uma seção à parte". (LANGLOIS; SEIGNOBOS, 1898, p. 20).

Além da já comentada "vocação" para esse tipo de "sacerdócio", de beneditina paciência, que pareceu ter o diretor de História Nacional, o que se pode perceber do trabalho de descrição que era realizado no Arquivo era que priorizava a catalogação de alguns acervos e não se preocupava em fornecer um guia geral dos fundos por ele custodiados. Essa prática

---

<sup>152</sup> A publicação em 1898 do *Manual dos Arquivistas Holandeses* é considerada um marco na constituição da Arquivística como disciplina independente e também vai ser um importante passo no sentido da sistematização de princípios de descrição arquivística, como acima referido. Para exemplificar, algumas de suas regras que corroboram o que foi mencionado: "O que se tem em mira, na descrição do arquivo, é que o inventário sirva simplesmente como um guia. Deve, portanto, fornecer um esquema do conteúdo do arquivo e não o conteúdo dos documentos.[...] Antes de descrever-se um volume ou um amarrado cumpre conceber-se claramente a ideia dominante que presidiu à sua formação.[...] Devem-se descrever inicialmente as séries e os volumes para alcançar-se a visão geral do arquivo, e, somente após, os documentos soltos". (MANUAL, 1973, p. 80 a 85).

iria ao encontro do interesse por determinados temas, o que exigiria para seu estudo que essa documentação estivesse mais acessível ao pesquisador.

A falta de instrumentos de pesquisa adequados fazia também com que descoberta de documentos que se encontravam "esquecidos" nas instituições públicas fosse uma prática bastante corrente e prestigiada entre os historiadores. Encontramos muitas cartas a Eduardo Duarte, seja no MJC, seja no IHGRGS, de confrades que referem a esses achados e que se dispõem a transcrever e comentar essa documentação, estipulando valores para subsidiar a realização dessa tarefa.

Reunidos e catalogados, uma parcela desses acervos era publicada. A publicação dos documentos facilitava o trabalho dos pesquisadores e também prestigiava a Instituição na medida em que os interessantes documentos de que era detentora eram divulgados:

A historia da grande revolução ainda está por fazer, e não poderá ser feita sem que a Repartição publique a documentação que possui. E não nos iludamos esperando os consulentes. O pó dos arquivos, o cheiro dos papeis velhos, a pesquisa, em suma, cauza horror a muita gente. O material subsidiario ás publicações sobre o grande capitulo historico deve penetrar no silencio do gabinete dos estudiózos e só assim poderemos esperar que a historia se faça á luz clara e inconfundivel da verdade dos fatos.<sup>153</sup>  
(OFICIOS EXPEDIDOS, 1931).

Esse "compromisso com a verdade dos fatos", facilitado pela publicação das fontes, também era caro aos metódicos, mas deveria estar a "serviço da pátria", já que o trabalho histórico visava ao "rearmamento moral da nação". Para esses historiadores, não existiria tensão entre "o objetivo científico e o objetivo nacional", já que as fontes arquivísticas e os trabalhos históricos teriam sido acumulados "no interior da matriz nacional". (DOSSE, 2012, p. 33). Entretanto, as palavras de Duarte, ao explicitar de um lado a necessidade de divulgação das fontes e, de outro o dever de servir ao Rio Grande, deixam transparecer o quanto de tensão havia entre essas duas propostas:

Parecerá, sr. Director, que entre esses papeis alguns ha que não deviam ser trazidos á luz da publicidade. Assim, porém, não o considero. A historia é imparcial e factos como esses que ahi são divulgados, devem apparecer para que a justiça se faça, ainda que tarde, áquelles que foram grandes, que por seus feitos e obras souberam dignificar a patria que lhes foi berço ou a que os acolheu com extremos de mãe affectuosa. (RAPRGS, 1924, p. 5).

---

<sup>153</sup> Ofício do diretor de História Nacional, Eduardo Duarte ao Diretor do MJC. Porto Alegre, 19 de maio de 1931. (AP. 1.010, MJC)

Ao afirmar-se que os fatos eram divulgados para fazer justiça "áqueles que foram grandes", que dignificaram a pátria, manifestava-se uma escolha. Decisão que era também contingenciada pela escassez de recursos destinados à publicação. Mesmo que por ocasião do Centenário, esses fundos tenham sido um pouco maiores, as queixas eram constantes em correspondências e relatórios. Uma prova disso foi a descontinuidade na publicação da Revista do Arquivo por um amplo período, de 1931 a 1950.

É necessário lembrar também, ao avaliarem-se as seleções do material a ser divulgado, que se tratava de uma memória ainda sensível, e que a honra de alguns desses heróis poderia ser maculada. Alguns personagens desse período eram bastante polêmicos como Bento Manoel, com suas mudanças de posição durante a Revolução ou Davi Canabarro, com Prorongos e alguns episódios da Guerra do Paraguai (comentado no Capítulo 2). Em carta a Eduardo Duarte, já referida, Ángel Hernández, aludia a esse problema:

Los archivos públicos, que encierran un acervo documental invaluable, hasta hace poco explotados por unos cuantos elegidos, se ven hoy concurridos por personas inclinadas a las disciplinas historicas y comienzan ya a dar frutos cada vez más optimos, o bién, las reparticiones mismas los publican, ofreciendo a los cultores de dichos estudios los medios anhelados utilizables en sus trabajos; si a esto se agrega que los archivos particulares, cuyo hermetismo desesperaba, van abriendo sus arcas, donde guardaban sigilosamente en reserva, los documentos comprobatorios e aclaratorios, de hechos mantenidos en una penumbra discreta, dado vivían aún actores e descendientes de aquellos, cuya epidermis pudiera soliviantarse, llegamos a la comprobación de tenerse ya múltiples elementos capaces de inspirar una obra serena, meditada, sensata, juiciosamente documentada y capaz de comprobar cuan verdadera es la aserción de Carlos XII de Suecia: la historia es un testigo y no un adulator.<sup>154</sup>(OFICIOS EXPEDIDOS, 1931).

Mas, para se chegar a uma obra "meditada, sensata, juiciosamente documentada" não bastava reunir os documentos, era necessário submetê-los a uma série de procedimentos. A comparação de Alfredo Varela do trabalho com os documentos à doma de um cavalo ilustraria bastante essa concepção, em que o trabalho de crítica era fundamental e não todos estariam habilitados:

Depois, que valem em si as peças de um archivo. É indispensável que "saibamos investigar, e que saibamos ler o que investigamos", pontifica, cheio de rasões, o nosso immortalissimo Docca. Nisto estamos de accordo, alfim, graças a Jupiter! Necessario é manejar colleções taes, com suma argucia, pois comprehendem papeis de variada natureza: peças ostensivas, reservadas, confidenciais, na classificação official. Há que discriminal-as de

---

<sup>154</sup> Carta do Cnel Angel de Hernández a Eduardo Duarte. Buenos Aires, 31 de enero de 1831. (AP. 1.009, MJC).



outra maneira ainda: com o crivo da erudição. Ficam assim joeiradas, como cumpre, as de aproveitar integralmente, as que só em parte servem, as que não entram em conta, por suspeitas ou sabidamente forjadas. Verendo, indiscutido monumento<sup>155</sup> não é qualquer manuscrito. Há sinceros, há artificiosos, maus, completos, incompletos, já o deixei manifesto. Há muitos que falam por si; outros que persistem numa cerrada mudez, se teimosa exegese não lhes desata a língua. Entregam-se-nos testes, como a hacánéa doce de bocca; rebeldes aquelles, como o cavallo selvagem. Indispensavel nos é "potrear" os ultimos, basta que, rendidos, nos prestem bom serviço: *mutatis mutandis* requerem o mesmo tratamento as humanas escripturas. Cumpre fazer-lhes o que fazemos ao bruto que lançamos no descampado. Metter-lhe o cabresto, em seguida as redeas, depois cingir-lhe os arreios, afim de que seja possivel domal-o, o que não há de ser faina de um dia. Transcurso um montão delles, impostos os "repases" de preceito, ginete e interprete sabem como haver-se. Não lhes escapa manha ou vicio, merito ou virtude: a competencia na sua arte deu a cada um o que somente com ella nos é permittido conseguir. (VARELA, 1935, p. 230).

Essa "doma" dos documentos se daria a partir de uma série de procedimentos. Langlois e Seignobos alertavam, entretanto, que "o menor erro que seja cometido no início, no meio ou no fim do trabalho [poderia] viciar todas as conclusões". Entretanto o método histórico, "apesar de suas condições defeituosas", seria capaz de conduzir a um conhecimento científico. (LANGLOIS; SEIGNOBOS, 1898, p. 39).

Método que estabelecia, em primeiro lugar, que, para saber a relação que liga o documento ao fato, era "necessário reconstituir toda a série de causas intermediárias, [...] começando com a inspeção do manuscrito (ou do impresso) para chegar ao fato antigo". (LANGLOIS; SEIGNOBOS, 1898, p. 39). Esse trabalho seria realizado com a ajuda das "ciências auxiliares" da História, que punham à sua disposição conhecimentos específicos "que tornariam o documento legível", prosseguia-se com a "crítica de inspeção", em que, "verificava-se a procedência do documento, suas diferentes versões, suas possíveis adulterações". (BREFE, 2005, p. 72). Depois vinha a "crítica de origem", para confirmar a sua procedência e autenticidade, "pois só dessa forma se poderia estar certo da verdade histórica que ele conteria". Então, "recolhidos e classificados, encontrada sua origem, os documentos

---

<sup>155</sup> Apesar de referir-se em vários trechos de sua obra aos documentos como monumentos, pensamos que o faz no primeiro sentido apontado por Le Goff: "tudo aquilo que pode evocar o passado, perpetuar a recordação, por exemplo, os actos escritos". (1984, p. 95). "Nesse sentido, o termo 'monumentos' será correntemente usado no século XIX para as grandes coleções de documentos." (1984, p. 96). Pensamos que Varela, apesar de falar nos cuidados do uso do documento e na necessidade da crítica documental, não o pensava como monumento no sentido que lhe dá Le Goff mais adiante em seu texto: "[...] o resultado de uma montagem, consciente ou inconsciente, da história, da época da sociedade que o produziram, mas também das épocas sucessivas durante as quais continuou a viver, talvez esquecido, durante as quais continuou a ser manipulado, ainda que pelo silêncio. [...] o testemunho, o ensinamento [...] que ele traz devem ser em primeiro lugar analisados desmistificando-lhe o seu significado aparente. O documento é monumento". (1984, p. 103).

deveriam então ser interpretados. Encetava-se assim o trabalho da hermenêutica". (BREFE, 2005, p. 73).

Mas esse procedimento não era suficiente. Coletados, classificados, criticados e interpretados os documentos e estabelecidos os fatos, o historiador ainda deveria ter claro que:

Os factos historicos fornecidos pelos documentos não são bastantes para occupar a composição, ha claros a preencher.

Dahi a necessidade do esforço constructivo, a que obedece o historiador, tomadas as cautelas para que se não entrelacem o raciocínio e a analyse documental, as conclusões de um exame de documentos e os resultados da argumentação; para que uma conjectura não assuma o aspecto da certeza, nem se lance mão de conclusões defeituosas.(TAUNAY, 1914, p. 339).

Nesse sentido, é interessante observar como, para resguardar-se de "conclusões defeituosas", Varela descreve seu trabalho de historiador. Podemos perceber que o testemunho ainda era apreciado, entretanto, o documento tinha valor preponderante, valendo-se também de outros recursos bibliográficos para suas análises:

Em minhas jornadas investigadoras, observei com fidelidade o roteiro dos magnos sabedores. Em primeiro lugar, tratei com amorosa diligencia de fixar a tradição oral. Em constantes peregrinações ouvi aos mais notados, como aos humildes, da grey heroica ainda sobrevivente. [...] Findo esse trabalho prévio, fundamental, voltei-me para outro, em que muitos annos gastados foram. Vivi entregue a insistente busca e leitura de manuscriptos da aurea quadra. Manejei todos os papeis soltos do Itamaraty. Quantidade immensa, no Archivo publico, na Bibliotheca nacional. Fóra do Paiz, tive entre mãos o que se me permitiu ver, ou logrei encontrar, nas colleções officiaes de Montevidéu, Lisboa, Madrid, Sevilha, Bolonha, extendendo a pesquisa a valiosos tombos privados, os do Marquez do Lavradio, Condes da Figueira e de Tarouca. Antes de frequentar o recinto das riquezas alheias, note-se, pude organizar os de casa propria. Organisei um vero thesouro, a que uma alma dadivosa opulentou sobremaneira, fazendo-me o regio presente do que herdara e constituia o maior dos archivos extremenhos, na orbita particular.

[...]

Votei-me, pois, mais do que nunca, aos livros de boa conta: percorri, um a um, todos os de historia que abraçam o campo da evolução austrina; inclusos os descriptivos de viagem, em nossos "pagos" ou nos contiguos.

Não me adstringi a isso aliaz.. Refresquei minhas noções de uma solida philosophia [...] visto que, sem a sua luz, nos é totalmente impossivel torcer a preceito o magico, subtilimo amarrilho: o fio de Adriadne (sic), com que novo Theseu nas profundezas ou escurezas do passado, há de sair victorioso, de tamanho labiryntho. (VARELA, 1935, p. 39-40).

Além de valer-se dos documentos era necessário referenciá-los, mesmo em obras mais gerais seria "indispensavel as citações das fontes historicas", deixando-se de lado as menções vagas " documento inédito, documento em meu archivo", que colocariam em dúvida sua

credibilidade. Pois a "credibilidade, para os documentos não [poderia] se obter, senão mediante os caracteres externos de autenticidade que [apresentassem]". (DOCCA, 1928, p.151).

Pensava-se também que, à medida que os documentos fossem encontrados organizados criticados e editados, o conhecimento histórico iria se ampliando. Era preferível que se descortinasse assim parceladamente antes que as grandes sínteses pudessem ser feitas, já que essas seriam de difícil execução, considerada a massa documental que ainda deveria ser trabalhada. Preconizava-se que a História avançaria com o esforço coletivo, em associações de intelectuais, "prestando cada um dos confrades informações seguras acerca do estudo e do progresso da especialidade a que se dedica". Sendo essa, segundo Docca ainda, "a razão e o objecto dos diversos institutos historicos existentes em nosso paiz". (DOCCA, 1928, p. 142).

Esse avanço dos estudos históricos só seria possível se os acervos fossem reunidos e se tornassem públicos, patrimônio documental do Estado. Entretanto, nesse período, a discussão sobre patrimônio histórico cultural ainda estava no início.

Apesar de nas décadas de 1920 e 1930, esse debate ter se intensificado, a regulamentação dessa questão ainda demoraria para iniciar a se consolidar. Nesse momento, uma das principais preocupações era a saída dos objetos de arte do país, entretanto, como coloca Pinheiro, os primeiros projetos de lei relativos à proteção do patrimônio acabaram refletindo uma "atitude esquizofrênica". Obras de arte e elementos construtivos arquitetônicos não poderiam sair do país, entretanto "poderiam ser retirados de seus edifícios de origem para serem incorporados a residências particulares". (PINHEIRO, 2006, p. 7)

A reflexão da autora sobre o pensamento predominante na época em relação às coleções particulares de bens considerados patrimônio artístico-cultural, aponta para que o direito à propriedade privada desses bens não era de nenhum modo questionada. Por outro lado, as iniciativas preservacionistas foram, aos poucos, conquistando um certo espaço no Congresso e no governo federal, com a criação da Inspetoria dos Monumentos Nacionais (1934) e do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (1936). Nesse mesmo período, a Constituição Federal de 1934, no capítulo 2, da Educação e da Cultura, estabelecia que caberia "[...] à União, aos Estados e aos Municípios favorecer e animar o desenvolvimento das ciências, das artes, das letras e da cultura em geral, proteger os objetos de interesse histórico e o patrimônio artístico do País, bem como prestar assistência ao trabalhador intelectual". Uma lei mais abrangente seria decretada em 1937, o Decreto-lei Nº 25. Esse contexto, em que a legislação era ainda muito incipiente, acabou por refletir-se na

própria escassez de documentos que tratam da incorporação do patrimônio documental de origem privada<sup>156</sup>.

Para além dos aspectos legais da preservação, gostaríamos de refletir também sobre esse patrimônio como legado, termo bastante usado no período estudado. Luciana Heymann, em artigo acerca da produção de legados, nos aproxima de alguns aspectos dessa questão. A autora esclarece que a sua conceituação de legado procura ir além da acepção mais comum, que estaria vinculada "aos princípios da ação política e às realizações que caracterizam a atuação pública dos personagens" e o caracteriza como "investimento social por meio do qual uma determinada memória individual é tornada exemplar ou fundadora de um projeto político, social, ideológico etc., sendo, a partir de então, abstraída de sua conjuntura e assimilada à história nacional". (HEYMANN, 2005, p. 2)

A autora, nesse artigo, refere a produção de legados de personagens individuais e dos lugares que abrigam essas memórias, entretanto os aportes que traz, a partir de uma leitura de Koselleck, são um interessante ponto de partida para pensar o acervo estudado. Parte da ideia de que a produção de um legado implicaria na "atualização (presente) de sua constante rememoração (futuro)". Com isso:

as ações que tomam os legados históricos como justificativa, sejam elas comemorações, publicações ou a organização de instituições alimentam o

---

<sup>156</sup> Nesse sentido vale lembrar os princípios arquivísticos vinculados ao patrimônio documental. Couture e Rousseau pontuam que "para que os arquivos permaneçam vivos e sejam utilizados e melhor entendidos, eles devem, o mais possível, ser conservados nos meios donde emanam ou que influenciaram a sua produção." (1998, p. 86) E o princípio da territorialidade que "estipula que os arquivos deveriam ser conservados nos serviços de arquivo do território em que foram produzidos". (1998, p.87) E reforçando essa idéia, no plano regional, "prevê que os arquivos, reflexo e emanção de um dado território, pertençam de direito à sociedade que lhes deu origem, e sejam conservados onde foram criados." (1998, p. 88)

Na Constituição de 1988, houve alguns avanços nas políticas de preservação documental, pois em seu artigo 216, inclui os documentos no "patrimônio cultural brasileiro". Com a Lei de Arquivos (8.159/1991), temos que: "Os arquivos privados podem ser identificados pelo Poder Público como de interesse público e social, desde que sejam considerados como conjuntos de fontes relevantes para a história e desenvolvimento científico nacional." Esses conjuntos documentais não poderão "ser alienados com dispersão ou perda da unidade documental, nem transferidos para o exterior", e que "na alienação desses arquivos o Poder Público exercerá preferência na aquisição." E o acesso a esses documentos "poderá ser franqueado mediante autorização de seu proprietário ou possuidor."

Temos que o termo "patrimônio documental" só vai aparecer a partir dos anos 2000. No Decreto 4073 de 3 janeiro de 2002, encontramos a primeira menção, referente à documentação dos órgãos e entidades federais extintos: "a assistência para a orientação necessária à preservação e à destinação do patrimônio documental acumulado".

Uma regulamentação que trata do patrimônio documental de maneira mais ampla é a portaria n. 259 de setembro de 2004, que cria o Comitê Nacional do Brasil do Programa Memória do Mundo da UNESCO. A portaria tem como pressuposto: "a importância da preservação do patrimônio documental brasileiro para o desenvolvimento da nação" e estabelece que "o Comitê tem como objetivo assegurar a preservação das coleções documentais de importância mundial, por meio de seu registro na lista do patrimônio documental da humanidade, democratizar o seu acesso e criar a consciência sobre a sua importância e a necessidade de preservá-lo." (CONARQ, 2014)

capital simbólico de que são dotados, um capital que carrega em si o atributo da continuidade, da sobrevivência ao tempo. (HEYMANN, 2005, p. 4)

O que o acervo do período farroupilha atualiza é a exemplaridade de uma época modelar e heroica, anterior a própria existência daqueles que o reuniram, mas da qual também participaram como herdeiros e divulgadores. Essa exemplaridade torna possível que a "experiência singular" à qual está associada a noção de legado seja ressignificada ao longo do tempo, "com sentidos que variam e se renovam, num processo em que o próprio legado é alimentado e ganha fôlego, sendo preservado juntamente com os agentes que a ele se associam". (HEYMANN, 2005, p. 4)

Por isso é importante que se estude a trajetória do conjunto documental dentro da instituição que o acolheu, e que também se modificou ao longo do tempo, para que se possa compreender, a partir da história das intervenções que o acervo foi sofrendo com o passar dos anos, como ele se constituiu no que é atualmente. Pois, como lembra Luciana Heymann:

a dimensão de escolha no tratamento dos arquivos, dentro de um quadro de possibilidades aberto pela própria documentação, faria do arquivista não um mero conservador, mas um "produtor" de saber obrigado a lançar mão de categorias e ferramentas intelectuais de natureza semelhante àquelas utilizadas na prática histórica, ainda que com objetivos distintos do historiador.

E, vale lembrar, essa "produção" de saber se dá desde a seleção dos documentos que serão recolhidos pela instituição e a partir de todos os elementos que estão nele envolvidos, e que viemos tratando até agora. A não incorporação de determinado conjunto documental ao acervo vai, a priori, limitar as possibilidades da escrita da história. Mas ainda que determinados fundos ou coleções sejam incorporados o tratamento que esses papéis vão sofrer ao longo do tempo, seja o arranjo realizado, o tipo de descrição que lhes facilita ou não o acesso ou mesmo as políticas de preservação também influenciarão e restringirão ou ampliarão essas possibilidades. Nesse sentido, é fundamental "explicitar as categorias colocadas em prática no tratamento documental e a estrutura arquivística por meio da qual o historiador acede aos documentos. (HEYMANN, 2008, p. 7)<sup>157</sup>

---

<sup>157</sup>José Subtil no seu estudo sobre "O desembargo do Paço", em que dedica um capítulo ao arquivo e a produção documental, refere ao fato dos historiadores se concentrarem na informação contida no conteúdo dos documentos e desprezarem "a estrutura e a tramitação burocrática onde se inserem esses mesmos documentos". Isso acarretaria um "déficit heurístico e hermenêutico", pois os documentos de arquivo não são peças isoladas, mas "elementos de um todo orgânico." Nesse sentido o historiador deve assumir "uma dupla desconfiança com os materiais de arquivo histórico": "uma desconfiança em relação à forma como lhe são sugeridas as séries documentais e uma desconfiança sobre o trabalho arquivístico desenvolvido sobre a documentação". O autor

Os arquivos e os arquivistas, ao tratarem os documentos e criarem a estrutura arquivística que dá acesso aos historiadores também participam na construção das políticas de identidade. No período estudado, ao longo do trabalho pudemos perceber em linhas gerais como isso foi se dando e o papel desempenhado por Eduardo Duarte nessa função. Terry Cook procura evidenciar essa questão quando considera que "conscientemente ou não, os arquivistas são artífices das políticas de identidade". Diz ainda:

Eles avaliam, coletam e preservam os suportes das noções de identidade. Estas são confirmadas e justificadas como documentos históricos validados pela autoridade da "evidência". Enquanto as relações entre arquivos e identidade ocorrem em diversos contextos históricos e culturais, questões comuns envolvendo o poder sobre os arquivos ligam as crises de identidade experimentadas por vários grupos subalternos que procuram construir uma identidade viável, autêntica e coesiva. Assim, o papel dos arquivos e arquivistas deve ser examinado contra esse pano de fundo de discurso sobre a identidade. (COOK, 2014, p. 26)

As construções identitárias que se valeram desse acervo no período estudado foram, mesmo que parcialmente, levantadas e discutidas. Mas caberia pensar também quantas alternativas identitárias ficaram de fora na construção do "ser gaúcho" ao longo do tempo? Nesse sentido parece bastante pertinente a reflexão de Canclini:

La identidad tiene su santuario en los monumentos y museos; está en todas las partes, pero se condensa en colecciones que reúnen lo esencial. Por eso las colecciones patrimoniales son necesarias, las conmemoraciones renuevan la solidaridad afectiva, los monumentos y museos se justifican como lugares donde se reproduce el sentido que encontramos al vivir juntos. Hay que reconocer a los tradicionalistas haber servido para preservar al patrimonio, democratizar el acceso y el uso de los bienes culturales, en medio a la indiferencia de otros sectores o la agresión de 'modernizadores' propios y extraños. Pero hoy resulta inverosímil e ineficiente la ideología en nombre de la cual se hacen casi siempre esas acciones: un humanismo que quiere reconciliar en las escuelas y museos, en las campañas de difusión cultural, las tradiciones de clases y etnias escindidas fuera de esas instituciones. (CANCLINI, 1989, p. 178, 179)

De arquivos públicos e privados ao Arquivo Público do Rio Grande do Sul, deste ao Arquivo Histórico no Museu Júlio de Castilhos e, por último, ao Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul. No percurso descrito, esse conjunto documental foi crescendo e se conformando no que resulta hoje o maior acervo sobre o período farroupilha. Ao passar por

---

afirma que sua aposta metodológica nesse sentido foi "compensadora porque permitiu conhecer, como de outra forma não seria possível, estruturas e procedimentos administrativos com importantes reflexos político-administrativos." (SUBTIL, 1996, p. 105-115)

essas instituições foi sendo ressignificado e também acabou por ressignificá-las. Luciana Heymann, nesse sentido, lembra-nos a "atentar para o fato deles circularem em espaços que dotam os documentos de significado, ao mesmo tempo em que os arquivos qualificam e legitimam esses espaços". (HEYMANN, 2008, p. 9). Atualmente o Arquivo Histórico encontra-se instalado no Memorial do Rio Grande do Sul que, pelo próprio nome, se trata de um lugar também criado para ser depositário da memória do Estado. Para pensar um pouco mais sobre o significado desse espaço podemos recorrer à reflexão de Nora:

Mas o que faz lugares de memória é aquilo pelo que, exatamente, eles escapam da história. Templum: recorte no indeterminado do profano – espaço ou tempo, espaço e tempo – de um círculo no interior do qual tudo conta, tudo simboliza, tudo significa. Nesse sentido, o lugar de memória é um lugar duplo; um lugar de excesso, fechado sobre si mesmo, fechado sobre sua identidade, e recolhido sobre seu nome, mas constantemente aberto sobre a extensão de suas significações. (NORA, 1993, P. 27)

A memória da Revolução Farroupilha, como todas as memórias, foi e é campo de disputas. Os distantes acalorados debates das décadas de 1920 e 1930 ecoam ainda hoje, embora venham mudando de foco com as mudanças políticas e de contexto histórico e a distância temporal tenha tornado um pouco menos sensível o que se refere a esse tema, já que não vivem mais os antigos combatentes ou seus descendentes diretos.

É a rememoração que "dá forma aos nossos elos de ligação com o passado, e os modos de rememorar nos definem no presente. Como indivíduos e sociedades, precisamos do passado para construir e ancorar nossas identidades e alimentar uma visão de futuro". (Huyssen, 2000, p. 67) A necessidade de rememoração desse passado "revolucionário e heróico" e sua constituição como forte marca identitária regional levou, entre outras coisas, à conformação de um vasto acervo documental que hoje público e disponível que pode espelhar outros olhares e ampliar nossa noção de identidade.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Grande parte do acervo sobre a Revolução Farroupilha se encontra atualmente no Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul. Por se tratar do maior acervo referente a esse episódio, importante marco identitário rio-grandense, esse conjunto documental tem sido, ao longo tempo, fonte inesgotável de pesquisas sobre esse período. Estudar a constituição desse acervo no Museu Júlio de Castilhos e Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, entre os anos 1925 e 1940, foi o objetivo principal deste trabalho.

A ideia surgiu a partir do estudo da história arquivística da Coleção Varela, que nos revelara a existência de uma interessante documentação administrativa, referente a esse período, a partir da qual seria possível acompanhar, ao menos em parte, a conformação desse importante acervo. Esses documentos também mostravam que, durante as comemorações do Centenário Farroupilha, haviam sido grandes os esforços envidados para ampliar e consolidar o acervo referente à Revolução dentro do Arquivo Histórico, que funcionava naquele momento junto ao Museu Júlio de Castilhos.

Para percorrer a trajetória desses documentos, entendemos que seria importante acompanhá-los desde sua produção até o ingresso na instituição pública, levando em consideração os fatores que acabaram por influir na sua incorporação. Para tal partimos do momento em que foram criados, durante a Revolução Farroupilha, e procuramos seguir seu percurso, quando uma grande parcela dos mesmos passou para coleções privadas, que foram ampliando-se e mudando de mãos ao longo do tempo, ao mesmo tempo que outra parte fazia o caminho institucional habitual.

Depois, traçamos também, ainda que brevemente, uma trajetória das instituições vinculadas à preservação documental no Estado, desde as tentativas frustradas do século XIX, até a fundação do Museu, do Arquivo e do Instituto Histórico e Geográfico, e os primeiros recolhimentos desse acervo.

Tendo constatado que os preparativos em torno das comemorações do Centenário Farroupilha, momento especialmente marcante política e culturalmente para o Estado, foram um impulso importante para a consolidação desse acervo, detivemo-nos no estudo desse evento. Procuramos levantar o seu contexto e os recolhimentos de acervos públicos e privados que resultaram da intensa mobilização em torno desses festejos.

Finalmente, abordamos sucintamente o ambiente intelectual sul-riograndense nas décadas de 1920 e 1930 e a consolidação dos estudos históricos nesse período. Voltamo-nos mais uma vez ao Arquivo Histórico e analisamos em linhas gerais a trajetória de Eduardo



Duarte, o principal responsável pela seleção e organização dos acervos nessa instituição. Por último, aproximamo-nos, a partir da Escola Metódica, da concepção de documento e tratamento documental e tecemos algumas considerações sobre patrimônio documental e memória farroupilha.

Percebemos que a formação de um patrimônio documental público se dá a partir de uma série de injunções e circunstâncias. Em primeiro lugar, temos o contexto político, social e institucional. Neste caso, nas décadas de 1920 e de 1930, principalmente, o Estado procurou se redefinir dentro do contexto nacional e, nesse sentido, esse "decênio heróico" tão importante para construção identitária do Rio Grande teve que ser ressignificado. A busca por essas novas significações redundou numa busca pelas fontes que as validassem. Também as mobilizações em torno das efemérides são importantes. A comemoração do Centenário, por exemplo, além da disponibilização de recursos extraordinários para a ampliação do acervo, serviu como motivação social, levando as pessoas a colaborarem. E, não podemos deixar de lembrar os fatores de ordem pessoal, cujo exemplo mais claro neste caso seriam os que marcaram a trajetória da Coleção Varela.

Apesar das tentativas de se pensar no maior número de fatores atuantes nesse processo, certamente muitos escaparam à análise, já que se trata de um fenômeno bastante complexo. Entretanto, acreditamos que foi possível vislumbrar algumas linhas mais gerais, que subjazeram a todo o processo e que foram descritas ao longo do trabalho. Para traçá-las foi necessário valer-se de aportes de vários campos. Neste caso, procuramos agregar principalmente conhecimentos das áreas de História e Arquivologia.

Por outro lado, ao realizar a pesquisa tivemos conhecimento da existência de uma quantidade bastante expressiva de documentos do Período Farroupilha que ainda se encontra em mãos privadas. Isso nos leva a considerar a necessidade e urgência de se pensar em meios de preservação desse patrimônio, pois a passagem do tempo não trabalha a favor de sua conservação. Além da deterioração natural do suporte, nada garante que a destinação que seus proprietários ou herdeiros vão dar a esses papeis redunde em sua preservação e na possibilidade de acesso.

Ainda nesse sentido, pensando agora no setor público, percebemos a importância de se atentar para a necessidade de organização e descrição dos acervos administrativos das instituições patrimoniais. Diante da prioridade de tratar de seus acervos de guarda, esses conjuntos documentais têm deixado de ser alvo de interesse por parte desses órgãos. Entretanto, são fontes fundamentais para o estudo dessas instituições e seus acervos e, portanto, também da constituição da memória, história e identidade regional e nacional.

Através deste estudo pudemos perceber que o fenômeno dos arquivos históricos e da formação dos acervos está longe de ter sido esgotado pelas pesquisas existentes e que certamente poderá ser ampliado, à medida que vão se alargando os horizontes das práticas arquivística e historiográfica. Independente de qual seja o ponto de partida: a instituição arquivística e suas políticas, a formação dos acervos, as práticas arquivísticas e o tratamento documental, a descrição arquivística e o acesso aos documentos e, principalmente sua divulgação, ou a prática histórica, suas teorias e seus métodos, a abordagem interdisciplinar certamente resulta proveitosa aos profissionais de ambas as áreas.

Para concluir, pensamos que, a reflexão sobre a formação dos acervos, também pode contribuir para que os arquivistas deixem de se perceber como "guardiões imparciais" dos documentos do passado, passem a ponderar mais sobre sua prática, e assumir o papel (que sempre tiveram) de formadores de saber, com toda a responsabilidade que isso implica. E, que os historiadores, possam se apropriar do entendimento de que a compreensão de determinada questão histórica passa também pela percepção do contexto em que estiveram e estão inseridos os documentos que serão fonte de pesquisa.

## REFERÊNCIAS

ABREU, Luciano Arone. **Um olhar regional sobre o Estado Novo**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2007.

ACADEMIA RIO-GRANDENSE DE LETRAS. **Apolinário Porto Alegre**. Disponível em: <http://arl.org.br/index.php/patronos/57-apolin%C3%A1rio-porto-alegre>. Acesso em: 15/12/2014.

ALVES, Francisco das Neves. Alfredo Ferreira Rodrigues: Esboço biográfico e uma breve incursão à sua forma de "fazer história". **Biblos**, Rio Grande. 22(2): 39-55, 2008.

ALVES, Francisco das Neves. Fazendo História no Rio Grande do Sul. A virada do século XIX para o XX: o trabalho de Alfredo Ferreira Rodrigues. **Historiae**, Rio Grande, 2 (1): 9-24, 2011.

ALVES, Francisco das Neves. Fontes para o estudo da História do rio Grande do Sul no acervo da Biblioteca Rio-grandense: o arquivo José Arthur Montenegro (levantamento parcial de fotografias). **Biblos**, Rio Grande, 16: 107-124, 2004.

ANHERZINI, Karina. Um metódico à brasileira: a escrita da história de Afonso de Taunay. **Revista de história** 160 (1º semestre de 2009), p. 221-260.

ARCE, Ana Ines. **Os Verendos restos da sublime geração farroupilha, que andei a recolher de entre o pó das idades: uma história arquivística da coleção Varela**. 2011. 108 f. Monografia de Conclusão de Curso (Bacharelado em Arquivologia) – Departamento de Ciências da Comunicação. Faculdade de Comunicação e Biblioteconomia. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011. Disponível em: [www.lume.ufrgs.br](http://www.lume.ufrgs.br)

BAKOS, Margaret Marchiori. **Porto Alegre e seus eternos intendent**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1996.

BARROS, José D'Assunção. **Teoria da História. II. Os primeiros Paradigmas: Positivismo e Historicismo**. Petrópolis:Vozes, 2011.

BENJAMIN, Walter. **Obras escolhidas II: Rua de mão única**. São Paulo: Brasiliense, 1993.

BELLOTTO, Heloisa Liberalli. **Arquivos Permanentes: tratamento documental**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

BOEIRA, Luciana Fernandes. O império do Brasil e o Rio Grande de São Pedro: Notas sobre o processo de constituição de uma escrita da história do Rio Grande do Sul no Brasil oitocentista. **X Encontro Estadual de História. O Brasil no sul: cruzando fronteiras entre o regional e o nacional**. Anais. Santa Maria, ANPUHRS, 2010.

BOEIRA, Luciana Fernandes. Quando historiar é inventar a nação: uma reflexão sobre o espaço de atuação do Instituto Histórico e Geográfico da Província de São Pedro na construção da idéia de nação brasileira no século XIX. **A MARGem - Estudos, Uberlândia - MG**, ano 1, n. 1, , jan./jun. 2008, p. 86-95.

BREFE, Ana Cláudia. **O Museu Paulista: Affonso de Taunay e a memória nacional, 1917-1945**. São Paulo: Editora UNESP: Museu Paulista, 2005.

BROTHMAN, Brien. The Past that Archives Keep: Memory, History, and the Preservation of Archival Records. **Archivaria**. Ottawa, n. 51, p. 48-80, spring 2001.

CAMPOS, Derocina Alves. **Federalismo versus centralização: a década de 1930 no Rio Grande do Sul**: Fundação Universidade de Rio Grande, 2001.

CAMPOS, Vanessa Gomes (org.). **Guia arquivos pessoais e coleções IHRGS**. Porto Alegre: Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul; Secretaria de Estado da Cultura do Rio Grande do Sul, 2013.

CANCLINI, Néstor García. **Culturas Híbridas. Estratégias para entrar y salir de la modernidad**. México: Editorial Grijalbo, 1989.

CERTEAU, Michel de. **A escrita da história**. Rio de Janeiro: Forense, 2011.

CLIFFORD, James. Colecionando arte e cultura. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**. Rio de Janeiro, n. 23, MINC/IPHAN, 1994. p. 69-89.

COLLOR, Lindolfo. A história e o Instituto Histórico. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Barcellos, Bertaso & Cia. - Livraria do Globo, I Trimestre, Anno I, 1921. p. 3-6.

CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS. Legislação arquivística brasileira e correlata. Disponível em [http://www.conarq.arquivonacional.gov.br/media/CONARQ\\_legarquivos\\_dezembro\\_2014\\_word.doc](http://www.conarq.arquivonacional.gov.br/media/CONARQ_legarquivos_dezembro_2014_word.doc) Acesso em: 20/01/2015.

COOK, Terry. Arquivos pessoais e arquivos institucionais: para um entendimento arquivístico comum da formação da memória em um mundo pós-moderno. **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, vol.11, nº21, 1998, p. 129 – 149.

COUTURE, Carol; ROUSSEAU, Jean-Yves. **Os fundamentos da disciplina arquivística**. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1998.

DIEHL, Astor Antonio. **A cultura historiográfica brasileira do IHGB aos anos 1930**. Passo Funso: EDIUPF, 1998.

DOCCA, Emílio Fernandes de Souza. O Estudo da História. **Revista do Museu e Arquivo Público do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Oficinas Graphics da Escola de Engenharia de Porto Alegre., n. 20, junho 1928.

DOSSE, François. **A história**. São Paulo: Editora UNESP, 2012.

DUARTE, Eduardo. **Da opulencia do Archivo Historico Rio-Grandense**. Porto Alegre: Oficinas Graphics da Escola de Engenharia de Porto Alegre, 1926. (Separata da Revista do Museu e Arquivo Publico do Rio Grande do Sul)

DUARTE, Eduardo. Meu encontro com Assis Brasil. **Revista do Museu Júlio de Castilhos e Arquivo Histórico do Estado do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Oficinas Gráficas da Imprensa Oficial, v.7 n.9,1958, p. 5-27.

FLORES, Moacyr. **Modelo Político dos Farrapos: as idéias políticas da Revolução Farroupilha**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1978.

GANNS, Cláudio. A trajetória de um pioneiro. In: **Visconde de Mauá. Autobiografia**. Rio de Janeiro: Zélio Valverde Editor, 1942.

GIOVANAZ, Marlise Maria. As Exposições Universais e seu impacto museológico: o caso da Exposição do Centenário Farroupilha, Brasil. **Revista Vox Musei arte e patrimônio**, Vol. 1 (1):, 2013, p. 318-329.

GIOVANAZ, Marlise Maria. Práticas de coleção: seleção e classificação dos restos do passado. **Anos 90**, Porto Alegre, n.11, julho de 1999.

GUILLAUME, Marc. **A política do patrimônio**. Porto: Campo das Letras, 2003.

GUIMARÃES, Lúcia Maria Paschoal. Circulação de saberes, sociabilidades e linhagens historiográficas: dois congressos de História Nacional (1914 e 1949). In: GUIMARÃES, Manuel Luiz Salgado. **Estudos sobre a escrita da história**. Rio de Janeiro; 7Letras, 2006. p. 162-181.

GUIMARÃES, Manuel Luiz Salgado. Vendo o passado: representação e escrita da história. **Anais do Museu Paulista**. v. 15. n.2. jul.-dez. 2007. p. 11-30. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/anaismp/v15n2/a02v15n2.pdf>.

GUTFREID, Ieda. **A historiografia rio-grandense**. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 1998. 2.ed.

HALPHEN, Louis. **L'histoire en France depuis cent ans**. Paris: Libraire Armand Colin, 1914.

HEYMANN, Luciana Quillet. Arquivos e interdisciplinaridade: algumas reflexões. In: **Seminário CPDOC 35 anos: A interdisciplinaridade nos estudos históricos**, 2008, Rio de Janeiro. Disponível em: [www.cpdoc.fgv.br](http://www.cpdoc.fgv.br)

HEYMANN, Luciana Quillet. **De "arquivo pessoal" a "patrimônio nacional": reflexões acerca da produção de "legados"**. Rio de Janeiro: CPDOC, 2005.

HUYSSSEN, Andreas. **Seduzidos pela memória: arquitetura, monumentos, mídia**. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2000.

KOSELLECK, Reinhart. Futuro passado. Contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto: Ed. PUC-Rio, 2006.

KÜHN, Fábio. **Breve História do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Leitura XXI, 2002.

LANGLOIS, Charles-Victor e SEIGNOBOS, Charles. **Introduction aux études historiques (1898)** Disponível em: [http://classiques.uqac.ca/classiques/Langlois\\_charles\\_victor/intro\\_etudes\\_historiques/seignobos\\_etudhisto.pdf](http://classiques.uqac.ca/classiques/Langlois_charles_victor/intro_etudes_historiques/seignobos_etudhisto.pdf) Acesso em: 10/10/2012

LE GOFF, Jacques. Documento/monumento. In: **ENCICLOPÉDIA EUNAUDI**. Porto: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1984. p 95-106.

LOVE, Joseph . A Revolução de 30 e o regionalismo gaúcho. **Simpósio sobre a Revolução de 30**, Porto Alegre: ERUS, 1983, p. 59 – 83.

MACHADO, Nara Helena Naumann. **A Exposição do Centenário Farroupilha. Ideologia e Arquitetura**. Dissertação de Mestrado PUCRS, Porto Alegre, 1990.

MANUAL DE ARRANJO E DESCRIÇÃO DE ARQUIVOS – Associação dos Arquivistas Holandeses. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1973.

MARTINS, Jefferson Teles. T. **O Pensamento Histórico e Social de Jorge Salis Goulart: uma incursão pelo "campo intelectual" rio-grandense (1920-1930)**. Dissertação de mestrado. PUCRS, 2011. Disponível em: <http://repositorio.pucrs.br/dspace/bitstream/10923/3799/1/000430083Texto%2bCompleto-0.pdf> Acesso em: 10/12/2014.

MASTROGREGORI, Massimo. Historiografia e tradição das lembranças. MALERBA, Jurandir (org.) **A história escrita: teoria e história da historiografia**. São Paulo : Contexto, 2008.

MENEGAT, Carla. **O tramado, a pena e as tropas: família, política e negócios do casal Domingos José de Almeida e Bernardina Rodrigues Barcellos. (Rio Grande de São Pedro, Século XIX)**. Porto Alegre: UFRGS, 2009. Dissertação de Mestrado.

MIRANDA, Márcia Eckert; LEITE, Carlos Roberto Saraiva da Costa (Org.). **Jornais raros do MUSECOM 1808-1924**. Porto Alegre: Comunicação Impressa, 2008.

NEDEL, L. B.; RODRIGUES, Mara Cristina. Historiografia, crítica e autocrítica: itinerários da história no Rio Grande do Sul. **Ágora - UNISC- Santa Cruz do Sul**, v. 13, n. 1, p. 151-175, 2005.

NEDEL, Letícia Borges. Breviário de um museu mutante. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, ano 11, n. 23, , jan/jun 2005, p. 87-112.

NEDEL, Letícia Borges. **Paisagens da Província: o regionalismo sul-rio-grandense e o Museu Julio de Castilhos nos anos cinquenta**. Rio de Janeiro: IFCS/UFRJ, 1999. Dissertação de mestrado.

NORA, Pierre. Entre Memória e História. A problemática dos lugares. **Projeto História**, São Paulo, (10). dez. 1993.

PAES, Marilena Leite. **Arquivo: teoria e prática**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

PERETTI, Luis Armando e GIOVANAZ; Marlise Maria. O Museu como locus de produção da história nacional e regional: o caso do Museu Júlio de Castilhos. **Revista de Iniciação Científica/Universidade Luterana do Brasil**, Canoas, vol. 1, n. 1, p. 159-168, 2003.

PICCOLO, Helga Iracema Landgraf; e PADOIN, Maria Medianeira (dir.). **História Geral do Rio Grande do Sul: Império (vol. 2)**. Passo Fundo: Méritos Editora, 2006.

PINHEIRO; Maria Lucia Bressan. Origens da noção de preservação do patrimônio cultural do Brasil. **Risco: Revista de Pesquisa em Arquitetura e Urbanismo**. (on line), n. 3, p. 4-14, 2006. Disponível em: [http://www.arquitetura.eesc.usp.br/revista\\_risco/Risco3-pdf/art1\\_risco3.pdf](http://www.arquitetura.eesc.usp.br/revista_risco/Risco3-pdf/art1_risco3.pdf) Acesso em: 20/10/2010.

POLLAK, Michael. Memória e Identidade Social. **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, vol.5, n.10, 1992.

POMIAN, Krzysztof. Coleção. In: **ENCICLOPÉDIA EUNAUDI**. Porto: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1984.p. 51-86.

POMIAN, Krzysztof. **Sobre la historia**. Madrid: Cátedra, 2007.

PROCHASSON, Christophe. "Atenção: Verdade!" Arquivos Privados e Renovação das Práticas Historiográficas. **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, vol.11, nº21, 1998, p.105- 119.

RANGEL, Carlos Roberto da Rosa. O governo de Flores da Cunha: entre o regional e o nacional. GERTZ, René (dir.) **República: da revolução de 1930 à Ditadura Militar (1930-1985)**. Passo Fundo: Méritos, 2007.

RECKZIEGEL, Ana Luiza Setti; e AXT, Gunter (dir.). **História Geral do Rio Grande do Sul: República Velha (1889-1930) (vol. 3, tomo I)**. Passo Fundo: Méritos, 2007.

REICHARDT, H. Canabarro. Alfredo Varela – Centenário de Nascimento. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**. Rio de Janeiro, vol. 263, abril-junho 1964. p. 157- 170.

REVISTA DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO RIO GRANDE DO SUL. Porto Alegre: Oficinas Gráficas da Livraria do Globo, IV trimestre, Ano XIV, 1934.

RIBEIRO, Fernanda. Arquivos-memória-história: algumas reflexões. **População e Sociedade**, v. 9, p. 19-21, 2002b. Disponível em: <<http://repositorio-aberto.up.pt/handle/10216/20306>>. Acesso em: 16 jun. 2010.

RODRIGUES, Mara Cristina de Matos. A releitura do passado farroupilha no IHGB (1921–1935): memória republicana e legitimidades intelectuais. **Revista Tempo**, Vol. 19 n. 35, 2013, Jul. – Dez. 2013: 161-183.

SCHEIDT, Eduardo. O processo de construção da memória da Revolução Farroupilha. **Revista de História (USP)**. São Paulo, n. 147, 2002.

SCHWARTZ, Joan M.; COOK, Terry. Arquivo, Documentos e Poder: A construção da memória moderna. **Registro: Revista do Arquivo Público Municipal de**

**Indaiatuba/Fundação Pró-memória de Indaiatuba.** Indaiatuba, vol.3, n. 3, p. 15- 30, julho 2004.

SILVA, Florencio de Abreu e. Discurso proferido pelo Dr. Florencio de Abreu. **Revista do Instituto Histórico Geográfico do Rio Grande do Sul.** Porto Alegre: Typographia do centro, I e II Trimestre, anno III, 1923.

SILVA, Jaisson Oliveira da. **A epopéia dos titãs do pampa: historiografia e narrativa épica na História da Grande Revolução, de Alfredo Varela.** Porto Alegre: UFRGS, 2010. Dissertação de Mestrado.

SILVEIRA, Daniela Oliveira. **"O passado está prenhe do futuro" : a escrita da história no Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul (1920-30).** Porto Alegre: UFRGS, 2008. Dissertação de Mestrado.

SPALDING, Walter. **Construtores do Rio Grande.** Porto Alegre: Sulina, 1969. I Volume.

SPINELLI, Teniza (org.). **Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul: história, publicações e legislação.** Porto Alegre: EST Edições, 2005.

SUBTIL, José. **O desembargo do Paço (1750-1833).** Lisboa: Universidade Autônoma, 1996.

TANUS, Gabrielle Francinne de Souza Carvalho; ARAÚJO, Carlos Alberto Ávila. **Encontros Bibli: revista eletrônica de biblioteconomia e ciência da informação**, v. 18, n. 37, p. 83-102, mai./ago., 2013. Disponível em <https://periodicos.ufsc.br/index.php/eb/article/view/1518-2924.2013v18n37p83/25333>

TAUNAY, Affonso de. Os princípios da moderna crítica histórica. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo.** São Paulo: Imprimerie E. Arrault et Ca, 1914. Vol XVI. p. 323 - 344.

VARELA, Alfredo. **Descrição physica, historica e economica.** Porto Alegre: Echenique & Irmãos/Livr. Universal, 1897.

VARELA, Alfredo. **Ensaio e críticas.** Rio de Janeiro: Instituto América, 1948.

VARELA, Alfredo. **História da Grande Revolução. O Cyclo Farroupilha no Brasil.** Porto Alegre: Globo, 1933. vol. 6.

VARELA, Alfredo. **Rememranças. Tempos idos e vividos.** Rio de Janeiro: AGUSA Editora, 1959. 2v.

VARELA, Alfredo. **Res Avíta. O idealismo farrapo e a crítica de escada abaixo I. Tempos idos e vividos ou interpretação com espírito de amor II.** Lisboa: Tipografia Mauricio & Monteiro, 1935.

VARELA, Alfredo. **Revoluções Cisplatinas. A República Rio-Grandense.** Porto: Chardron, 1915. 2 vols.



VARELA, Alfredo. **Solar Brasília. Remate nos muros austrinos.** Rio de Janeiro: Instituto América, s.d. 2v.

VILLAS-BÔAS, Pedro. **Notas de bibliografia sul-rio-grandense: autores.** Porto Alegre: A Nação; Instituto Estadual do Livro, 1974.

WEBER, Beatriz Teixeira. **As artes de curar: Medicina, Religião, Magia e Positivismo na República Rio-Grandense - 1889-1928.** Santa Maria: Ed. da UFSM; Bauru: EDUSC, 1999.

## **Fontes:**

### **Arquivo Histórico de Porto Alegre Moysés Vellinho**

- A Federação – 1935, 1936.
- Correio do Povo – 1935, 1936.
- Exposição do Centenário Farroupilha – Fundo Gabinete do Prefeito, caixas 29, 30 e 31.

### **Biblioteca Central PUCRS**

- Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul - 1921 a 1936.
- Revista do Archivo Público do Rio Grande do Sul - 1921 a 1925.
- Revista do Museu e Arquivo Público - 1927 a 1930.
- Revista do Museu Júlio de Castilhos e Arquivo Histórico do Estado do Rio Grande do Sul - 1958.

### **Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul**

ARQUIVO HISTÓRICO DO RIO GRANDE DO SUL. Anais. Vol. 2. Porto Alegre: Instituto Estadual do Livro, 1978.

ARQUIVO HISTÓRICO DO RIO GRANDE DO SUL. Anais. Vol. 3. Porto Alegre: Instituto Estadual do Livro, 1979.

ARQUIVO HISTÓRICO DO RIO GRANDE DO SUL. Anais. Vol. 5. Porto Alegre: Instituto Estadual do Livro, 1981.

- Relatórios da Secretaria de Estado do Interior e Exterior ao Presidente do Estado do Rio Grande do Sul – 1920 a 1930
- Relatório do diretor geral da Repartição Central ao Secretário de Estado dos Negócios do Interior – 1937
- Coleção Varela

- Coleção Eduardo Duarte

### **Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul**

- Fundo Eduardo Duarte

- Livros de Atas - 1920-1934 e 1935-1944

- Correspondência ativa - 1931-1933

- Correspondência passiva - 1932-1933

### **Museu Júlio de Castilhos**

- Documentação administrativa (ofícios expedidos e recebidos) - 1903 a 1940.

**ANEXO A**

**CATALOGO DO ARQUIVO VARELLA\***

**(2<sup>a</sup>. Via)**

**MUSEU E ARQUIVO HISTORICO DO RIO GRANDE DO SUL.**

**-1936-**

---

\* Transcrição realizada respeitando a grafia original

ARQUIVO VARELA..Maços:

- 1 - Administração da Fazenda (1840-44) documentos 198.
- 2 - Administração da Fazenda (idem ) documentos 164.
- 3 - Administração da Fazenda (idem ) documentos 153.

COLEÇÃO ABRILINA.

- 1 – Preciosos documentos muitos dos quaes subsidiarios á biografia de Bento Gonçalves; outros ao estudo da Independencia da Patria, no que se refere ao Rio Grande. Manifesto da minoria da Assembléa Constituinte. (1843) Documentos 184.
- 2 – Ofícios e cartas de Bento Gonçalves a Domingos José de Almeida, João Antonio da Silveira e José Mariano de Matos (dossier preciosissimo) Documentos 214
- 3 – Correspondencia oficial de Bento Gonçalves e Neto a João Antonio da Silveira, Domingos José de Almeida, David Canabarro e outros. Documentos 142.
- 4 – Correspondencia oficial ativa de Bento Gonçalves, Antonio de Souza Neto, João Antonio da Silveira, David Canabarro, José Pinheiro de Ulhõa Cintra, José da Silva Brandão, Serafim dos Anjos França e Antonio Vicente. Documentos 159.
- 5 – Bernardo Pires, Bento Gonçalves, Antonio Neto – Com bate do Rio Pardo, Domingos José de Almeida, Serafim dos Anjos França, José da Silva Brandão, Ministro da Guerra, Manoel Lucas de Oliveira (Selo da Republica) João José Damasceno, Florentino de Souza Leite, Urbano Soares e John B.Griggs. Documentos 118.
- 6 – Correspondencia ativa de Antonio de Souza Neto e João Antonio da Silveira, Domingos José de Almeida, Vasconcelos Jarim e outros. Documentos 168.
- 7 – Correspondencia ativa de David Canabarro, Bento Manoel Ribeiro, Sebastião Ribeiro, Ulhõa Cinta, Manoel Lucas de Oliveira, e Serafim Joaquim de Alencastre. Documentos 164.
- 8 – Documentos diversos. Ofícios dirigidos a Domingos José de Almeida. Documentos 197.
- 10 – Correspondencia ativa de Domingos Crescencio de Carvalho, Marcelino José do Carmo, Demetrio Ribeiro, José Gomes Portinho, Teodoro José Ribeiro, A – gostinho José de Melo, Joaquim Pedro Soares, João José Damasceno e Onofre Pires. Documentos 88. (89)
- 11 – Correspondencia ativa de Jacinto Guedes, Joaquim Pedro, José Gomes Portinho Ismael Soares, Onofre Pires da Silveira Canto, Amaral Ferrador, Antonio Paulo da Fontoura, Serafim Joaquim de Alencastre, Bernardo Pires e outros. Documentos 243.
- 12 – Correspondencia ativa de João Simplicio Ferreira, José Alves Valença, José mariano de Matos, Joaquim Pedro Soares, José Gomes de Vasconcelos Jardim, Luiz José Ribeiro Barreto, Luiz Rosseti, Antonio Manoel do Amaral e Serafim Joaquim de Alencastre. Documentos 105
- 13 – Correspondencia de Joaquim Teixeira Nunes, Manoel <sup>a</sup> de Porciuncula, Manoel dos Santos Campelo, Joaquim Pedro Soares e Jacinto Guedes da Luz. Documentos 86.
- 14 – Correspondencia de Jeronimo José de Castilhos, Florentino de Souza Leite, José Alves Valença, Antonio manoel do Amaral, Camilo Campleo, Felis – berto Machado de Carvalho Ourique, José Manoel de Leão, José Ribeiro de (página cortada, provavelmente na encadernação)

## (II)

Documentos 89.

- 15 – Correspondencia de José Jeronimo do Amaral, Vasco Marques de Souza, Rafael de Souza Neto, Francisco José Gonçalves da Silva, Ismael Soares, Bernardo Pires, Maximino Rodrigues Fernandes, Luiz José da Fontoura Palmeiro e outros.  
Documentos 143.
- 16 – Copias de officios relativos á demissão dos consules de Portugal e Espanha. Compromissos e formulas de compromissos para o gozo do indulto concedido pelo Decreto de 13 de janeiro de 1838.  
Requerimentos e officios varios.  
Documentos 103.
- 17 – Correspondencia de José Gomes Jardim, Antonio Paulo da Fontoura, Domingos José de Almeida, João Manoel e outros.  
Copia da "Oração de Sapiencia", proferida pelo padre João de Santa Barbara, na inauguração da aula de filosofia em Porto Alegre (1821) e sermões proferidos pelo mesmo.  
Documentos 142.
- 18 – Correspondencia do ditador Francia, do Paraguay, sobre a ida de Antonio Manoel Correia da Camara, como plenipotenciario do governo riograndense.  
Documentos sobre a anexação da Banda Oriental ao reino de Portugal (1821)  
Cartas de Bernardo Pires, Crescencio, Lucas e outros.  
Documentos 74.
- 19 – Officios de Madarriaga, Lavalleja, Servando Gomes e Rivera a Antonio da Silveira e Domingos José de Almeida. Correspondencia de Antonio Manoel Correia da Camara, -Officios de Bento Manoel Ribeiro, Manoel Lucas de Oliveira, José Gomes Portinho, Manoel Lucas de Lima e Sebastião Ribeiro.  
Documentos 154.
- 20 – Officios diversos firmados por Bonifacio Isas Calderon, Vicente Lucas de Oliveira, Germano de Salisch, Prado Lima, Antonio Paulo da Fontoura, Padre Chagas Martins Avila e Souza, Francisco Modesto Franco, Demetrio Ribeiro, Ulhôa Cintra, Manoel Carvalho de Aragão e Sila, Francisco Pedro de Abreu, José Ribeiro de Almeida, José Manoel de Leão e outros.  
Documentos 123.
- 21 – Decretos impressos da Republica. Cartas de Bento Gonçalves, Canabarro, Netto e outros.  
Numeros avulsos do "O Americano". Publica-forma das condições estipuladas por Bento Manoel, na rendição da ilha do Fanfa.  
Documentos 169.
- 22 – Ordens do Dia, Proclamações e Boletins.  
Documentos 111 (inclusive 4 jornaes)
- 23 – Livro de Registo – Decretos e Avizos – da Republica Riograndense.  
Documentos 252.
- 24 – Decretos, Instruções, Avizos, Alvarás e Circulares.  
Documentos 106.
- 25 – Decretos, Circulares e Regulamentos.  
Documentos 88.
- 26 – Correspondencia de Domingos José de Almeida.  
Documentos 126.
- 27 – Correspondencia do ministro da fazenda Domingos José de Almeida.  
Documentos 266
- 28 – Copiador de cartas do Ministro da Fazenda Domingos José de Almeida.  
Documentos 245.
- 29 – Domingos José de Almeida – correspondencia epistolar ativa e passiva; minutas de cartas e requerimentos, com as respectivas certidões.  
Documentos 189.
- 30 – Correspondencia ativa e passiva de Domingos José de Almeida.  
Documentos [274 ? final de página cortado]

## (III)

- 31 – Correspondencia de Luiz José Ribeiro Barreto e José da Silva Brandão. Documentos 129.
- 32 – Registo de Correspondencia oficial de Luiz Ribeiro Barreto. Idem de Domingos José de Almeida (1839-42) e João Antonio da Silveira (1838-39). Correspondencia passiva de Domingos José de Almeida com Robert Bisley sobre assuntos respeitantes à marinha (naufragio do padre Roberto Bisley, corsario riograndense a 12 de maio de 1839).
- 33 – Correspondencia ativa de Antonio Vicente da Fontoura. Documentos 90.
- 34 – idem de Domingos José de Almeida. Documentos 304.
- 35 – Diversos documentos e minutas de proclamações: comunicação do Grande Oriente de Londres sobre auxilios aos riograndenses. Documentos 107.
- 36 – Correspondencia de officiaes legalistas. Documentos 147.
- 37 – Legalistas: Felipe Neri de Oliveira, José Joaquim de Andrade Neves, João da Silva Tavares, João Paulo Santos Barreto, Antonio Correia Seára, Antonio Felix Lobo e outros.  
Correspondencia oficial em original e copias autenticadas constante de partes de combate e operações, ordens de operações. Noticias sobre posições inimigas, etc.- Requerimento do major Manoel Luiz Osorio. Documentos 156.
- 38 – Officios de Thomaz José da Silva, Bonifacio Isas Calderon, Francisco Xavier da Cunha e outros. Documentos 137.
- 39 – Correspondencia de officiaes legalistas – Participação do coronel Jacinto Pinto de Araujo Correia sobre o assalto a São José do Norte (16 de julho de 1840) Officios do coronel dr. João Daniel Hillebrand, Joaquim de Andrade Neves e outros. Documentos 210.
- 40 – Legalistas (1839) Francisco de Castro Matutino Pitta, Brigadeiro – Antonio Correia Seára, Brigadeiro- J.C.Centeno – João da Silva Tavares, coronel- Frederico Maristh – Manoel dos Santos Loureiro – Thomas Jozé da Silva, Marechal – Salustiano Severiano dos Reis, coronel – Vicente Paulo Vi – las-Bôas – Visconde de Castro, brigadeiro – Francisco Pedro, major – Paulo de Souza Alano – Rodrigo Antonio de Souza, capitão – João Propicio Menna Barreto, coronel – Florisbello Antonio de Avila, coronel – Francisco Felix Pereira Pinto, major –  
Relação nominal dos officiaes de 1 a. linha rebeldes – Encontro das Xar – queadas (Chico-Pedro) – Felipe Neri de Oliveira – Antonio Elzeario de Miranda e Brito – Lopo Botelho, major – Frederico Mariath, chefe de marinha – Bonifacio Isas Calderon, brigadeiro – Henrique Beaurepaire Rohan, Antonio Soares de Paiva – Guilherme Parker, capitão de fragata – João Frederico Caldwell, tenentecoronel, John Pascoe Greenfell e Joaquim Pedro Berlinck. Documentos 190.
- 41 – Legalistas: Felipe Neri de Oliveira, Soares de Andréa, João Pascoe Green – fell, Bonifacio Isas Calderon, andrade Neves, Silva Tavares, Manoel Luiz Osorio, Francisco Pedro de Abreu, Manoel Jorge Rodrigues, José Antonio Martins, Manoel dos Santos Loureiro, José Ignacio da Silva Oribe, João Paulo dos Santos Barretos e outros.  
Relação de rebeldes presos e enviados a Porto Alegre. Documentos 120.
- 42 – Legalistas – Cópia autenticada da parte de combate de 16 de julho de 1840, em São José do Norte. Varios mapas de forças: mapa da força do exercito em operações na provincia de São Pedro do Rio Grande do Sul, em 1846. Relações de prisioneiros e apresentados dos rebeldes. Ordens do dia e ordem geral do Conde do Riopardo, 18 de abril de 1841. Itinerario de marcha de Andrade Neves. Farta correspondencia dos principaes chefes legalistas e presidentes da provincia. (1840-45)  
[não aparece o número de documentos – página cortada]

## -IV-

- 43 – Comunicações de prisões de rebeldes. Instruções aos comandantes da Força Policial. Ordens de prisão contra o padre Francisco das Chagas Martins Avila e Souza e varios outros cidadãos riograndenses; ordens de deportações firmadas pelo presidente Antero José Ferreira de Brito. Ordem de Antonio Elzeario de Miranda e Brito, Comandante das Armas da Côrte, ao cel João Frederico Caldwell para seguir para o Rio Grande de São Pedro, em 26 de agosto de 1837.  
Parecer do capitão Henrique Beaurepaire Rohan sobre as prisões milita – res de Porto Alegre.  
Documentos relativos á requisição de officiaes e soldados por parte do presidente de Santa Catharina, Francisco José de Souza Soares de Andréa. Oficio de Labatut e John Pascoe Greenfell. Oficio de Gaspar José Lis – boa a Manoel Jorge Rodrigues sobre a revolução no Uruguai e a conduta hostil de Lavalleja e Ferré para com o Imperio.  
Documentos 136.
- 44 – Impressos – Proclamações e Ordens do Dia do Exercito Legalista (1839-1845)  
Documentos 111.
- 45 – Correspondencia diversa: a mor parte a Domingos José de Almeida. Compromissos para o gozo do indulto concedido pelo decreto de 13 de janeiro de 1838.  
Titulo de anistia a favor do rebelde Guilhermino Joaquim Gonçalves, assinado pelo Barão de Caxias.  
Condições de paz. Proclamação de David Canabarro em Ponche-Verde, 28 de Fevereiro de 1845, comunicando a paz.  
Documentos 178.
- 46 – Correspondencia epistolar oficial passiva de Domingos José de Almeida e João Antonio da Silveira: a mor parte as primeiro.  
Antonio José Gonçalves Chaves e Antonio Manoel Correia da Camara, Joaquim dos Santos Prado Lima, Francisco das Chagas Martins Avila e Souza, Domingos Moreira e outros. Uma proclamação.  
Documentos 152.
- 47 – Correspondencia passiva de Domingos José de Almeida. Alguns officios de João Antonio da Silveira.  
Documentos 197.
- 48 – Correspondencia passiva do ministro Domingos José de Almeida. Papeis referentes ao Ministerio da Fazenda: contas, recibos, requerimentos, etc.  
Documentos 207.
- 49 – Correspondencia passiva de José Antonio da Silveira e Domingos José de Almeida. Ordens de pagamento, pedido de fornecimento, relações de generos, etc. Papeis pertinentes ao ministerio da fazenda. Partes de deserções.  
Documentos 208.
- 50 – Oficio de Pedro José Vieira ("Perico El Bailarin") ao ministro Almeida, 22 de abril de 1840.  
Correspondencia de Boucquin des Hilaires, encarregado dos Hospitales Militares ao Ministro Almeida. (parte em francez)  
Documentos 177.
- 51 – Correspondencia variada a mor parte pertencente a Domingos José de Almeida. Instruções do presidente General Andréa sobre colonias (1850) Averiguações acerca da conduta do general Neto, no Estado Oriental. Cópia da Lei n.34, de 28 de janeiro de 1857, elevando á categoria de vila as freguezias de Passo-Fundo e Cangussú.  
Documentos 153.
- 52 – Estatutos da Confederação do Equador (comentados) Rio de Janeiro. 1824. Borrador com minutas de cartas de Antonio Vicente da Fontoura.  
Documentos 107.
- 53 – Copias de partes do padre Chagas (Ministerios) Discurso do mesmo. Relações dos corpos de Caçapava, Cachoeira e Cruz-alta sobre remesas de fazendas. Correspondencia de Bento Gonçalves a Almeida.

-V-

cont.

- 53 – Cópia de documento do processo de Manoel Gomes Pereira. Pedido de indulto dos irmãos Izaias e Joaquim da Silva Soares.  
Representação contra o tenente-coronel João José Damasceno.  
Documentos sobre Ituzaingó – Papeis do padre Chagas. Parte do Ataque a Jaguarão, 21 de janeiro de 1844.  
Exame da dívida do extinto governo da revolução.  
Fê de ofício de João Rodrigues Barbosa.  
Ofício de Bento Gonçalves e Sebastião Xavier do Amaral Sarmento Mena, do Princípio da revolução; importante, como diz Mena, por provar que a revolução, em sua origem, não foi feita contra a forma de governo e sim contra o presidente e comandante das armas.  
Requerimento de José Joaquim Barbosa e atestados anexos, pedindo ao barão de Caxias reversão ao serviço do governo.  
Documentos 75.
- 54 – Primórdios da revolução. Proclamações e Manifestos. Projetos de lei, ordens do dia. Parte do início da Revolução em Porto Alegre, ofícios diversos.  
Documentos 58.
- 55 – Impressos. Correspondência trocada entre Bento Gonçalves e o marechal Andrea. Carta-proclamação dos Riograndenses a seus patricios em armas contra o Imperio. Relação de presos na Corte pelos acontecimentos políticos do Rio Grande do Sul.  
Relatório da situação da provincia apresentado pelo dr. Saturnino de Souza e Oliveira ao passar a presidencia ao barão de Caxias, em 1842.  
Ofício da Camara de Alegrete ao deputado Domingos José de Almeida. Resultado das eleições para deputado à Assembleia Constituinte do Estado, realizadas a 26 de setembro de 1842. Comunicado. Regimento Interno da Assembléa Legislativa. Proclamação- Boletins de Caçapava e Alegrete. Decretos da República. Correspondência de José Rodrigues Barbosa, Felicissimo Martins, Caxias, Mattos. Guarnição de Porto Alegre. "Humanidade e Justiça".  
Documentos 130.
- 56 – Registo de Correspondência oficial da Republica. (1841-43)  
Tratado do Canguê. Propostas do Conde D'Ervais.  
Documentos 355.
- 57 – (Não consta da Relação recebida)
- 58 – idem, idem.
- 59 – Impressos referentes á Aclamação de Dom Pedro. Proclamação de José Feliciano Fernandes Pinheiro, 1825. Lavallega e Rivera.  
Partes de operações. Decretos da Republica. Apontamentos para a biografia do Visconde de São Gabriel.  
Documentos 124.
- 60 – Tres autografos de Garibaldi. Relação dos sucessos ocorridos de dezembro de 1842 a 1844, por Manoel Lucas de Oliveira.  
Ofícios de Manoel Lucas de Oliveira, Ministro da Guerra da Republica.  
Necrologia de Bento Gonçalves da Silva, escrita e publicada pelo seu amigo Domingos José de Almeida. (Anexo: modelo de barretina usada pelo exercito Republicano)  
Documentos 47.
- 61 – Domingos José de Almeida: Necrologio de Bento Gonçalves.  
Rascunho do discurso proferido na Camara dos Deputados pelo snr. José de Paiva Magalhães Calvet, representante da provincia do Rio Grande.  
Borrador de ofícios.  
Documentos 534.
- 62 – Ordens do Dia da Guerra do Paraguay. Correspondência de David Canabarro. (Assuntos referentes á guerra do Paraguay.)  
Documentos 168.
- 63 – Brasil-reino. (1821) Proclamações, Editaes e Resoluções da Regencia do Rei no em nome do snr. Dom João VI.  
Brasil-imperio (11 folhas de papel-selado)  
Documentos 111.
- 64 – (Não consta da Relação recebida)



## -VI-

- 65 – (Não consta da relação recebida)
- 66 – Memórias manuscritas de Calderon (3) Joaquim Gonçalves (1) Felicissimo (1) Curitiba (1) Jullien (1) Felix da Cunha (1) Gaspar Mena: coleção de Poesias, sátiras a Pedro Boticario e resposta, hino ao 20 de setembro. Documentos 13
- 67 – Documentos relativos á Revolução de 1835, copiados pelo finado Raul Nielsen: correspondencia de chefes rebeldes, artigos de jornaes da epoca, pro – clamações, ordens do dia, etc.
- 68 – Idem, idem. Cédulas eleitoraes. Documentos sobre o sargento-mor Alexandre Luiz de Queiroz. Manifesto de Domingos José de Almeida e José de Paiva Magalhães Calvet. Discurso pronunciado pelo marquez do Herval., no Parlamento Nacional, quando senador pelo Rio Grande do Sul. Folhetos de poesias dedicadas a Dom Pedro II, por Antonio José Rodrigues. Memoria historica sobre as causas dos acontecimentos qua mais immediatamente precederam a sedição de 20 de setembro de 1835, na cidade de Porto Alegre, capital da provincia do Rio Grande do Sul. (Caldeira) Anacephaleose abreviada da vida de Pedro José de Abreu e sua familia. Ordens do Dia e correspondencia do tenente-general Manoel Jorge Rodrigues, Arquivo do snr. Nestor Ascoli.- Copias fornecidas pelo snr. Floris – belo Freire. Varias outras copias do mesmo snr. Raul Nielsen.
- 69 – Coleção de jornaes: "O Vigilante", "A sentinela da liberdade", "O Anunciante" e "O mestre barbeiro".
- 70 – Coleções do "Povo" e "Americano".
- 71 – Volumes dos jornaes "Correio Oficial", "Recopilador Liberal", "Continentista", "Imparcial", "Liberal Riograndense", "Aurora Fluminense", "Sentinela da Liberdade", "Gazeta Mercantil", "Republica", "Comercio", "Murmurios do Guai-Ba". Tres numeros da Revista do Partenon Literario.
- 72 – Araripe: "Guerra Civil no Rio Grande do Sul", anotado pelo General Por – tinho.
- 73 – idem, anotado por Caldeira.
- 74 – "Reflexões sobre o Generalato do Conde de Caxias". "Guerras do Sul" – João Moraes.
- 75 – Saturnino: "Operações do Passo Fundo". Conde de Rio Pardo – "Exposição dos principaes acontecimentos militares de abril de 1841, a junho de 1842". "O Regulador Brasileiro", n. 21.
- 76 – Alberdi: "La Revolución de Mayo" (Dedicada a los republicanos de Rio Grande) Manifesto de Domingos José de Almeida a seus compatriotas. "A revolução de 1835", por Ramiro Fortes de Barcelos.
- 77 – Francesco Zambicari e outros precursores da aeronautica, em Bolonha. "L'Aereonatica a Bologna", por Raimondo Ambrosini.
- 78 – Bosquejo historico e documentado das operações militares da provincia Do Rio Grande do Sul. Dr. Saturnino de Souza e Oliveira.
- 79 – Relatório sinopse dos trabalhos da Camara dos snres. Deputados na sessão de 1885. Rio de Janeiro 1886.
- 80 – Volume com recorte de jornaes.
- 81 – Cartas de Antonio Alvares Pereira Coruja, João Luiz Gomes, Alcides Cruz, Depoimento de Joaquim Gonçalves da Silva, Manoel Lourenço do Nascimento e outros. Depoimentos e informações prestados a Varela.

-VII-

JORNAES:

Coleção do "Diario de Porto Alegre" (1827-28)	n°s	274
" " "Amigo do Homem e da Pátria" (1829-1830)	"	128
" " "Constitucional Riograndense" (1820) <sup>158</sup>	"	245
" " "O Correio da Liberdade" (1831)	"	64
" " "O Noticiador" (1832, 33, 34, 35, 36)	"	307
" " "O Propagador da Industria Riograndense" (1834)		97
" " "O Observador" (1832 a 1834)		101
" " "O Correio do Rio" (1822)		71
" " "Gazeta do Rio" (1819 a 22)		251
" " "Imperio do Brasil" (1824, 26, 28, 30, 31, 33)		380
" " "Brado do Sul" (Domingos de Almeida, 1859-60)		59
" " "Folhas soltas, de antes de 32 e depois de 45		43
" " Folhas soltas, de 1828, 32, 41, 47, etc		44

---



---



---



---



---

Total (sem contar os jornais)  
10652 peças<sup>159</sup>

---

<sup>158</sup> Erro inicio de circulação em 1828.

<sup>159</sup> Escrito a mão

## ANEXO B

ARCHIVO DO BARÃO DE JACUHY  
(ESTUDO DO SEU VALOR DOCUMENTAL)  
- GUERRA FARROUPILHA -

Doc. nº 1

PASSO DO MENEZES, 11/3/36. - Manuscrito; assignatura autographa; proclamação - Bento Gonçalves concita os seus companheiros á luta; noticia a derrota que João Manoel de Lima e Silva infligiu a Bento Manoel em Capané termina dando vivas ao imperador.

Doc. nº 2

CAMPO EM SÃO RAPHAEL, 15/2/36. - Impresso, lithohgraphia. Proclamação - Bento Manoel Ribeiro affirma que os rebeldes, com o auxilio de Lavalleja e Rosas querem impôr a dictadura no Rio Grande; historia os destinos da revolução e a marcha triumphal do exercito da legalidade; termina dando vivas á religião, constituição reformada e ao imperador.

Doc. nº 3

PORTO ALEGRE, 15 E 16/01/36. - Impresso, typographia, em lingua portuguesa e allemã - Proclamação - Marciano Ribeiro e Bento Gonçalves concitam os colonos de São Leopoldo a se manterem fieis ao governo constituido. Terminam com vivas á nação e ao imperador.

Doc. nº 4

PORTO ALEGRE, 4/11/36. - Impresso typographico. Proclamação. O dr. Marciano Ribeiro desmente os aterradores boatos de uma separação da communhão brasileira. Termina dando vivas ao imperador.

Doc. nº 5

INHANDUHY, 21/7/36. - Manuscrito. Segunda via de uma carta que ao dr. José de Araujo ribeiro dirige o conselheiro Antonio Manoel da Camara. Demonstra a necessidade da amnistia, unico meio de consercar o rio Grande braço direito do Brasil, dentro da comunhão brasileira; faz um longo estudo dos habitantes das provincias do Brasil, quanto as seu valor como soldado, para dar maior realce ao soldado riograndense; curiosas apreciações sobre a politica regional. é um documento muito longo e interessante.

Doc. nº 6

PORTO ALEGRE, 5/6/37. - manuscrito. O Marechal Francisco das Chagas Santos approva a proposta do tenente Francisco pedro de Abreu para capi-

tão da Guarda Nacional.

Doc. nº 7

SEM DATA (1843, provavelmente). - Carta do barão de Caxias a Francisco Pedro. Annuncia a perseguição que vai fazer a Canabarro, que anda apadrinhado por Fructuoso Ribeiro; disposições de marcha.

Doc. nº 8

PASSO DO MENEZES, NO JAGUARÃO, 8/9/43. - Portaria, O barão de Caxias manda passar portarias a todos os comprehendidos na revolta, amnistiando-os.

Doc. nº 9

PORTO ALEGRE, 31/5/45. - Manuscrito. O conde de Caxias manda que se considere livre Moyses de Souza Netto, escravo e filho de Antonio de Souza Netto, que servindo nas forças rebeldes de seu pae, passou-se para a legalidade, armado, em julho de 1840.

Doc. nº 10

PORTO ALEGRE 1/7/45. - Carta autographa. O conde de Caxias pede a Francisco Pedro lhe obtenha votos para o dr. Domingos José Gonçalves de Magalhães, a fim de ser deputado geral.

Doc. nº 11

PORTO ALEGRE, 10/6/46. - Pedro José Gomes de Abreu pede uma pensão allegando ter perdido sua fortuna com a revolução, contra a qual lutou com quatro filhos, entre os quaes Francisco Pedro.

3

### G U E R R A D O P A R A G U A Y

Docs. 12 a 24

Officios, communições, algumas cartas particulares, tudo referente a assumptos já conhecidos.

Docs. 25 a 26

Cartas do general Coldwel; mostra a necessidade de bater o inimigo e tentar passar o Ibicuhy; acha inconveniente a idéa de Chico Pedro passar o Uruguay para bater o inimigo, cortando-lhe a retaguarda. Estas duas cartas são de interesse historico.

Doc. 27

O barão de Porto Alegre manda a Chico Pedro que responda a varios que

